

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

PRÓ-REITORIA DE ENSINO



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
PEDAGOGIA EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD**

**LAGES
2022**

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

PRÓ-REITORIA DE ENSINO



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD

Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Educação a Distância – EaD, com Disciplinas Institucionais, apresentado ao Conselho Universitário da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC.

**LAGES
2022**

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE.....	7
1.1 Nome da Mantenedora.....	7
1.2 Base Legal da Mantenedora.....	7
1.3 Nome da Mantida.....	7
1.4 Base Legal da IES.....	7
1.5 Perfil e Missão da IES.....	8
1.5.1 Perfil.....	8
1.5.2 Missão.....	8
1.5.3 Visão.....	8
1.6 Dados socioeconômicos e socioambientais da região da IES.....	8
1.7 BREVE HISTÓRICO DA IES.....	11
2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	19
2.1 Nome do Curso.....	19
2.1.1 Grau.....	19
2.2 Atos Legais.....	19
2.3 Carga Horária Total do Curso.....	19
2.4 Número de Vagas.....	19
2.5 Periodicidade.....	20
2.6 Integralização.....	20
2.7 Modalidade de Oferta.....	20
2.8 Formas de Acesso.....	20
3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	21
3.1 Contexto Educacional e Políticas Institucionais no Âmbito do Curso.....	21
3.2 Histórico da EaD no Brasil e Ensaios na Uniplac.....	21
3.2.1 Histórico da EaD no Brasil.....	21
3.2.2 Ensaios de Educação a Distância na Uniplac.....	23
3.2.3 Princípios e Características da EaD na Uniplac.....	26
3.2.4 Justificativa para a criação do curso.....	27
3.3 Articulação entre o Ensino, Pesquisa e Extensão.....	28
3.3.1 Articulação entre Ensino e Pesquisa.....	28
3.3.2 Articulação entre Ensino e Extensão.....	30
3.3.3 A Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão no Contexto do Curso.....	33
3.4 Concepção de Ensino do Curso.....	34
3.5 Política das Licenciaturas da Uniplac.....	34

3.5.1 Relevância Social.....	35
3.6 Perfil Profissional do Curso.....	36
3.7 Objetivos do Curso.....	37
3.7.1 Objetivo Geral.....	37
3.7.2 Objetivos Específicos.....	37
3.8 Áreas de Atuação Profissional.....	37
3.9 Estrutura Curricular, Ementário e Referências.....	38
3.9.1 Estrutura Curricular do Curso de Pedagogia.....	38
3.9.2 Resumo Explicativo.....	40
3.9.3 Ementário e Referências.....	40
4 CONTEÚDOS CURRICULARES.....	64
4.1 Distribuição das Disciplinas por Conteúdos Curriculares.....	65
4.2 Representação Gráfica do Perfil de Formação.....	67
4.3 Requisitos Legais.....	67
4.3.1 Educação Ambiental.....	67
4.3.2 Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.....	71
4.3.3 Direitos Humanos.....	71
4.3.4 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	72
4.4 Metodologia.....	73
4.4.1 Aspectos Metodológicos da Proposta de Educação a Distância – EaD.....	75
4.4.1.1 Material Didático Instrucional.....	75
4.4.1.1.1 Material de Estudos da Disciplina.....	77
4.4.1.2 Encontros Síncronos de Apresentação das disciplinas.....	78
4.4.1.3 Sistema de Comunicação.....	78
4.4.1.4 Atividade de Tutoria.....	79
4.5 Avaliação de Aprendizagem.....	80
4.6 Estágio Curricular Obrigatório.....	82
4.6.1 Estágio Curricular Obrigatório/Prática Profissional.....	82
4.6.2 Estágio Curricular Obrigatório – Relação com a Rede de Escolas de Educação Básica.....	84
4.6.3 Estágio Curricular Obrigatório – Relação entre Teoria e Prática.....	86
4.6.4 Estágio Curricular Não-Obrigatório.....	87
4.7 Prática como Componente Curricular.....	87
4.8 Atividades Complementares.....	88
4.9 Integração com as Redes Públicas de Ensino.....	89
4.9.1 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).....	89
4.9.2 Residência Pedagógica.....	91

4.9.3 Programa de Desenvolvimento Regional – PROESDE/Licenciaturas.....	93
4.9.4 Convênio entre Secretaria de Estado da Educação e Universidade.....	94
4.9.5 Convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e Universidade.....	94
4.10 Apoio ao Discente.....	95
4.10.1 Atividades Previstas de Apoio aos Estudantes.....	95
4.10.2 Apoio e Acompanhamento Pedagógico.....	97
4.10.3 Acessibilidade ao Estudante com Deficiência.....	99
4.11 Autoavaliação Institucional.....	99
4.11.1 Ações e Providências com a Parceria do Setor de Avaliação, CPA e ProEns para os Cursos.....	101
4.11.2 Procedimentos Metodológicos da Avaliação.....	102
4.11.3 A Autoavaliação da Uniplac.....	102
4.11.3.1 Diretrizes e Função da Avaliação Institucional da Uniplac.....	105
4.11.3.2 Pesos e Categorias Usadas na Avaliação dos Cursos, Setores Administrativos e Pedagógicos.....	106
5 CORPO DOCENTE E TUTORIAL.....	108
5.1 Estruturação e Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	108
5.2 Equipe Multidisciplinar.....	109
5.3 Atuação do Coordenador do Curso.....	109
5.4 Regime de trabalho do Coordendor.....	109
5.5 Corpo Docente: Titulação.....	110
5.6 Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso.....	110
5.7 Experiência Profissional do Docente.....	111
5.8 Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica.....	111
5.9 Experiência no Exercício da Docência Superior.....	112
5.10 Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância.....	112
5.11 Experiência no Exercício da Tutoria na Educação a Distância.....	113
5.12 Atuação do Colegiado de Curso.....	113
5.13 Titulação e Formação do Corpo de Tutores do Curso.....	114
5.14 Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância.....	115
5.15 Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador.....	115
5.16 Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica.....	115
5.17 Perfil do Docente Curso.....	115
5.17.1 Para as Disciplinas de Formação Básica do Curso.....	115
5.17.2 Para as Disciplinas de Formação Profissional do Curso.....	116
5.17.3 Para as Disciplinas de Formação Complementar do Curso.....	116
5.17.4 Relação entre o Número de Docentes e o Número de Estudantes.....	116
5.18 Experiência Profissional do Corpo Docente.....	116

Erro: Origem da referência não encontrada.....	116
5.18.1 Experiência do Corpo Docente de Tutores em Educação a Distância.....	117
6 INFRAESTRUTURA.....	118
6.1 Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral.....	118
6.2 Espaço de Trabalho para o Coordenador do Curso.....	118
6.3 Sala Coletiva de Professores.....	119
6.4 Salas de Aula.....	119
6.5 Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática.....	119
6.6 Biblioteca.....	120
6.6.1 Instalações.....	120
6.6.2 Informatização.....	121
6.6.3 Política de Expansão.....	121
6.6.4 Periódicos Especializados.....	122
6.7 Bibliografia Básica.....	123
6.8 Bibliografia Complementar.....	125
6.9 Gabinete de Trabalho para Professores Tempo Integral – TI.....	127
6.10 Espaço de Trabalho para Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos.....	127
6.11 Laboratórios.....	127
6.12 Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material Didático.....	127
6.12.1 Laboratórios Didáticos Especializados: Quantidade.....	127
6.12.2 Laboratórios Didáticos Especializados: Qualidade.....	128
6.12.3 Laboratórios didáticos especializados: serviços.....	128
6.12.4 Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática para Turmas de EaD.....	129
6.13 Comitê de Ética em Pesquisa.....	129
7 REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS.....	131
8 REFERÊNCIAS.....	133

1 IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

1.1 Nome da Mantenedora

Razão Social: Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense.

CNPJ: 84.953.579/0001-05.

1.2 Base Legal da Mantenedora

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE (Fundação UNIPLAC), CNPJ n. 84.953.579/000-05, foi criada pela Lei nº 5, de 14 de março de 1969, alterada pelas leis nº 32, de 29 de agosto de 1969 e 01, de 03 de abril de 1.973, e consolidadas pela lei 92, de 01 de abril de 1.998, registrada no livro A-4, sob o n. 1.240 de pessoas jurídicas, em 13/04/1998, no Cartório do Registro Civil, Registro de Títulos, Documentos e outros Papéis e Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Lages/SC. É entidade educacional, com abrangência nacional, com prioridade regional, de caráter comunitário e sem fins lucrativos, pública de direito privado, com prazo de duração indeterminado.

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário - Lages/SC

CEP: 88.509-900

Contato: Fone: (49) 3251-1002

email: secfundacao@uniplaclages.edu.br

homepage: <http://www.uniplaclages.edu.br>

1.3 Nome da Mantida

Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac.

1.4 Base Legal da IES

Reconhecida mediante Resolução n. 031/CEE/SC, Parecer n. 312/CEE/SC de 15/06/1999 e pelo Decreto n. 312, de 23/06/1999, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Renovação do Credenciamento mediante Resolução n. 058/CEE/SC, Parecer n. 334/CEE/SC de 09/11/2004 e pelo Decreto n. 2.717, de 10/12/2004, do Governo do Estado,

publicado no DOE. Renovação do Credenciamento por mais 5 anos (2010-2015) mediante Resolução n. 070/CEE/SC e Parecer n. 243/CEE/SC de 23/11/2010, e pelo Decreto n. 038, de 10/02/2011, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário.

Município: Lages/SC.

CEP: 88.509-900.

Contato: Fone: (49) 3251-1022

email: gabinetedoreitor@uniplaclages.edu.br

homepage: <http://www.uniplaclages.edu.br>

Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac.

1.5 Perfil e Missão da IES

1.5.1 Perfil

A UNIPLAC é IES mantida pela Fundação Uniplac, que foi criada por Lei Municipal, de caráter privado e comunitário, se encontra vinculada ao Sistema Federal de Ensino, através do Edital n. 4, de 10/07/2014, de Migração das Instituições de Educação Superior Privadas e Portaria Normativa n. 840, de 24 de agosto de 2018, do Gabinete do Ministro da Educação, e Resolução do CONSUNI, n. 134, de 25/07/2014.

1.5.2 Missão

Promover a formação de cidadãos críticos, reflexivos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

1.5.3 Visão

Ser uma universidade comunitária de referência na promoção do conhecimento e desenvolvimento sustentável.

1.6 Dados socioeconômicos e socioambientais da região da IES

O Estado de Santa Catarina possui um perfil diversificado: uma agricultura forte, baseada em minifúndios rurais, divide espaço com um parque industrial atuante, considerado o quarto maior do país. Indústrias de grande porte e milhares de pequenas empresas espalham-se, fazendo do estado de Santa Catarina a oitava maior economia brasileira pelo tamanho de seu Produto Interno Bruto.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014, Lages é um município do estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil, possui 158.846 habitantes. Lages é um dos municípios com área territorial de 2.631.504 km² e faz parte da mesorregião (política) e região (geográfica) serrana do Estado. Lages também se caracteriza por ter altitude elevada, que varia de 850 a 1200 metros acima do nível do mar.

A ocupação da Região Serrana de Santa Catarina, no Século XVIII, articulou pecuária extensiva, concentração fundiária e coronelismo político. O 1º ciclo econômico foi a pecuária extensiva e o 2º ciclo econômico regional: extração de madeira (*Araucariaangustifolia*), que iniciou nos anos 30, do século XX. Em 1940, a extração da madeira, superou a pecuária em importância econômica e o apogeu deu-se nos anos 50. Porém, nos anos 60 e 70, iniciou o esgotamento do ciclo madeireiro e resultou numa região empobrecida, e consta como um dos IDHs abaixo da média do Estado. Da década de 70, do século XX, até a primeira década do século XXI, a Região tem se debatido à procura da retomada do desenvolvimento.

Novas propostas surgiram para o desenvolvimento de Lages e Região, a saber: 1) Industrialização, com ênfase na agroindústria, inclusive indústria madeireira; 2) Setor de serviços (Educação, inclusive Ensino Superior); 3) Agropecuária de bases intensivas; 4) Fruticultura de clima temperado; 5) Vitivinicultura; 6) Silvicultura; 7) Turismo Rural.

A Serra catarinense possui um forte perfil agrícola, com destaque para a maior produção estadual de maçã, pera, alho, feijão e batata-inglesa. Soma-se a esta produção, a expressividade de sua produção florestal (reflorestamento de pinus), fator decisivo para a alavancagem e consolidação dos segmentos de celulose e papel, madeireiro e moveleiro da Macrorregião.

Lages é conhecida pelo apelido de "Princesa da Serra", é o município de maior extensão territorial de Santa Catarina e reconhecida pela criação de gado, por suas madeiras e lavoura, sendo um dos mais importantes municípios de Santa Catarina pela sua participação econômica.

A economia é basicamente sustentada pela pecuária, agricultura (com destaque para a viticultura), indústria madeireira (com destaque na produção de papel e celulose) e turismo

rural. A economia de Lages sofreu um forte declínio com a redução sistemática da pujança do ciclo da madeira, que teve seu auge até a década de 1950. O município, outrora o maior e mais rico do Estado, teve sua fatia do produto interno bruto estadual bastante reduzida. Novos projetos industriais, desenvolvimento regional sustentável e investimentos no município têm contribuído para que a arrecadação volte a crescer.

O parque industrial de Lages consiste em grande parte, de empreendimentos ligados à cadeia produtiva da madeira, como madeireiras, fábrica de grampos, fábrica de portas, soleiras, batentes e congêneres. Se destaca também, empresas ligadas ao setor metalomecânico, que possui papel importante na geração de emprego e renda do município. Existem empresas que são sedes de multinacionais nos ramos de peças de tratores e outros veículos terrestres. Pode-se destacar algumas indústrias no ramo cervejeiro, exportadora de alimentos à base de frango, empresas de papel e celulose. De acordo com dados do Sebrae (2013), o município de Lages exportou o montante de US\$ 109.396.099,0 em 2011.

Lages também é um centro regional de comércio. A população de municípios vizinhos encontra um ambiente propício para compras e negócios na cidade. Além do centro da cidade, também existe fortíssima concentração de comércio no bairro Coral, tanto que tal bairro é considerado um "bairro-cidade", devido à esta grande concentração de comércio e serviços. Existem ainda polos de comércio em alguns bairros periféricos da cidade, como Guarujá, Santa Helena, Penha e Santa Catarina. No inverno, o comércio é bastante fortalecido com o turismo rural e com a Festa Nacional do Pinhão, o segundo maior evento gastronômico e cultural de Santa Catarina.

Outro forte segmento é o turismo rural da região, que iniciou em 1984, buscando agregar valor às fazendas centenárias da região que começaram a adaptar-se para receber visitantes e turistas que buscavam conhecer a vida de campo, a vida simples do homem serrano, com ordenhas, plantações, gastronomia, além de proporcionar às pessoas um refúgio do agito da cidade para passar dias agradáveis junto à natureza. O turismo rural é um dos grandes atrativos da Macrorregião Serra Catarinense. O planalto serrano por suas paisagens bucólicas e pela neve que se precipita em algumas cidades faz com que todos os anos a região receba milhares de visitantes no inverno.

A cidade possui uma extensa malha viária urbana, com mais de 600 quilômetros de ruas e possui um complexo mapa viário, com várias avenidas interligando todos os pontos da cidade. Além disso, o município de Lages é cortado por 3 rodovias federais e estaduais, que propicia a logística adequada para o escoamento dos produtos desenvolvidos no município. A BR 282 - corta o município de leste a oeste, ligando a cidade à Florianópolis e ao oeste do

estado. A BR 116 - corta o município de norte a sul, ligando a cidade à Curitiba e Porto Alegre. Conta ainda com a rodovia SC 114 (antiga SC 438) - liga o município à cidade de São Joaquim e a SC 114 (antiga SC 425), que liga o município à BR 470, cruzando a cidade de Otacílio Costa. É utilizada como via alternativa de ligação com o litoral catarinense, e também liga às cidades como Blumenau, Itajaí e Joinville.

Visando o fortalecimento e a elevação da competitividade de todos os segmentos econômicos da serra catarinense, há a necessidade de uma boa estrutura como o capital humano, infraestrutura, inovação e empreendedorismo, internacionalização, investimento e política pública, mercado, saúde e segurança. Para isso, o município de Lages conta com duas universidades, sendo uma pública, e outra privada. Além de um centro universitário e outras com a modalidade de ensino à distância. As universidades e instituições de ensino possui papel fundamental no suporte à inovação e na liderança de políticas locais em direção a uma abordagem mais empreendedora regional.

1.7 BREVE HISTÓRICO DA IES

Para relatar os fatos que marcaram a história da UNIPLAC desde sua gênese até esta primeira década do Terceiro Milênio, optamos por citá-los em formato de tópicos para que a leitura seja pontual e objetiva.

Faz-se mister entender o histórico da Instituição de Ensino Superior – IES articulado ao contexto sócio, econômico e político regional para que se compreendam as nossas metas para o período de 2019-2023.

1959: A proposta de interiorizar o Ensino Superior na Região Serrana de Santa Catarina se apresenta exatamente em 19/07/59, com a fundação, em Lages, da Associação Catarinense de Cultura - ACC e o objetivo de criar, implantar e manter estabelecimentos de Ensino Superior sem fins lucrativos e com objetivos filantrópicos e, ainda, manter estabelecimentos de ensino médio (Escolas Técnicas de Comércio)¹.

1964: Em 23/02/64, foi instalada a Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages - FACEC, uma das instituições isoladas de ensino superior que vai dar origem à Universidade. Iniciou atividades letivas no mês de março².

1968: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Parecer n. 102).

1 - Ata n. 4, de 19.07.59 - D.O.E n. 6372, de 03.08.59.

2 - ACAFE, 1991 a 1993, agosto, 1994.

1969: Surge a primeira menção à denominação UNIPLAC e a um projeto de universidade na Região Serrana de Santa Catarina, a Fundação Universidade do Planalto Catarinense. (Lei n. 005, de 14/03/69).

1970: Criação da Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages – FACIP, obedecendo às mesmas diretrizes norteadoras definidas pelo Governo Federal e o Sistema Fundacional Catarinense sobre a necessidade de expansão do Sistema de Ensino como subsidiário da expansão geral da economia brasileira no período.

Esta faculdade será mais tarde uma das que darão base institucional à Universidade, juntamente a FACEC.

Autorização de abertura dos cursos de Ciências Sociais Licenciatura, Letras Licenciatura Plena, Pedagogia e Matemática (Parecer 48).

1973: A Lei Municipal n. 001, de 03/04/73, estabelece um novo limite institucional ao Projeto Universidade do Planalto Catarinense, enquadrando-o na condição de UNIPLAC - Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, entidade jurídica de direito privado integrada ao sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE.

A denominação da mantenedora da UNIPLAC é a mesma até os dias de hoje.

1974: Autorização de abertura do curso de Administração Bacharelado (Decreto n. 73650/74 CFE).

1985: Autorização de abertura do curso de Direito (Decreto n. 91252).

1991: Autorização de abertura do curso de Ciências Biológicas Magister (Parecer n. 5644).

1994: Instaura-se o processo estatuinte visando à elaboração dos novos Estatutos da Fundação UNIPLAC, da Universidade do Planalto Catarinense e Regimento Geral. Em 27/02/97, são aprovados os novos estatutos da UNIPLAC. Em 11/12/97, é aprovado o Regimento Geral da Universidade (em acompanhamento).

De dez/1996 a mar/1997, transcorrem os trabalhos de verificação das condições de funcionamento da Universidade.

Autorização de abertura do curso de Educação Física (Parecer n. 330).

1996: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Biológicas Bacharelado (Parecer n. 338) e Pedagogia Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental (Parecer n. 339).

1996 a 1999: São reestruturados os projetos pedagógicos dos cursos da UNIPLAC.

1996 a 2004: Implantação do Programa de Avaliação Institucional.

1997: Autorização de abertura dos cursos de Educação Física Bacharelado (Parecer n.

293) e Informática (Parecer n. 375).

1999: Em 15/06/99 é oficialmente reconhecida a Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina – CEE/SC (Resolução n. 31/99), logo seguida do reconhecimento pelo Governo do Estado, em 23/06/99 (Decreto n. 312/99). A instalação formal acontece em 27/07/99.

Autorização de abertura dos cursos de Odontologia (Parecer n. 101), Administração Bacharelado em São Joaquim (Parecer n. 901) e Enfermagem Licenciatura Plena (Parecer n. 900).

2000: Criação do Plano Institucional de Pesquisa. Autorização de abertura dos cursos de Letras Língua Portuguesa, Espanhola, Inglesa e Literaturas Correspondentes (Parecer 1254), Psicologia (Parecer n. 1098) e Engenharia Industrial Madeireira (Parecer n. 1255).

2001: Autorização de abertura do curso de Arte Educação Magister em Lages e Florianópolis (Parecer n. 1761), habilitação Artes Visuais, Cênicas e Música.

2002: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Econômicas em Otacílio Costa (Parecer n. 394). Sistemas de Informação (Parecer n. 607), Tecnologia em Operações de Processos Industriais Eletromecânicos (Parecer n. 608), Terapia Ocupacional (Parecer n. 101) e Design e Tecnologia de Moda (Parecer n. 406).

2003: Autorização de abertura do curso de Medicina (Parecer CEDS n. 099). Constitui Comissão de Ética em Pesquisa (Portaria n. 027). Consolidação do Planejamento Estratégico da UNIPLAC. Apresentação às comunidades acadêmica e serrana. Três grandes eixos de atuação: Tecnologia voltada para a Madeira; Saúde Coletiva; Cidadania.

2004: Instaurado o processo de Renovação do Credenciamento da UNIPLAC (2004/1). Três primeiros projetos institucionais de Mestrado: Educação, Administração e Saúde Coletiva (15/07/04). Solenidade de Renovação do Credenciamento da Universidade (01/12/04). Reconhecimento do curso de Odontologia (Parecer n. 224/04 e Resolução n. 058 CEE). Autorização de abertura do curso de Administração Bacharelado em Urubici (Parecer n. 186). Constitui Comissão Própria de Avaliação – CPA (Portaria n. 017).

2005: Plano de Expansão Universitária 2005-2010. Autorização de abertura dos cursos de Enfermagem Bacharelado (Parecer n. 1771) e Secretariado Executivo Bilingue (Parecer n. 1337).

2006: Autorização de abertura dos cursos de Licenciaturas com disciplinas compartilhadas (Parecer n. 2475), Tecnologia em Design de Interiores (Parecer n. 2378), Tecnologia de Negócios – Gestão de Cooperativas em São Joaquim (Parecer n. 2086) e Tecnologia em Ciências Equinas (Parecer n. 1778). Reconhecimento do curso de Terapia

Ocupacional (Parecer n. 330 e Resolução n. 089 do CEE).

2007: Autorização de abertura dos cursos de Engenharia Civil (Parecer n. 756) e Tecnologia em Cosmetologia e Estética Facial e Corporal (Parecer n. 319). Reconhecimento do curso de Tecnologia em Operações de Processos Industriais Eletromecânicos (Parecer n. 080 e Resolução n. 020 do CEE).

2008: Autorização de abertura dos cursos de Biomedicina (Parecer n. 753), Educação Física em Santo Amaro da Imperatriz (Resolução 071) e Serviço Social (Parecer n. 386). É sugerida a elaboração de um Plano de Recuperação Judicial da Fundação UNIPLAC (29.09.08). Conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho - GT de revisão estatutária. Entrega ao reitor de proposta de Estatuto da Universidade (22/10/08). Instituída a intervenção judicial na Fundação UNIPLAC, a requerimento a Prefeitura do Município de Lages. (24/10/08). Nomeação do primeiro Interventor, Arnaldo Moraes.

2009: Reconhecimento dos cursos de Medicina (Parecer n. 376/09 e Resolução n. 085 CEE), Ciências Biológicas (Parecer n. 412 e Resolução n. 092 do CEE), Tecnologia em Ciências Equinas (Parecer n. 449 e Resolução 095 do CEE), Tecnologia em Design de Interiores (Parecer n. 560 e Resolução n. 129 do CEE), Tecnologia em Cosmetologia e Estética Facial e Corporal (Parecer n. 558 e Resolução n. 127 do CEE) e Tecnologia de Negócios – Gestão de Cooperativas em São Joaquim (Parecer n. 534 e Resolução n. 105 do CEE). Toma posse (agosto) o segundo Interventor, Walter Manfroi. Inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como componente curricular dos cursos superiores da UNIPLAC (Resolução n. 086). Autorização de abertura do curso Superior Sequencial de Formação de Agentes para o Desenvolvimento Regional – PROESDE (Parecer n. 594).

2010: Criação do Curso de Graduação em Fisioterapia (Resolução n. 089, de 15/10/10. Institucionaliza os Núcleos Docentes Estruturantes - NDE dos Cursos de Graduação da UNIPLAC (Resolução n. 088/2010 de 24/09/10).

2011: Criação do Curso de Graduação em Jornalismo (Resolução n. 094, de 18/10/11). Criação do Curso de Graduação em Engenharia Elétrica (Resolução n. 092, de 11/03/11).

2012: Criação do Curso Superior de Química: Licenciatura (Resolução n. 105, de 27/11/12). Aprovado o Curso Superior de Complementação de Formação Pedagógica em Informática (Resolução n. 104, de 02/07/12). Criação do Curso Superior de Tecnologia em Fabricação Mecânica (Resolução n. 099, de 22/03/12. Aprovação do Regimento Geral da Universidade do Planalto Catarinense (Resolução CONSAD n. 01, de 03/09/12).

2013: Torna obrigatória a inclusão em todos os Cursos de Graduação da UNIPLAC, de conteúdos de disciplinas e/ou atividades curriculares, de modo transversal, contínuo e

permanente de Educação Ambiental (Resolução n. 115, de 1º/11/13). Torna obrigatória a inclusão da Educação das Relações Étnico-raciais nas estruturas curriculares dos Cursos de Graduação da UNIPLAC (Resolução n. 114, de 1º/11/13). A forma de avaliação de aprendizagem prevista no art. 123, do Regimento Geral da Universidade do Planalto Catarinense, passará ser aplicada a partir do 1º semestre de 2014 (Resolução n. 112, de 04/09/13). Aprova o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado em Ambiente e Saúde (Resolução n. 110, de 02/07/13). Aprova o Regimento Interno da Diretoria Executiva da Fundação UNIPLAC, (Resolução CONSAD n. 03, de 12/03/13). Instituição do Apoio e Acompanhamento Pedagógico para Alunos da UNIPLAC, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (Edital n. 237, de 20/12/13).

2014: Migração da Universidade do Planalto Catarinense – Sistema Federal de Ensino (Resolução n. 134, de 25/07/14). Regulamentação da nova metodologia de Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC, considerando conhecimentos, habilidades e atitudes, que deverá ser adotada pelos cursos de Graduação e Pós-Graduação, prevista no Artigo 123, parágrafo único, do Regimento Geral da Universidade – Subseção VI - Da Avaliação da Aprendizagem (Resolução n.131, de 08/07/14). Aprova a criação do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Odontologia (PPGO), Mestrado Profissional e seu Regimento Geral. Aprova a criação do Curso Complementar para a Formação de Professor de Psicologia (Resolução n. 128, de 18/06/14). Criação do Curso Superior de Arquitetura e Urbanismo (Resolução n. 117, de 11/02/14.) Criação do Curso Superior de Engenharia Mecânica (Resolução n. 116, de 11/02/14).

2015: Ato Normativo n. 022, de 13/11/2015, reestrutura o Ato Normativo, n. 015, publicado em 22/07/15: pesquisas empreendidas por docentes/pesquisadores da UNIPLAC. Ato Normativo n. 024, de 23/11/2015: pesquisas empreendidas por docentes/extensionistas da UNIPLAC. Portaria n. 108, de 06/11/2015: Reconstitui o Conselho Editorial da Revista UNIPLAC. Portaria n. 052, de 22/04/2015: Reconstitui a Comissão Coordenadora do Processo de Renovação do Credenciamento da Universidade. Portaria n. 091, de 19/08/2015: Reconstitui o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP. Portaria n. 095, de 24/08/2015: Reconstitui a Comissão de Desenvolvimento do Acervo da Biblioteca Central da UNIPLAC. Resolução n. 182, de 16/09/2015: Aprova o Curso de Pós-Graduação Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. Portaria n. 114, de 1º/12/2015, constitui por tempo indeterminado a Comissão Coordenadora do Processo de Renovação do Credenciamento da Universidade. Resolução n. 201, de 14/12/2015: Aprova o Projeto de Extensão: Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional –

PROESDE/Licenciatura.

2016: Resolução n. 207, de 20/01/16, define a Metodologia para a Avaliação da Aprendizagem e revoga a Resolução n. 131, de 08/07/2014. Resolução n. 209, de 19/02/2016: Reedita o Projeto de Extensão: Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE/Licenciatura. Resolução n. 219, de 08/06/16, que Revigora o Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno – PAAP. Resolução n. 216, de 08/06/2016: Aprova o Relatório Institucional de 2015 da Universidade do Planalto Catarinense. Resolução n. 221, de 08/06/16, que aprova o regulamento do registro de certificados de cursos de Extensão na modalidade EaD. Resolução n. 223, de 21/06/16, que Insere os parágrafos 4º e 5º no artigo 44 do Regimento Geral da UNIPLAC. Resolução 224, de 21/06/16, que Cria o parágrafo 2º No artigo 28 do Regimento Geral da UNIPLAC. Resolução n. 225, de 21/06/16 (Aprova emendas ao Regimento Geral da Universidade, cria setores e dá outras providências). Parecer n. 672, de 29/07/16 e Resolução n. 232, de 08/08/2016, aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios dos Curso de Graduação da UNIPLAC e dá outras providências. Parecer n. 669, de 26/02/16 e Resolução n. 237, de 13/09/16, que aprova e institui o novo Regulamento da Biblioteca Universitária e das Bibliotecas Setoriais da UNIPLAC. Parecer 670, de 29/07/16 e Resolução n. 238, de 13/09/16, aprova e estabelece a Política de Desenvolvimento do Acervo das Bibliotecas da UNIPLAC e dá outras providências. Parecer n. 671, de 29/07/16 e Resolução n. 231, de 08/08/16, aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não Obrigatórios dos Curso de Graduação da UNIPLAC. Resolução n. 235, de 11/08/16: Trata da Política de Inclusão e Acessibilidade da Fundação UNIPLAC e da Universidade do Planalto Catarinense. Resolução n. 236, de 30/08/16, que aprova proposta de padronização de ementas de disciplinas dos cursos de Graduação da UNIPLAC. Resolução n. 239, de 04/10/16, que aprova o Sistema de Avaliação da CPA. Resolução n. 240, de 04/10/16, que aprova o Regulamento da Comissão própria de Avaliação (CPA). Resolução n. 241, de 17/11/16, que aprova a Atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010-2018 da UNIPLAC.

2017: Portaria n. 023, de 20/03/17, que reestrutura o Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno (PAAP), vinculado ao Setor de Apoio Pedagógico (SEAPE) da Pró-Reitoria de Ensino. Portaria n. 033, de 04/04/17, Reconstituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UNIPLAC, nomeada pela Portaria n. 139, de 07/07/16. Portaria n. 034, de 05/04/17, Reconstituir a Comissão de Recredenciamento da UNIPLAC. Resolução n. 259, de 05/05/17, aprova o Relatório Institucional de 2016. Resolução n. 267, de

16/05/17, cria a Editora UNIPLAC, altera o Regimento Geral e dá outras providências. Resolução n. 288, de 25/09/17, aprova a certificação *on line* de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da UNIPLAC. Resolução n. 291, de 21/11/17, cria as Disciplinas Institucionais, insere os parágrafos 4º, 5º, 6º e 7º no artigo 99 do Regimento Geral; altera o inciso VII do artigo 101, que trata do crédito como unidade de trabalho escolar; insere o inciso XIII no artigo 101 do Regimento Geral e dá outras providências. Resolução n. 292, de 27/11/17, regulamenta as Disciplinas Institucionais na Modalidade a Distância, as Atividades Práticas Extraclasse, a alteração do número de horas do crédito. Resolução n. 295, de 21/12/17, consolida a normatização interna sobre Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs.

2018: Resolução n. 353, de 08/06/18, reformula o Regulamento da Avaliação Institucional no âmbito da UNIPLAC. Resolução n. 354, de 08/06/2018, aprova o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Resolução CONSAD n. 07, de 18/06/18, escolhe o Prof. Kaio Henrique Coelho do Amarante para exercer o cargo de Reitor da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC, pelo período de 04 anos a partir de 01/07/18. Resolução n. 344, de 16/04/18, aprova o Relatório de Atividades Institucionais de 2017. Resolução n. 355, de 19/06/18, Aprova as Disciplinas Institucionais na Modalidade a Distância, suas ementas e referências, para implantação, a partir de 2018, em todos os Cursos de Graduação UNIPLAC, que possuam estruturas curriculares disciplinares. Resolução n. 381, de 20/09/18, aprova o novo Regimento do Conselho Universitário – CONSUNI. Resolução n. 397, de 06/12/18, estabelece os critérios e procedimentos para a realização de Estudos Dirigidos, que permitam ao discente, nos casos específicos de que trata, concluir disciplinas/módulos/unidades de aprendizagem /unidades educacionais em regime especial, nos cursos de graduação da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC.

2019: Resolução n. 401, de 11/03/19. Estabelece os critérios e procedimentos para a realização de Estudos Dirigidos, que permitam ao discente, nos casos específicos de que trata, concluir disciplinas/módulos/unidades de aprendizagem /unidades educacionais em regime especial, nos cursos de graduação da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC. **Concessão da Autonomia Universitária** - SEI 23000.002418/2018-94 – e-mail de 07/06/19 – CGGIRES/DPR/SERES/MEC.

2020: Resolução n. 430, de 21/01/20. Aprova o Novo Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Resolução n. 431, de 29/01/20. Aprova a Adequação do Regimento do Mestrado em Ambiente e Saúde (PPGAS). Ato Normativo, n. 002 de 17/03/20. Orientação sobre funcionamento da Fundação UNIPLAC e da Universidade do Planalto Catarinense em decorrência da pandemia por coronavírus (COVID-19) no período de 16

a 29 de março de 2020. Ato Normativo n. 004, de 30/03/20. Fica prorrogado até dia 20 de abril de 2020 o Ato Normativo n. 02/2020. Ato Normativo n. 006 de 17/04/20. Orientação sobre funcionamento administrativo da Fundação UNIPLAC e Universidade do Planalto Catarinense em decorrência da pandemia por coronavírus (COVID19) no período de 20 de abril a 31 de maio de 2020. Resolução n. 435, de 28/07/20, estabelece regras para o semestre letivo 2020/2, no período de isolamento social, em face da pandemia do COVID-19. Resolução n. 447/2020, de 10/11/20, estabelece a inclusão da Extensão na Estrutura Curricular dos Cursos de Graduação da UNIPLAC.

2021: Resolução n. 456 de 03/02/21, aprova o Novo Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA), da UNIPLAC. Resolução n. 458, de 02/03/21, aprova do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Resolução n. 460, de 28/04/21, altera a Resolução n. 435/20, que estabelece regras para o ensino, no período de isolamento social, em face da pandemia do COVID-19. Resolução n. 462, de 10/06/21, aprova o Relatório Institucional 2020. Resolução n. 475, de 26 de novembro de 2021, Aprovar Curso Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Sistemas Produtivos (PPGSP), da UNIPLAC. Resolução n. 476, de 26 de novembro de 2021, aprova o Programa Cidadania Legal e Universidade em Ação.

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Nome do Curso

Pedagogia.

2.1.1 Grau

Licenciado (a).

2.2 Atos Legais

Autorização: Parecer Consepe n. 2.475, de 14/12/2006³

Parecer Consuni n. 010 de 14/05/2015 – Aprovação do Curso de Pedagogia Educação a Distância – EaD.

Solicitação de autorização de abertura do curso na modalidade EaD, protocolo n. 201406289, de 14/04/2014, vinculado ao processo de credenciamento da Universidade para credenciamento de EaD, conforme protocolo n. 201403928 , de mesma data.

Vinda da Comissão Externa de Autorização de 31/05/2015 a 03/06/2015. Portaria nº 204, de 29 de março de 2017, autoriza o Curso de Pedagogia EaD.

Parecer Consuni n. 1348, de 25/11/15 – Adequação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Educação a Distância – EaD.

2.3 Carga Horária Total do Curso

O curso integraliza a estrutura curricular em 3.200 horas.

2.4 Número de Vagas

400 vagas anuais, sendo distribuídas em turmas no período diurno e noturno (conforme edital e demanda), sendo que cada turma comporta o número máximo de 100 alunos, totalizando 4 turmas anuais.

³ O projeto foi reestruturado e aprovado pelo Consuni, através do Parecer n. 2.475, de 14/12/2006, onde foi instituído o compartilhamento de disciplinas e posteriormente pelo Parecer n. 227, de 13/12/12, onde foi instituída a semipresencialidade.

2.5 Periodicidade

Semestral.

2.6 Integralização

Mínima: 4 anos/8 semestres.

Máxima: 8 anos/16 semestres, conforme Resolução n. 172, de 25 de maio de 2015.

2.7 Modalidade de Oferta

Educação a distância.

2.8 Formas de Acesso

Processo Seletivo, conforme edital.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 Contexto Educacional e Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

Os cursos de Graduação na Uniplac se constituíram ao longo dos anos na atividade mais significativa da Instituição, isto é, a partir deles são pensadas, também, as políticas de formação continuada em nível de Pós-Graduação *lato e stricto sensu*. Assim sendo, os cursos de Graduação são entendidos como espaços de formação inicial que capacitam seus egressos para atuação em diferentes áreas, ancorados nos princípios da ética, da competência técnica e científica do exercício da cidadania, conforme explicitado no PDI (2019-2023).

Voltada para a contribuição do desenvolvimento regional, a Uniplac vem constantemente analisando as necessidades de seu entorno, em relação a cursos de formação inicial em diferentes modalidades, turnos de funcionamento, regimes de oferta e flexibilizações curriculares necessárias. Estes cursos oferecem titulação a licenciados, bacharéis e tecnólogos, sempre em observância às demandas emergentes e às expectativas da Região Serrana de Santa Catarina e municípios circunvizinhos.

Acompanhando as mudanças em relação as modalidades de oferta, esta IES tem observado que cada vez mais a Educação a Distância tem sido utilizada no sentido de romper as barreiras do tempo e do espaço oferecendo cursos de diversas áreas.

Sendo assim, a partir de 2012, a Uniplac, iniciou-se o estudo para a constituição do setor de EaD a partir de uma história já iniciada no final dos anos de 1990. Dessa forma a Instituição inicia uma nova política de oferta de cursos de formação de professores na modalidade de Educação a Distância, a partir do curso de Pedagogica, objeto desse Projeto.

3.2 Histórico da EaD no Brasil e Ensaaios na Uniplac

3.2.1 Histórico da EaD no Brasil

A história da Educação a Distância no Brasil remonta do início do século XX, aproximadamente em 1923, através da radiodifusão com finalidade educativa, Edgard Roquete Pinto e da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Posteriormente (1941) foi fundado o Instituto Universal Brasileiro, pioneiro no Brasil em ensino a distância, pois utilizava-se de material impresso, enviado pelo correio que visava a formação profissional de nível elementar e médio. Em 1956, foram criadas pelo Movimento Educação de Base - MEB, as escolas

radiofônicas que tinham como objetivo alfabetizar e apoiar a educação de jovens e adultos, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). (VANONI, 2013).

Esse processo foi se consolidando até seu ápice na década de 1990, quando a Educação a Distância se instalou como uma modalidade de oferta de cursos com uma grande abrangência nacional. A Uniplac, já na referida década tentou acompanhar estes avanços, quando a dissiminação das aplicações das novas tecnologias da informação e da comunicação, a convivência com a racionalidade imposta pelos novos processos, para lidar com a informação e a exploração da multimídia tinham a abrangência quase total das dimensões consideradas como produtoras de conhecimento.

Mas a expansão da EaD no Brasil ganha força a partir da publicação da LDB 9.394/1996, que normatiza a Educação a Distância e posteriormente com base legal na Portaria 2.253 de 18.10.2001 e a Portaria MEC n. 4.059 de 2004, todos os cursos na modalidade presencial, desde que já reconhecidos, puderam oferecer 20% da sua carga horária total a distância.

3.2.2 Ensaios de Educação a Distância na Uniplac

Entre os anos de 1992 a 1997, a Uniplac, teve sua primeira experiência documentada da oferta de cursos em Educação a Distância – EaD, com o projeto “Tele-educação”. Este foi um Programa da Secretaria Nacional de Educação Básica do Ministério da Educação e Desporto, em convênio com a Fundação Roquete Pinto, Secretarias Estaduais de Educação e Instituições de Educação Superior do Brasil, envolvendo professores da Rede Pública de Educação.

No ano de 2000, a Educação a Distância voltou a ser objeto de ações nesta Instituição, quando da criação da Coordenação Técnica da EaD – CTEaD, junto ao Núcleo de Informática, cujo objetivo inicial era instalar e manter a infraestrutura técnica necessária para dar suporte aos projetos de EaD da Uniplac. Neste ano a Instituição foi convidada a participar como pólo de tutoria do curso de extensão a distância “TV na Escola e os Desafios de Hoje”, promovido pela Secretaria de Educação a Distância - SEED-MEC, e pela UniRede – Universidade Virtual Pública do Brasil, tendo como público alvo os professores do Ensino Fundamental da rede pública, que previa uma oferta inicial de trinta mil vagas. Este foi o marco inicial da entrada da Uniplac no grupo de Instituições que ofereciam EaD.

Com vistas a sua profissionalização em EaD, a Instituição, participou ativamente do Consórcio-Rede Universidade Virtual Pública de Santa Catarina – UniVirtual/SC, tendo representação no Comitê Gestor e na Câmara de Informática. Este consórcio foi uma iniciativa de algumas instituições do Estado, a fim de unir esforços para a criação e oferta de

curso não-presenciais, nos níveis de graduação, pós-graduação e extensão. Além disso, a Uniplac, participou da Universidade Virtual Pública do Brasil – UniRede – Regional Sul e do Conseed – Consórcio Sul de Educação a Distância, composto por Instituições de Ensino Superior de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. No quadro que segue, uma síntese das ações de EaD na Uniplac, de 2002 a 2014, quando o Conselho Universitário – Consuni, aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia para ser submetido a apreciação da Comissão de avaliação externa do MEC.

QUANDO	O QUE	COMO
2002	Oferta de duas disciplinas – Didática no curso de Matemática e, Jogos e Recreação no Curso de Pedagogia	Utilizando carga horária de 20% na modalidade semipresencial
2003	Criação do “Consórcio – Rede Universidade Virtual/ AcafeVirtual”	Parceria do Sistema Acafe
	Curso de Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem”, em nível de <i>Lato Sensu</i>	Parceria do Instituto FioCruz e Unisul, mais 4 das Instituições participantes do Consórcio UniVirtual-SC - Unesc, Uniplac, Univali e UnC
2007	Levantamento dados para a implantação do Programa de EaD na Uniplac	Por meio da equipe nomeada pela Reitoria
	Oferta de disciplinas na modalidade semipresencial Ciências Contábeis (utilização de 20% da carga horária do curso)	Aprovado Consuni Parecer n. 317 de 31/05/2007
	Oferta de disciplinas na modalidade semipresencial Administração (utilização de 20% da carga horária do curso)	Aprovado Consuni Parecer n. 754 de 19/12/2007
	Aprovação do Programa de Educação a Distância da Uniplac	Parecer n. 760, aprovado em 21 de dezembro de 2007, do Consepe/Consuni e Câmara de Legislação e Normas
	Publicação da Resolução que Dispõe sobre o Programa de Educação a Distância da Uniplac	Resolução n. 067, de 21 de dezembro de 2007
	Publicação da Resolução que Regulamenta a oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial, nos cursos de educação superior reconhecidos da Uniplac	Resolução n. 068, de 21 de dezembro de 2007
2008	Oferta de disciplinas na modalidade semipresencial (20%) - Metodologia Científica e Metodologia da Pesquisa	Edital n. 075
2012	Comissão de elaboração da proposta de Educação a Distância na Uniplac, nomeada pela Reitoria por meio de uma Portaria	O projeto foi organizado em duas etapas: 1ª - Proposta de alavancagem - oferta de disciplinas semipresenciais 2ª - Oferta de cursos totalmente a distância
	Aprovação do Projeto	Constituição da equipe de trabalho com 3 integrantes e definição do espaço físico
	Reestruturação dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura para Oferta de 20% da carga horária em EaD	Comissão EaD (Portaria 080/12)
	Aprovação do Projeto Pedagógico das Licenciaturas para a oferta de 20% da carga horária na modalidade EaD	Aprovado Consuni Parecer n. 219 de 26/11/2012 Aprovado Consuni Parecer n. 227 de 13/12/2012
2014	Organização do PPC de Pedagogia e aprovação via Consuni	Via comissão voluntária de trabalho
2015	Autorização do MEC para a oferta do Curso de Pedagogia em EaD	Via Comissão de Avaliação Externa em 31/05/2015 a 03/06/2015

Em 2014, a partir desta nova proposta, a Uniplac instituiu o setor de EaD, o qual possui atualmente (2022) 12 profissionais destinados ao setor, sendo: (1) Gestor, (1) Designer Instrucional, (1) Técnico Audiovisual, (1) Técnico em Tecnologias, (1) Tutor Técnico, (1) Pedagogo, (1) Revisor, (5) Professores Tutores.

No ano de 2014, a EAD na Uniplac, atendeu um total de 934 alunos, de 07 cursos de licenciaturas, com disciplinas na modalidade semipresencial. Para este trabalho o setor foi responsável pela elaboração dos cadernos de estudo, capacitação docente, discente e suporte pedagógico aos docentes e discentes das disciplinas, sendo este suporte realizado pela tutoria.

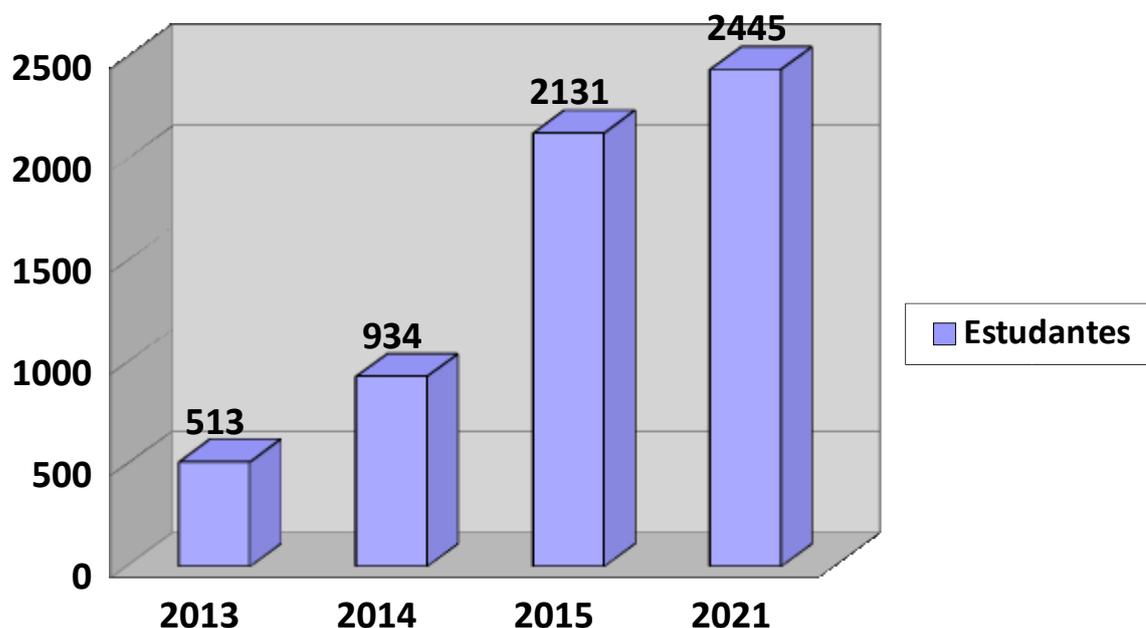
No primeiro semestre de 2015, o setor assumiu as disciplinas semipresenciais dos cursos de Administração e Ciências Contábeis, num total de 760 alunos, bem como pilotos nos cursos de Sistemas de Informação e Direito. A partir de julho de 2015, com a visita da Comissão Externa de Avaliação do MEC a Universidade recebeu a autorização para a oferta do curso de Pedagogia na modalidade EaD.

Em 2018, de acordo com as Resoluções internas do CONSUNI n. 292/2017 e 342, 347 e 355/2018 a universidade, iniciou a oferta das Disciplinas Institucionais, sendo que todos os cursos, com exceção de Medicina, passaram a ter semestralmente uma disciplina na modalidade a distância, até o 5º semestre.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do número de alunos atendidos em disciplinas de semipresenciais e a distância.

Alunos atendidos em

Disciplinas Semipresenciais e a Distância



3.2.3 Princípios e Características da EaD na Uniplac

Na mesma perspectiva da missão Institucional, a Educação a Distância da Uniplac assume o papel de ampliar as modalidades educacionais no conjunto de cursos, como também de proporcionar diferentes possibilidades de organização do ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente a Educação a Distância está consolidada como uma modalidade de formação e, por tratar-se de uma relação direta entre material instrucional, relação professor / aluno e diferentes espaços virtuais de aprendizagem, impera tanto aos professores quanto aos desafios a serem superados. As novas ambientações de aprendizagem concebem uma nova forma de ensinar e aprender, prática esta que consolida a democratização de acesso e a perspectiva da melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Nesta perspectiva a EaD da Uniplac, tem como princípios a democratização, autonomia, comunicação, interação, socialização, abertura, criatividade, educação permanente e flexibilidade, tendo o aluno como sujeito do processo de aprendizado. Esse processo é mediado pelo professor tutor, tutor técnico e material instrucional de forma interativa e analítica, superando as aulas expositivas, repetitivas e receptivas apenas. Para tanto, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, dispõe de tecnologias que facilitem a interação entre o aluno e o professor, num processo colaborativo.

Para Carneiro (2005, *apud*, OESTERREICH e MONTOLI, 2010, p. 07), a

“colaboração e a construção conjunta; a atividade criativa; a exploração da informação, promovendo a aprendizagem por descoberta; um novo perfil de aluno, um aluno construindo ativamente sua aprendizagem; a possibilidade de manter a individualidade através de ferramentas que levem em conta as características individuais dos alunos”, são características inerentes a educação a distância e devem ser observadas e consideradas no momento da organização do Projeto Pedagógico do curso.

Diante disso, destaca-se que é necessário proporcionar atividades acadêmicas que efetivamente trabalhem na perspectiva do “pleno desenvolvimento da pessoa, no preparo para o exercício da cidadania e, na qualificação para o trabalho” (Art. 205 – CFB, 1988), por meio da interlocução crítica de alunos e professores, na forma de fóruns, chats, e-mails, tutorias, ou outras formas de interação nos Ambientes Virtuais de Aprendizagens.

Sendo assim, a Educação a Distância da Uniplac tem como principal característica a construção de um processo de ensino e aprendizagem holístico, fundamentada nos três eixos destacados pelo art. 205 da Constituição, que legitima a sua identidade enquanto universidade e a sua relevância para a comunidade onde está inserida e para as diversas regiões, em que tenham acesso a esta modalidade de educação.

3.2.4 Justificativa para a criação do curso

O Curso de Pedagogia em sintonia com a LDB n. 9394/96, com as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil e as recomendações constantes dos PCN's, as Diretrizes Curriculares Nacionais do próprio curso, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense propõe uma formação de nível superior com foco na docência da Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens, Adultos e Idosos, com formação para uma prática pedagógica nas dimensões de gestão, políticas educacionais e atuação em práticas não escolares, numa articulação estruturada à atuação prática e à produção do conhecimento, pela pesquisa, ensino e extensão, na área da educação, de forma que essas práticas favoreçam o desenvolvimento de um profissional com competência científica, para que o de Curso de Pedagogia da UNIPLAC em seu Projeto Pedagógico demonstre atuação de forma ética, crítico-reflexiva e criativa em espaços escolares e não escolares.

Com base nos pressupostos supracitados, e de acordo com a demanda da região serrana de Santa Catarina, a Uniplac passou a oferecer o curso de Pedagogia na modalidade EaD. Isso se deu, uma vez que esta Universidade é referência na região, atendendo estudantes desde Alfredo Wagner (grande Florianópolis) até Vacaria no estado do Rio Grande do Sul. Nesse

sentido, a modalidade à distância pode satisfazer as demandas de qualificação profissional docente dos munícipes das cidades adjacentes sem a necessidade de descolamento diário até o campus-sede.

Outro fator determinante na oferta deste curso é o fato de as atividades serem propostas de forma assíncrona, permitindo com que os estudantes trabalhadores, possam estudar dentro de sua disponibilidade de tempo.

Além disso, são inegáveis as contribuições das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação para a área da Educação na atualidade, o que tem o potencial de democratizar o acesso ao conhecimento, independentemente de tempo e lugar.

Além disso, destaca-se a Coordenadoria Regional de Lages tem 12 municípios com 44 escolas, incluindo o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) e os Centros de Educação Profissional (CEDUPs). Além disso a Secretaria Municipal de Educação no município de Lages tem 78 Centros de Educação Infantil (CEIM); 33 Escolas Municipais de Educação Básica (EMEB) e 15 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF). Contudo, esses são os dados das escolas apenas no Município de Lages, mas a IES tem estudantes de outros municípios de Santa Catarina, incluindo da grande Florianópolis; bem como estudantes das cidades limítrofes do estado do Rio Grande do Sul.

3.3 Articulação entre o Ensino, Pesquisa e Extensão

3.3.1 Articulação entre Ensino e Pesquisa

Conforme Demo (1997), a pesquisa é o questionamento e a intervenção sistemáticos, rigorosos, críticos e criativos, em diálogo permanente, teórico e prático, com a realidade. A transformação – de desconhecido para conhecido – é o que pode ser entendido como “conhecimento produzido”, ou seja, produto e processo da pesquisa. Pesquisar se coloca, portanto, como um dos pilares da Universidade e se caracteriza conceitualmente pela busca de tornar conhecido algum aspecto desconhecido da realidade.

Salienta-se que essa realidade se coloca como desafio para a Universidade atualmente, tendo em vista que é nos cursos de graduação que os estudantes iniciam o contato mais efetivo com os métodos de investigação científica e os processos de pesquisa. Nessa acepção, cabe à graduação despertar o acadêmico para a pesquisa científica e desenvolver o espírito ético e profissional nos seus estudantes.

A Uniplac é uma universidade comunitária e, respeitando este perfil, os conceitos dos três eixos temáticos que norteiam suas linhas de pesquisa, que valem para os cursos de graduação e pós-graduação, foram meticulosamente discutidos e escolhidos, respeitando a identidade institucional:

- 1. Tecnologia voltada para a Inovação;**
- 2. Saúde Pública;**
- 3. Cidadania.**

De acordo com o Parecer do CONSUNI n. 080, aprovado em 15/12/2011, as linhas de pesquisa são:

1. Planalto Serrano Catarinense: desenvolvimento territorial.
2. Educação, cultura e políticas públicas.
3. Trabalho, educação e sistemas produtivos.
4. Democracia, cidadania e sociedade.
5. Saúde, ambiente e qualidade de vida.
6. Ciência, política e tecnologia.

As linhas de pesquisa trabalham na ótica do respeito ao contexto histórico, porém de forma mais ampla e contemplando um número expressivo de áreas tanto da graduação, quanto da pós-graduação; da apresentação em forma de categorias, eixos temáticos, com o cuidado de que a primeira categoria sempre seja a macro (principal) e que a segunda faça a mediação desta com a terceira; de que as especificidades sejam trabalhadas nos grupos de pesquisa e nos cursos de graduação e pós-graduação.

A Uniplac procura acompanhar a necessidade do crescimento dos investimentos nos para a área da pesquisa, principalmente nos últimos anos, fomentando a produção científica e tecnológica nos grupos de pesquisa, consolidando a identidade de pesquisador dos docentes e discentes da instituição.

Destaca-se o investimento para a estruturação de laboratórios, a adesão às bolsas de pesquisa, um potente corpo docente com doutorado e profícuas parcerias estabelecidas com órgãos de fomento, estadual, nacional e internacional. Sublinha-se que a Uniplac realiza, com no mínimo duas edições, a capacitação docente durante o ano letivo, os cursos de graduação realizam as semanas acadêmicas, além de outros eventos científicos como simpósio, encontro,

palestras, etc. Acontecem também, nos dois semestres letivos a Mostra Científica como maior evento da Universidade.

Na Educação a Distância a pesquisa é fundamental para a construção do conhecimento de todos os alunos. Neste projeto pedagógico está sendo assegurado principalmente na disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica, que acontece do 6º. ao 8º semestre, cuja principal característica é a da investigação e da problematização em relação ao contexto educacional real, além das demais áreas que propõem ações de articulação metodológica, inerente a modalidade da oferta.

3.3.2 Articulação entre Ensino e Extensão

A trajetória da extensão universitária no país é marcada por uma série de permanências e rupturas cuja interlocução com o momento histórico é visível nas políticas e ações implementadas ao longo do último século e das primeiras décadas do século XXI. Não se pretende aqui realizar um panorama histórico desse processo, apenas contextualizá-lo a fim de incrementar o sentido das concepções de extensão da Uniplac no âmbito do ensino de graduação, bem como os programas e ações por ele preconizados.

As primeiras experiências de extensão universitária no Brasil datam das duas primeiras décadas do século XX, ocasião em que ocorreu o início de um amplo movimento que passa todas as décadas posteriores, até que, na década de 80, a concepção de extensão e de universidade, frente ao amadurecimento proporcionado ao longo dos anos, passou a integrar a Carta Constitucional de 1988, a qual ressalta em seu artigo 207 que “as Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. (Brasil, 1988, grifos nossos).

Essa integração a carta constitucional reforçou um amplo processo por parte do governo federal no sentido de promover um forte incentivo à extensão universitária, focando nos últimos anos na publicação de instrumentos legais que convergem com o seu fortalecimento. Entre estes podemos citar o Decreto n. 7.416, de 30 de Dezembro de 2010, que regulamenta a concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária; Lei n. 12.155 de 23 de dezembro de 2009, que em seu artigo décimo reitera a concessão de bolsas para o desenvolvimento das atividades de ensino e extensão e o Decreto n. 6.495 de 30 de junho de 2008, que instituiu o Programa de Extensão Universitária – Proext, fomentando o financiamento a projetos de extensão universitária para estreitar os laços da universidade com

a sociedade na transformação social. Além dessas, podemos ainda citar a Lei n. 8.035 de 2010, e o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, que reitera a relevância da extensão no âmbito da graduação por meio de programas e projetos de extensão universitária.

Em toda essa legislação percebe-se a extensão como um espaço de produção do conhecimento, onde existe a convergência com o ensino e a pesquisa de forma articulada com a mudança social e comprometida com o desenvolvimento econômico e social das regiões abarcadas pelas instituições universitárias.

No bojo de todo o processo a UNIPLAC, por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2019-2023, preconiza uma política de extensão voltada para a constituição de um processo educativo, cultural e científico a partir da articulação com o Ensino e a Pesquisa, viabilizando uma relação entre a universidade e a sociedade.

Dentre as regulamentações que viabilizam a extensão, podemos citar o Decreto n.7.416, de 30 de Dezembro de 2010, que regulamenta a concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária; Lei n. 12.155 de 23 de dezembro de 2009, que em seu artigo décimo reitera a concessão de bolsas para o desenvolvimento das atividades de ensino e extensão e o Decreto n. 6.495 de 30 de junho de 2008, que instituiu o Programa de Extensão Universitária – PROEXT, fomentando o financiamento a projetos de extensão universitária para estreitar os laços da universidade com a sociedade na transformação social. Além dessas, podemos ainda citar a Lei n. 13.005 de 2014, e o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que reitera a relevância da extensão no âmbito da graduação por meio de programas e projetos de extensão universitária.

Em toda essa legislação percebe-se a extensão como um espaço de produção do conhecimento, onde existe a convergência com o ensino e a pesquisa de forma articulada com a mudança social e comprometida com o desenvolvimento econômico e social das regiões abarcadas pelas instituições universitárias.

Trata-se de uma busca pela ligação entre teoria e prática, a fim de produzir conhecimento e compor um processo de formação de cidadãos e profissionais capacitados para o trato social e profissional. O PDI da UNIPLAC 2019/2023 também preconiza o foco dos Programas de Extensão para o período por ele compreendido, sendo eles:

1. Promoção da educação e do trabalho;
2. Assistência jurídica a família;
3. Assistência social a família;
4. Manutenção dos alunos carentes na universidade;

5. Promoção do esporte e cultura;
6. Promoção da inclusão social de pessoas com necessidades especiais;
7. Promoção do direito à assistência de crianças, adolescentes, mulheres e idosos:
8. Ações comunitárias com vistas ao desenvolvimento regional sustentável.
9. Promoção da educação continuada, qualificação e cursos de curta duração.

As linhas de ação acima citadas, juntamente as políticas nacionais de incentivo a extensão universitária, constituem o embasamento por meio do qual se desenvolvem as atividades extensionistas na universidade e, por consequência, incidem nas ações desenvolvidas no âmbito do ensino de graduação, bem como na pesquisa universitária.

Isso porque a extensão em uma IES Comunitária como a UNIPLAC nos remonta a função social da universidade, uma vez que a junção da tríade sustentadora deste título permite o desenvolvimento de um trabalho na democratização do conhecimento, por meio da interdisciplinaridade e do compromisso com a busca de alternativas para as demandas sociais da região de abrangência da instituição.

A partir dessa concepção de necessária convergência entre o ensino e a extensão, é que a IES, por meio da Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, por meio de sua Coordenação de Extensão, promove um movimento de formação extensionista para docentes e discentes, no sentido de construir sólidas bases para que os cursos de graduação possam ampliar e fortalecer as suas atividades de extensão.

No contexto da graduação, a extensão universitária se faz presente por meio de diversas atividades de extensão, sendo estas Programas de Extensão, Projetos de Extensão (Curta Duração e Permanentes), eventos e cursos de extensão. Ao colegiado do curso compete a reflexão em torno da relevância das atividades extensionistas para cada etapa do processo de formação no curso, bem como a execução destas, seja por meio de submissão de propostas nas diversas modalidades acima mencionadas.

Ressalta-se que a universidade mantém anualmente um edital de bolsas de extensão para projetos permanentes com financiamento por meio de recursos próprios, permitindo ao colegiado a captação de verbas para a promoção de atividades de extensão de longa duração que articulem os âmbitos do ensino e da extensão, bem como o da própria pesquisa, em face de necessidade de indissociabilidade dessa tríade preconizada pela legislação supracitada.

Buscando o aperfeiçoamento e desenvolvimento do aluno, destaca-se ainda como atividades de extensão desenvolvidas no curso de Pedagogia vários seminários, com temas dire-

cionados a formação do aluno com foco na área, palestras com vários segmentos da sociedade, buscando integrar conteúdo teórico e a aplicação prática, estudos de casos, visitas, nos diversos segmentos educacionais na região.

3.3.3 A Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão no Contexto do Curso

A educação no Brasil, “como direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 1998), visa o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho das pessoas, com vistas a transformar e melhorar a vida em comunidade. Nas disposições legais brasileiras acerca das Instituições de Ensino Superior, registra-se que essas instituições devem garantir a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

A Uniplac, na condição de universidade, sustenta-se na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, uma vez que esse “tripé” é o articulador e o sustentáculo daquilo que a universidade se propõe a ser, ou seja, uma instituição que deve oportunizar condições concretas para a formação inicial das pessoas, e, acima de tudo, contribuir com a formação de talentos humanos para o desenvolvimento social (FOX, 1988).

A missão de uma universidade não está pautada apenas no Ensino, mas também na produção de conhecimento, por meio da Pesquisa acadêmica, e na sua aplicação - Extensão - na sociedade em que a instituição se insere, com vistas a formação humana e cidadã, comprometida com o bem-estar coletivo e com o desenvolvimento econômico e social da região

Essas três esferas não existem de forma isolada, elas articulam-se num movimento dialógico que enriquece o processo de aprendizado por meio da geração do conhecimento e sua consolidação por meio da prática, o que corrobora com um processo de ensino holístico à medida que compreende o desenvolvimento das mais diversas atitudes, competências e habilidades inerentes e imprescindíveis ao profissional e cidadão do mundo contemporâneo. Esse tripé se consolidará no local de origem dos alunos envolvidos tendo as Tecnologias de Informação e Comunicação- TIC como suporte para a construção do conhecimento e espaço de reconhecimento dos sujeitos envolvidos.

Como já foi registrado, o Curso de Pedagogia oportunizará a articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão na oferta de disciplinas, conteúdos curriculares, campos de estágio e demais atividades acadêmicas que tenham tal especificidade. No desenvolvimento de projetos e seminários interdisciplinares, bem como na disciplina de “Pesquisa e Prática Pedagógica” que problematizam a realidade da comunidade escolar, levantando questões que possam se tornar objetos de investigação para projetos de iniciação científica, bem como de ativi-

dades de extensão que efetivem o conhecimento científico como uma ferramenta para a formação humana, profissional e cidadã.

3.4 Concepção de Ensino do Curso

O curso de Pedagogia em EaD da Uniplac tem como princípio a formação docente que contribua para o desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, dos alunos, lhes possibilitando permanentemente a (re)construção dos seus saberes-fazer, a partir das necessidades e desafios que o processo educacional, como prática social, lhes coloca no cotidiano. A partir da ideia de historicidade e provisoriade da Ciência, a concepção de produção do conhecimento que deverá sustentar a proposta tem a seguinte base:

- a) problematização e compreensão dos limites e possibilidades do trabalho educativo escolar;
- b) aprofundamento epistemológico e metodológico das ciências que integram o currículo;
- c) compreensão do cotidiano escolar como um dos parâmetros balizadores da competência do profissional de Educação.

As atividades curriculares têm como princípios articuladores as dimensões das Ciências Humanas e Fundamentos; da Escola, Cultura e Sociedade; do Ensino e Aprendizagem, Conhecimento e Escolarização; das Práticas Escolares e das Atividades Complementares da Graduação.

3.5 Política das Licenciaturas da Uniplac

A política institucional da Uniplac se faz considerando o contexto socioeconômico, cultural e como se apresenta o mundo do trabalho em nossa região, para tal vem proporcionando cursos de graduação em diferentes modalidades, turnos, regimes de oferta e flexibilizações curriculares.

No final de 2006 foi aprovada a política das licenciaturas da Uniplac e a sua implantação representou uma inovação pedagógica em vários sentidos: envolve o compartilhamento de disciplinas totais e parciais, transgride a perspectiva disciplinar e articula no planejamento das atividades acadêmicas a integração das diferentes áreas do conhecimento, disciplinas, conceitos, estabelecendo a relação entre os conhecimentos teóricos e práticos necessários ao desempenho da profissão.

A instituição dessa política foi um avanço no sentido de se perceber as licenciaturas, como projetos pedagógicos de formação de professores com uma base comum, compartilhadas, a parte profissionalizante e os conhecimentos específicos. A partir desse contexto, emergiu a possibilidade da oferta de disciplinas semipresenciais, compartilhadas entre diferentes áreas, com a produção de material didático impresso, a utilização de plataforma e Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, tutoria, dentre outras condições necessárias para o uso das tecnologias da informação e da comunicação.

Este é um novo tempo e o início de uma nova política para as licenciaturas, tendo a Educação a Distância como meio facilitador utilizado pela Universidade na formação de professores reflexivo, investigativos e que compreendam a importância de uma formação integral na perspectiva de entender que “a formação não se

constrói por acumulação de cursos, conhecimentos e técnicas, mas sim, através de um trabalho de flexibilidade crítica sobre práticas e de reconstrução permanente da identidade pessoal” (NÓVOA, 1995, p.25).

3.5.1 Relevância Social

O cenário da Educação Básica no Brasil tem apresentado desafios a serem vencidos urgentemente, tendo em vista que a educação é um direito de todos assegurado pela Constituição Federal (1988). O país é um dos líderes mundiais em reprovação no 1º Ano do Ensino Fundamental. A metade dos alunos que ingressam no Ensino Fundamental não conseguem avançar na aprendizagem, tendo em vista as dificuldades de apropriação dos conhecimentos básicos – ler e escrever e fazer as operações básicas de matemática. Há um percentual muito baixo de alunos que conseguem concluir o Ensino Médio em relação aos que iniciam este nível de escolarização, dentre outros.

A este propósito, é preciso ponderar que o panorama de dificuldade na educação brasileira é resultado de um conjunto de fatores, que vai desde a falta de políticas públicas educacionais, a falta da efetivação das políticas públicas existentes, falta da valorização e da constituição de bases para a carreira profissional, coerentes com as necessidades do país. A formação dos professores é outro desafio, não só para as políticas governamentais, mas também para as Instituições de Ensino Superior (IES), que possuem cursos de licenciatura.

Também são vários os aspectos que tem ocasionado o esvaziamento de cursos desse grau, dentre os já destacados no parágrafo acima, também estão o desinteresse pela profissão, a baixa da condição social que a profissão oferece e ainda, a dificuldade de acesso em decorrência das distâncias geográficas. Nesse sentido a Educação a Distância (EaD), tem sido facilitadora no rompimento da barreira do tempo/espaço. Esta é uma das maiores relevâncias sociais dessa modalidade de oferta de cursos de formação de professores, a dificuldade da mobilidade.

Para tanto, o Curso de Pedagogia na modalidade EaD, da Uniplac, tem seu Projeto Político de Curso (PPC), fundamentado nos aspectos que envolvem a formação integral, relações com o meio físico e as relações pessoais, sociais, políticas, culturais e econômicas, conforme reafirma um dos eixos condutores da Proposta Curricular de Santa Catarina (2014, p.26):

[...] quando tomamos a educação integral desde uma perspectiva histórico-cultural, torna-se evidente a busca por uma formação que considere a emancipação, a autonomia e a liberdade como pressupostos para uma cidadania ativa e crítica, que possibilite o desenvolvimento humano pleno e a apropriação crítica do conhecimento e da cultura.

Sendo assim, a Uniplac como uma Instituição Comunitária, tem em sua Missão, Visão e Princípios as questões relacionadas a sua responsabilidade social. Inclusive os dados do contexto educacional do Brasil se reproduzem também na Região Serrana de Santa Catarina, embora reconheça-se, não na mesma proporção e dimensões de outras partes do país. Alguns dados apresentados no próprio Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023), justificam que a região carrega índices de desenvolvimento humano abaixo da média do estado, realidade que vai comandar as preocupações, as concepções, o planejamento e as práticas da Universidade do Planalto Catarinense.

A partir desta constatação, Mello, Almeida Filho e Ribeiro (2007), argumentam que uma Universidade socialmente relevante, tem como objetivo interferir no Ensino Superior, em 3 níveis principais:

- a) A luta por padrões de qualidade;
- b) A universalidade de acesso;
- c) A implementação de programas sociais relevantes.

Ao aceitar tais premissas, a Uniplac, antes de mais nada busca garantir formação qualitativa e quantitativa de quadros competentes e adequados às exigências do desenvolvimento local e regional, em contexto de globalização da economia e da sociedade. A isso podemos chamar de pertinência científica. O segundo desafio refere-se à garantia de educação superior para todos, ou, pelo menos, para o mais amplo leque possível de pessoas interessadas. O terceiro, obviamente deve ser uma decorrência dos outros dois, remete à conquista da relevância social. (Op. cit., 2007).

É recorrente que, para cumprir suas finalidades sociais e não frustrar as expectativas, a Uniplac deve formar profissionais capazes de projetar as mudanças e transformações no nível em que o mundo precisa. Daí decorre que as políticas institucionais, a matriz curricular do Curso, bem como a capacidade de interação por meio dos professores, tutores, alunos tendo como instrumento base o Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Sob estas diretrizes, coloca-se a Universidade de fato como instituição sintonizada nos problemas regionais e do país, atenta às necessidades de inovação e qualidade, e mediadora da relação comunidade acadêmica e comunidade externa, em direção aos objetivos e metas acima explicitados.

3.6 Perfil Profissional do Curso

Ao concluir o Curso de Pedagogia o egresso deverá ser um profissional teoricamente fundamentado, politicamente comprometido e historicamente situado, habilitado a atuar no ensino, na organização e gestão de

sistemas educacionais, nas unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento com um aporte significativo do uso das tecnologias de informação e comunicação. Ainda, atuar em diversas áreas da educação, tendo a docência como base obrigatória de sua formação e identidade profissional.

3.7 Objetivos do Curso

3.7.1 Objetivo Geral

Habilitar professores/educadores a partir de princípios éticos políticos e de referenciais teórico-metodológicos, considerando o ser humano e a prática educativa em suas dimensões contextuais, atitudinais e procedimentais.

3.7.2 Objetivos Específicos

- Desenvolver saberes docentes que incluam conhecimentos teóricos e práticos no campo da educação e dos conhecimentos que mediarão sua atividade nas instituições escolares e não escolares;
- Demonstrar competências do ponto de vista ético e epistemológico, com espírito crítico e reflexivo;
- Participar na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
- Contribuir para a difusão e para a construção do conhecimento científico da Pedagogia;
- Utilizar com propriedade instrumentos próprios para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, promovendo princípios democráticos, equidade e cidadania.
- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, orientação sexual, geração, classes sociais, religiões, deficiências e necessidades especiais.

3.8 Áreas de Atuação Profissional

O licenciado em Pedagogia é o profissional que estuda e investiga o processo educativo. Deverá ser identificado por competências e habilidades desenvolvidas durante a formação acadêmica teórica e prática, para atuar no processo de docência da Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio, na Formação de Professores, em escolas públicas e privadas. Também na gestão dos processos pedagógicos e administrativos das instituições escolares, voltadas para a Educação Básica.

3.9 Estrutura Curricular, Ementário e Referências

3.9.1 Estrutura Curricular do Curso de Pedagogia

1º SEMESTRE					
Relação Sujeito e Escola					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Filosofia da Educação	80	4	-	66	14
Sociologia da Educação	80	4	05	61	14
História da Educação	80	4	05	61	14
Profissão Docente*	40	2	-	33	07
Tecnologias da Informação e Comunicação**	80	4	70	10	-
Subtotal	360	18	80	231	49
2º SEMESTRE					
Educação Escolar e Sociedade					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Antropologia da Educação	40	2	-	33	07
Alfabetização e Letramento	80	4	10	56	14
História da Educação Brasileira	80	4	-	66	14
Políticas Públicas da Educação Básica*	40	2	-	33	07
Psicologia da Educação*	40	2	-	33	07
Cultura, Diferença e Cidadania**	80	4	70	10	-
Subtotal	360	18	80	231	49
3º SEMESTRE					
Processos de Aprendizagem					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Tecnologia da Educação	40	2	20	13	07
Currículos e Saberes*	40	2	-	33	07
Alfabetização e Numeralização I	80	4	20	46	14

Psicologia da Aprendizagem	80	4	-	66	14
Literatura Infantojuvenil	40	2	-	33	07
Língua Portuguesa**	80	4	70	10	-
Subtotal	360	18	110	201	49
4º SEMESTRE					
Prática Pedagógica					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Processos Socioculturais Formais e Não Formais	40	2	-	33	07
Educação e Necessidades Especiais*	40	2	-	33	07
Fundamentos da Didática	40	2	-	33	07
Alfabetização e Numeralização II	80	4	20	46	14
Estágio Curricular Obrigatório I	80	4	-	80	-
Iniciação à Pesquisa Científica**	80	4	70	10	-
Subtotal	360	18	90	235	35
5º SEMESTRE					
Atuação Docente: Educação e Infância					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Didática*	80	4	-	66	14
Estágio Curricular Obrigatório II	80	4	-	80	-
Projeto Pedagógico e Cotidiano na Educação Infantil	40	2	-	33	07
Fundamentos da Educação Infantil e Direitos da Infância	80	4	10	56	14
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**	80	4	70	10	-
Subtotal	360	18	80	245	35
6º SEMESTRE					
Atuação Docente: Anos Iniciais do Ensino Fundamental					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Estágio Curricular Obrigatório III	80	4	-	80	-
Alfabetização e Numeralização III	80	4	10	56	14
Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais do ⁴ Ensino Fundamental - I	80	4	10	56	14
Práticas Pedagógicas da Educação Especial	80	4	10	56	14
Libras I*	40	2	-	33	07
Pesquisa e Prática Pedagógica I*	40	2	-	33	07
Subtotal	400	20	30	314	56
7º SEMESTRE					
Atuação Docente: Anos Iniciais do Ensino Fundamental					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	Extraclasse (PCC)

4 Alteração de nomenclaturas, Parecer CONSUNI n. 005, de 13/07/20.

Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais do ⁵ Ensino Fundamental - II	160	8	40	90	30
Alfabetização e Numeralização IV	80	4	10	56	14
Estágio Curricular Obrigatório IV	80	4	-	80	-
Libras II*	40	2	-	33	07
Pesquisa e Prática Pedagógica II*	40	2	-	33	07
Subtotal	400	20	50	292	58
8º SEMESTRE					
Atuação Docente: Educação de Jovens e Adultos					
Atuação Interdisciplinar					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Andragogia	80	04	-	66	14
Alfabetização e Numeralização na Educação de Jovens e Adultos - EJA	80	04	10	49	21
Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais do ⁶ Ensino Fundamental - III	80	04	10	50	20
Estágio Curricular Obrigatório V	80	04	-	80	-
Gestão de Processos Educacionais*	40	02	-	33	07
Pesquisa e Prática Pedagógica III*	40	02	-	33	07
Subtotal	400	20	20	311	69
Atividades Complementares	200	-	-	-	-
CARGA HORÁRIA TOTAL	3200	150	540	2060	400

* **Disciplina Compartilhada**

** **Disciplina Institucional**

Observação: O Decreto n. 5.626 em seu art. 3º, parágrafo 2º, publicado em 22 de dezembro de 2005, normatizou a oferta da disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais) em todos os cursos de Graduação. Tornando-o obrigatório nos cursos de Licenciatura e facultando o seu oferecimento em outros cursos de Graduação.

3.9.2 Resumo Explicativo

Composição da Estrutura Curricular	Carga Horária
Disciplinas Compartilhadas*	520
Disciplinas Institucionais**	400
Disciplinas Específicas	1.680
Estágio Curricular Obrigatório	400
Atividades Complementares	200

3.9.3 Ementário e Referências

5 Alteração de nomenclaturas, Parecer CONSUNI n. 005, de 13/07/20.

6 Alteração de nomenclaturas, Parecer CONSUNI n. 005, de 13/07/20.

1° SEMESTRE

Relação Sujeito e Escola

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Filosofia e educação. Educação como objeto de reflexão filosófica. Filosofia da educação no Brasil
Referências	<p>Básica: ARANHA, Maria Lúcia Arruda. Filosofia da Educação. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. GHIRALDELLI, Jr. Paulo. Filosofia e história da educação brasileira. Baruer: Manole, 2012. PAVIANI, Jayme. Problemas de Filosofia da Educação. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.</p> <p>Complementar: CHAUI, Marilena de Souza. Convite à filosofia. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002. KANT. Immanuel. Sobre a pedagogia. Tradução de Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Unimep, 2012. LUCKESI, Cipriano. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 2011. NOBRE, Marcos; REGO, José Marcio. Conversas com filósofos brasileiros. São Paulo: 34 Ltda, 2001. REALE REALE, Giovanni. História da filosofia antiga: das origens a Sócrates. v. 1. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.</p>
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	
Carga horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Abordagem sociológica da educação. Educação no pensamento sociológico clássico e contemporâneo. Sociologia da educação na América Latina e no Brasil. Educação e trabalho.
Referências	<p>Básica: ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. APPLE, Michael W. Educação e poder. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. FORQUIN, Jean Claude. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.</p> <p>Complementar: DALAROSA, Adair Ângelo. Estado, educação e sociedade. Caçador: UNC, 1998. DEMO, Pedro. Desafios modernos da educação. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. FERREIRA, Roberto Martins. Sociologia da Educação. São Paulo: Moderna, 1996. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. POPKEWITZ, T. S. Reforma Educacional: uma política sociológica - poder e conhecimento em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.</p>

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	
Carga horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	História da educação. Introdução aos períodos: da antiguidade, idade média, moderna e contemporânea. Implicações político-pedagógicas do Humanismo Renascentista, da Reforma e Contrarreforma. Fundamentos teórico-metodológicos na formação do educador. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade.
Referências	<p>Básica: CAMBI, Franco. História da Pedagogia. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo. Fundação UNESP (FEU), 1999. GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 1995. SAVIANI, Demerval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.</p> <p>Complementar: FRANCO, José Eduardo; RITA, Annabela. O Mito do Marquês de Pombal: a mitificação do Primeiro-Ministro de D. José pela Maçonaria. Lisboa: Prefácio, 2004. MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 2000. MARROU, Henri Irene. História da educação na antiguidade. São Paulo: EPU, 2017. MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. A educação escolar em perspectiva histórica. Campinas: Autores Associados, 2005. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. Histórias e memórias da educação no Brasil: séculos XVI-XVIII. v. 1, 2, 3. Petrópolis: Vozes, 2011.</p>
PROFISSÃO DOCENTE (Compartilhada)	
Carga horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Profissão professor: identidade e exigências atuais. Formação pedagógica e os desafios contemporâneos. Formação inicial e continuada dos professores e profissionalização. Função da aula no processo de construção do conhecimento.
Referências	<p>Básica: ALARCÃO, I. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. CHARLOT, B. Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005. MEIRIEU, P. Carta a um jovem professor. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>Complementar: BOURDIEU, P. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1982. FREIRE, P. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'água, 1994. GADOTTI, M. Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido.</p>

	<p>Novo Hamburgo: FEEVALE, 2003. NÓVOA, A. (Org.). Profissão professor. 2. ed. Portugal: Porto, 1995. PRADOS, R. M. N.; BONINI, L. M. de M. A teia do saber: um novo olhar sobre a formação do professor. Mogi das Cruzes: Oriom, 2004.</p>
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (Institucional)	
Carga horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Ensino superior e educação a distância. Informática básica. Comunidades de aprendizagem virtual. Ambientes colaborativos. Softwares e sistemas de informação direcionados para as áreas do conhecimento.
Referências	<p>Básica: FRANÇA, Alex Sandro de. Games, web 2.0 e mundos virtuais em educação. São Paulo: Cengage Learning, 2015. JENKINS, Henry. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2012. MOORE, Michael. Educação à distância uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2012.</p> <p>Complementar: FREIRE, Emerson; BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Sociedade e tecnologia na era digital. São Paulo: Érica, 2014. LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010. MESQUITA, Deleni. Ambiente virtual de aprendizagem conceitos, normas, procedimentos e práticas pedagógicas no ensino a distância. São Paulo: Erica, 2014. MUNHOZ, Antonio Siemens. Qualidade de ensino nas grandes salas de aula. São Paulo: Saraiva, 2014. SANTOS, Aldemar de Araújo. Informática na empresa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. SANTOS, Vanice dos. Ágora digital: o cuidado de si no caminho do diálogo entre tutor e aluno em um ambiente de aprendizagem. Jundiaí: Paco editorial, 2013.</p>
2º SEMESTRE	
Educação Escolar e Sociedade	
ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO	
Carga Horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Diferentes formas de organização societária. Sociedade, cultura e educação com ênfase nas sociedades contemporânea. Parentesco e Família. Multiculturalismo e a educação. Ritos, rituais e práticas escolares. Lugares e não lugares antropológicos na educação. Políticas de identidade. Prática antropológica: o método e a pesquisa em antropologia e educação.
Referências	<p>Básica: DAMATTA, Roberto. Relativizando: introdução a uma Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.</p>

	<p>MARC, Augé. Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.</p> <p>MELLO, Gonzaga. Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.</p> <p>Complementar: ANDRÉ, Marli Eliza D. A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1998. BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2001. ESPINA BARRIO, A. B. Manual de antropologia cultural. Recife: Massangana, 2005. HOEBEL, E. A. & FROST, E. L. Antropologia cultural e social. São Paulo: Cultrix, 2007. MARCONI, M. de. & PRESOTTO, Z. M. Antropologia: uma introdução. São Paulo: Atlas, 2001.</p>
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	
Carga Horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Conceitos. Diferenças e inter-relações entre alfabetização e letramento. Teorias da aquisição da linguagem. Aspectos psicolinguísticos da aquisição da fala e da escrita.
Referências	<p>Básica: KRAMER, Sônia. Alfabetização leitura e escrita: formação de professores em curso. São Paulo: Ática, 2004. SANTOS, Carmi Ferraz e MENDONÇA, Márcia. Alfabetização e letramento: conceitos e relações. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Letramento no Brasil. São Paulo: Global, 2003.</p> <p>Complementar: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf GARCIA, Regina Leite (Org.). A formação da professora alfabetizadora: reflexões sobre a prática. São Paulo: Cortez, 2015. PARREIRA, Ninfa. Confusão de línguas na literatura: o que o adulto escreve, a criança lê. Belo Horizonte: RHJ, 2009. SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciências e Tecnologia. Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005. SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Orgs.). Estudos da infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.</p>
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	História da educação no Brasil no período colonial e imperial. Estudo das

	<p>lutas e movimentos sociais. Historicidade do fenômeno educativo na sociedade brasileira. História da educação e da escola no Brasil republicano. Surgimento da escola e da sala de aula no Brasil, em Santa Catarina e em Lages.</p>
Referências	<p>Básica: ARANHA, Maria Lúcia de A. História da educação e da pedagogia geral e Brasil. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2007. HORTA, José S. B. A Constituinte de 1934: Comentários. In FÁVERO, Osmar (org.). A educação nas constituintes brasileira 1823-1988. 2. ed. Campinas: Autores associados, 2001. RIBEIRO, Maria Luisa S. História da Educação Brasileira: A organização escolar. Campinas: Autores Associados, 1989.</p> <p>Complementar: FRANCISCO FILHO, Geraldo. A educação brasileira no contexto histórico. 2. ed. Campinas: Alinea, 2013. MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia e GONDRA, José g. (Orgs.) Educação no Brasil: História, Cultura e Política. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs.) História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2010. TEIXEIRA, Anísio. Educação no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cia Nacional, 1976. VENÂNCIO FILHO, Alberto. O manifesto dos pioneiros da escola nova, 1932. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1989.</p>
POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	<p>Educação básica: objetivos, princípios e diretrizes curriculares. Organização, funcionamento e financiamento da educação básica. Legislação: marcos regulatório da educação básica. Relação entre educação, estado e sociedade.</p>
Referências	<p>Básica: BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. _____. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas. 2. ed. rev., atual. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2017.</p> <p>Complementar: BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. _____. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. [Reforma do Ensino Médio]. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a</p>

	<p>Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.</p> <p>_____. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017.</p> <p>DOURADO, L. F. Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira. Brasília: INEP, 2016.</p> <p>LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.</p>
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	História da psicologia educacional e escolar. Teorias contemporâneas da educação: personalistas, psicocognitivas, tecnológicas, sociocognitivas, sociais, espiritualistas e acadêmicas. Teorias de desenvolvimento e da aprendizagem.
Referências	<p>Básica:</p> <p>AZZI, R. G. Psicologia e educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.</p> <p>CARRARA, K. Introdução à psicologia da educação - seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.</p> <p>WOOLFOLK, A. E. Psicologia da educação. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p>Complementar:</p> <p>BERTRAND, Y. Teorias contemporâneas da educação. Montreal: Horizontes Pedagógicos (Instituto Piaget): 2001.</p> <p>BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. ref. ampl. São Paulo: Saraiva 2005.</p> <p>CUNHA, M. V. da. Psicologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p> <p>OLIVEIRA, M. K. de; SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002.</p> <p>VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, A.R.; LEONTIEV, Alexis. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2001.</p>
CULTURA, DIFERENÇA E CIDADANIA (Institucional)	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Abordagem conceitual: cultura, etnocentrismo e relativismo cultural. Diversidade cultural: biológica, geográfica e cultural. Identidade cultural: raça, racismo e relações étnico-raciais. Identidade e diferença: gênero e sexualidade. Cidadania no Brasil: desafios e conquistas. Cidadania, movimentos sociais e direitos humanos. Saberes necessários a uma cidadania planetária. Panorama das políticas públicas de direitos humanos e diversidade cultural no Brasil. Fundamentos de ciência política. Políticas

	públicas de inclusão.
Referências	<p>Básica: HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da. A identidade cultural na pós modernidade. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. MORIN, E. Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez, 2003. SILVA, T. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> <p>Complementar: BRASIL, Ministério da Educação. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: Min. da Educação, 2013. CECCHETTI, Elcio; POZZER, Adecir. Educação e diversidade cultural: tensões, desafios e perspectivas. Blumenau: Edifurb, 2014. CHAUÍ, Marilena de Souza. Cidadania cultural: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. ROCHA, José Manuel de Sacadura. Antropologia jurídica: para uma filosofia antropológica do direito. Rio de Janeiro: Campus, 2008. VIEIRA, Reginaldo de Sousa (Org.). Estado, política e direito: relações de poder e políticas públicas. Criciúma: UNESC, 2008.</p>
3º SEMESTRE	
Processos de Aprendizagem	
TECNOLOGIA DA EDUCAÇÃO	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Informática e educação. Sala de aula e as tecnologias digitais de informação e comunicação.
Referências	<p>Básica: ANDERSEN, Elenice Larroza (Org.). Multimídia digital na escola. São Paulo: Paulinas, 2013. BRETON, Philippe. História da informática. São Paulo: UNESP, 1991. LÉVY, Pierre. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. 3. ed. São Paulo: Loiola, 2000.</p> <p>Complementar: FADEL, Luciane Maria (Org.). Gamificação na educação. Pimenta Cultural, 2014. Disponível em: 12a44a16-333b-2afc-4c09-a9f4ce61c300.filesusr.com/ugd/143639_bc905418dc92488ba0910561daa9afac LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: 34 Ltda, 2010. Santaella, Lúcia. Linguagens líquidas na era da mobilidade. São Paulo: Paulus, 2007. SCHWARTZ, Gilson. Brinco, logo aprendo: Educação, videogames e moralidades pós-modernas. São Paulo: Paulus, 2014. Disponível em:</p>

	<p>www.paulus.com.br/loja/appendix TEIXEIRA, Adriano Canabarro; MARCON, Karina (Org.). Inclusão digital. Universidade de Passo Fundo, 2009. Disponível em: usuarios.upf.br/~teixeira/livros/inclusao</p>
CURRÍCULOS E SABERES (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Construção histórica, cultural, epistemológica, social e ideológica do currículo. Currículo, escola e sociedade. Propostas curriculares alternativas.
Referências	<p>Básica: ALVES, N. (Org.). Criar currículo no cotidiano. São Paulo: Cortez, 2002. LOPES, A. C.; MACEDO, E. Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002. SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.</p> <p>Complementar: ARROYO, Miguel Gonzáles. Currículo, território em disputa. 5. ed. Petrópolis: Vozes 2013. MOREIRA, A. C. B. et al. Currículo: políticas e práticas. 13. ed. Campinas: M.r. Cornacchia, 2011. NELSON, Cary; TREICHLER, Paula A.; GROSSBERG, Lawrence; MCROBBIE, Angela; SIMON, Roger P.; GIROUX, Henry A.; KELLNER, Douglas; SANTOMÉ, Jurjo Torres; GRIGNAN, Claude; SILVA, Tomaz Tadeu da. Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. SAVIANI, D. Saber escolar, currículo e didática. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2018. TORRES, J. Globalização e interdisciplinaridade: O currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.</p>
ALFABETIZAÇÃO E NUMERALIZAÇÃO I	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Metodologia de alfabetização. Construção do número.
Referências	<p>Básica: ALMEIDA, Marília Barros de & TOLEDO, Mauro de. Teoria e prática de matemática: como dois e dois. Volume único: livro do professor. São Paulo: FTD, 2009. FERRARI, Andrea Gabriela & outros. A criança de seis anos: no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2009. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.</p> <p>Complementar: ÀNGEL, Alsinas i Pastells. Desenvolvimento de competências matemáticas com recursos lúdico-manipulativos: para crianças de 6 a 12</p>

	<p>anos: metodologia. Curitiba: Base Editorial, 2009.</p> <p>DECLARK, G. Reinventando a aritmética: implicações da teoria de Piaget. 3. ed. Campinas: Papirus, 2001.</p> <p>FERREIRO, Emília. TEBEROSKI, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artemed. 1999.</p> <p>SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciências e Tecnologia. Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.</p> <p>SMOLE, Kátia Stocco & Outros. Jogos de matemática de 1º ao 5º ano. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p>
PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Teorias contemporâneas da aprendizagem. Construtivismo e sociointeracionismo. Processos de desenvolvimento humano e construção da linguagem e pensamento.
Referências	<p>Básica:</p> <p>PALAGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social. São Paulo: Plexus, 2001.</p> <p>PIAGET, Jean. O pensamento e a linguagem na criança. São Paulo: Martins Fontes. 1999.</p> <p>VYGOTSKY, L. S. et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone/EDUSP, 2018.</p> <p>Complementar:</p> <p>OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2010.</p> <p>PIAGET, Jean. Psicologia e Pedagogia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.</p> <p>REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, A. R.; LEONTIEV, Alexis. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 7. ed. São Paulo: Ícone, 2007.</p> <p>WALLON, Henri. Henri Wallon: a evolução psicológica da criança. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1995.</p>
LITERATURA INFANTOJUVENIL	
Carga Horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Literatura infantojuvenil universal fonte de cultura oral. Literatura infantojuvenil brasileira contemporânea. Literatura infantojuvenil catarinense.
Referências	<p>Básica:</p> <p>BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fada. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.</p> <p>BUSATTO, Cleo. A arte de contar histórias no século XXI: tradição e ciberespaço. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.</p> <p>COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil: teoria, análise, didática. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2005.</p> <p>Complementar:</p> <p>COLOMER, Teresa. Introdução à literatura infantil e juvenil atual. São Paulo: Global, 2017.</p> <p>GAGLIARDI, Eliana. Conto de fadas. São Paulo: FTD, 2001.</p> <p>GÓES, Lucia Pimentel. Introdução à literatura infantil e juvenil. São Paulo: Pioneira, 1991.</p> <p>GREGORIM FILHO, José Nicolau; PINA, Patrícia Kátia da Costa; MICHELLI, Regina Silva. A literatura infantil e juvenil hoje: múltiplos olhares, diversas leituras. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2011.</p> <p>SILVA, Danusia. Representação da criança nas obras de Maria de Lourdes Krieger e Werner Zotz: escritores catarinenses. Porto Alegre: PUC, 2003.</p>
LÍNGUA PORTUGUESA (Institucional)	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Introdução à comunicação. Ato comunicativo. Noção de texto. Níveis de leitura do texto. Hipertexto. Comunicação e o texto. Especificidades da estrutura frásica no texto.

	Qualidade da frase. Relações sintáticas na expressividade: concordância, regência e colocação.
Referências	<p>Básicas: CASTILHOS, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. ELIAS, Vanda Maria. Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas. São Paulo: Contexto, 2018. RONCARATI, Cláudia. As cadeias do texto: construindo sentidos. São Paulo: Parábola, 2010.</p> <p>Complementares: FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. GOLDSTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Silvia; IVAMOTO, Regina. O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009. LEFFA, Júlio Araújo Vilson. Redes Sociais e Ensino de Línguas: o que temos de aprender? São Paulo: Parábola, 2016. MASIP, Vicente. Interpretação de textos: curso integrado de lógica e linguística. São Paulo, EPU, 2014.</p>
4º SEMESTRE	
Prática Pedagógica	
PROCESSOS SOCIOCULTURAIS FORMAIS E NÃO FORMAIS	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Educação formal e não formal: concepções, aspectos históricos, sociológicos e culturais.
Referências	<p>Básica: BAUMAN, Zygmunt. Vidas desperdiçadas. Tradução de Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. _____. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>Complementar: BUFFA, Ester. Educação e cidadania: quem busca o cidadão?. v. 23. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988. EZINE, Edineide (Org.); ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (Org.). Educação e movimentos sociais: novos olhares. Campinas: Alínea, 2010. GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação. 6. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2005. _____. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONG's e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005. TORRES, Carlos Alberto. A política da educação não formal na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 1992.</p>
EDUCAÇÃO E NECESSIDADES ESPECIAIS (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Educação especial. Fundamentos históricos, epistemológicos e pedagógicos da educação especial. Necessidades educacionais especiais. Especificidades nas áreas visual, auditiva, mental, motora e sócio emocional e de altas habilidades/superdotação.
Referências	<p>Básica: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. 6. ed. São Paulo: M.r. Cornacchia, 2004. CARNEIRO, M. S. C. Adultos com Síndrome de Down: a deficiência mental como produção social. São Paulo: Papyrus, 2008. DE CARLO, M. M. R. P. Se essa casa fosse nossa...: instituições e processos de imaginação na educação especial. São Paulo: Plexus, 1999.</p> <p>Complementar:</p>

	<p>BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. (Org.). Inclusão: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007.</p> <p>CAIADO, K. R. M. Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos. 2. ed. São Paulo: PUC/Campinas, 2006.</p> <p>FERNANDEZ, E. Linguagem e surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: Universidade de São Carlos, 2014.</p> <p>PADILHA, A. M. L. Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas: Autores Associados, 2001.</p>
FUNDAMENTOS DA DIDÁTICA	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Tendências pedagógicas. Organização espaço temporal das atividades escolares. Propostas pedagógicas.
Referências	<p>Básica:</p> <p>GADOTTI, Moacir. Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul - Brasil 2003.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. Cortez. São Paulo.1994.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.</p> <p>Complementar:</p> <p>ANASTASIOU, Léa das Graças (Org.); ALVES, Leonir P. (Org.). Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3. ed. Joinville: UNIVILLE, 2004.</p> <p>CARDOSO, Aliana Anghinoni. DEL PINO, Mauro Augusto Burkert. DORNELES, Caroline Lacerda. Os saberes profissionais dos professores na perspectiva de Tardif e Gauthier: contribuições para o campo de pesquisa sobre os saberes docentes no Brasil. Caxias do Sul: IX ANPEDSUL, 2012. Disponível em: <www.ucs.br/ucs/eventos/anped_sul_2012></p> <p>MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: Da antiguidade aos nossos dias. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. Saberes pedagógicos e atividade docente. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>SUANNO, João Henrique. SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. Didática e formação de professores: complexidades e transdisciplinaridade. Porto Alegre: Sulina, 2013.</p>
ALFABETIZAÇÃO E NUMERALIZAÇÃO II	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Diferentes linguagens. Função subjetiva e social do registro e do discurso. Representação e operacionalização do número.
Referências	<p>Básica:</p> <p>ALMEIDA, Marília Barros de & TOLEDO, Mauro de. Teoria e prática de matemática: como dois e dois. Volume único: livro do professor. São Paulo: FTD, 2009.</p> <p>SOARES, Magda Becker, MACIEL, Francisca. Alfabetização. Brasília: MEC/INEP/COMPED (série Estado do Conhecimento). 2000.</p> <p>TFOUNI, Leda Verdiani, Letramento e alfabetização. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>Complementar:</p> <p>ARROYO, Miguel G.; SILVA, Maurício Roberto da (Orgs). Corpo-infância: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: Vozes, 2012.</p> <p>FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>LEITE, S. A. S. (Org.) ; MOLINA, A.S. Alfabetização e letramento: contribuições para as práticas pedagógicas. Campinas: Komedi, 2005.</p> <p>OLIVEIRA, Marta Kohl. Organização conceitual e escolarização. In: OLIVEIRA, Marcos Barbosa de; OLIVEIRA, Marta Kohl (Orgs.). Investigações cognitivas: conceitos, linguagem e cultura. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.</p> <p>SARMENTO, Manuel & GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Orgs.). Estudos da Infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes 2008.</p>
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO I	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos

Ementa	Observação participante em ambientes educacionais.
Referências	<p>Básica: FREITAS, Helena Costa de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. Campinas: Papyrus, 1996. PICONEZ, Stela B. (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas: Papyrus, 2015. VASCONCELLOS, Celso dos S. Construção do conhecimento em sala de aula. 14. ed. São Paulo: Libertad, 2002.</p> <p>Complementar: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. _____; GHEDIN, Evandro (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. _____; LIMA, Maria S. Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004. SANTA CATARINA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. Proposta Curricular de Santa Catarina. Florianópolis: Cogen, 1998. WARSHAUER, C. A roda é o registro: uma parceria entre professor, alunos e conhecimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.</p>
INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA (Institucional)	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Interação entre ciência, pesquisa e inovação. Elaboração de protocolos de pesquisa: pergunta de pesquisa, justificativa/problema, objetivos, hipóteses, revisão de literatura, métodos e técnicas da pesquisa científica. Organização e análise de dados científicos. Pesquisa em bases de dados. Normas de produção e apresentação de trabalhos científicos. Normas de publicações específicas por área do conhecimento.
Referências	<p>Básicas: APPOLINÁRIO, Fabio. Metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning, 2016. CRESWELL, John W. Pesquisa de métodos mistos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. MATIAS PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2012.</p> <p>Complementares: ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico elaboração de trabalhos na graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001. BAPTISTA, Makilim Nunes. Metodologias pesquisa em ciências: análise quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. BARROS, Aidil Jesus; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. ampl. São Paulo: Pearson, 2014. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. _____. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre Bookman 2010.</p>
5º SEMESTRE	
Atuação Docente: Educação e Infância	
DIDÁTICA (Compartilhada)	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Planejamento escolar. Conteúdos curriculares. Metodologia de ensino e aprendizagem. Políticas de avaliação e avaliação da aprendizagem.
Referências	<p>Básica: CANDAUI, V. M. A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 1996. ESTEBAN, M. T. Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. VASCONCELOS, C. Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 14. ed. São Paulo: Libertad, 2005.</p> <p>Complementar: CANDAUI, V. M. Reinventar a escola. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. MACHADO, N. J. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento. 2. ed.</p>

	<p>São Paulo: Cortez, 1996 MENEGOLLA, M; SANT'ANNA, I. M. Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula. 22. ed. São Paulo, Vozes, 2014. SAVIANI, D. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 37. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005. COMÊNIO, J. A. Didática magna. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.</p>
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO II	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Dimensões da prática docente no cotidiano na Educação Infantil. Reflexão como fundamento das práticas pedagógicas. Docência e a mediação nos processos de ensinar e aprender. Intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio.
Referências	<p>Básica: COUTINHO, Angela Scalabrin; DAY, Gisele; WIGGERS, Verena. Práticas pedagógicas na educação infantil: diálogos possíveis a partir da formação profissional. São Leopoldo: Oikos, 2012. PAIGE-SMITH, Alice; CRAFT, Anna e Colaboradores. Desenvolvimento da prática reflexiva na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2010. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria S. Lucina. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>Complementar: CRAIDY, Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. Educação infantil: pra que te quero?. Porto Alegre: Artmed, 2001. FULLGRAF, Jodete; WIGERS, Verena. Projetos e Práticas Pedagógicas: na creche e na pré-escola. Brasília: Liber Livro, 2014. OSTETTO, Luciana Esmeralda. Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores, (Org.). 5. ed. Campinas: Papyrus, 2012. _____. Encontros e encantamentos na educação infantil: Partilhando experiências de estágios. 8. ed. São Paulo: Papyrus, 2009. PINHO, Sheila Zambello de, (Org.). Formação de educadores: o papel do educador e sua formação. São Paulo: UNESP, 2009.</p>
PROJETO PEDAGÓGICO E COTIDIANO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Organização do cotidiano na educação infantil: tempo e espaço. Proposta e prática pedagógica na Educação infantil: currículo, ludicidade, jogos e brincadeiras. Planejamento: atividades, registro e avaliação.
Referências	<p>Básica: CORAZZA, Sandra Mara. Infância e educação: Era uma vez... quer que conte outra vez?. Petrópolis: Vozes, 2002. FULLGRAF, Jodete & WIGERS, Verena. Projetos e práticas pedagógicas: na creche e na pré-escola. Brasília: Liber Livro, 2014. KRAMER, Sônia (org.) LEITE, Maria Isabel F.(org.). Infância: fios e desafios da pesquisa. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2003.</p> <p>Complementar: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. _____. Características do Referencial Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 3. FARIA S. Histórias e políticas de educação infantil. In: C. FAZOLO, E.; CARVALHO, M. C.; LEITE, . I.; KRAMER, S. (orgs.). Educação infantil em curso. Rio de Janeiro: Rival. 1997. GARCIA, Regina L. Revisitando a pré-escola. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. JUNQUEIRA FILHO, G. Interdisciplinaridade na pré-escola: anotações de um educador "on the road". 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.</p>
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DIREITOS DA INFÂNCIA	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Concepções de criança, infância e educação infantil. Histórico da educação infantil no Brasil. Política brasileira de atendimento à criança de 0 a 6 anos incompletos. Papel do Estado: políticas públicas em relação às crianças e as infâncias. Instituições educacionais

	para a infância de 0 a 12 anos, educação infantil, famílias e socialização das crianças. Crianças em contexto de vulnerabilidade social.
Referências	<p>Básica: ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981. BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília: Edições Câmara, 2010. WAJSKOP, Gisela. Educação infantil: creches: atividades para crianças de 0 a 6 anos. 2. ed. rev. São Paulo: Moderna, 1999.</p> <p>Complementar: ARROYO, Miguel G. Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. AZEVEDO, M^a. A. Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1993. KUHLMANN JUNIOR, Moysés. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. ROUSSEAU, Jean Jacques. Emílio ou da educação. São Paulo: Martins Fontes, 2004. SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. COORDENADORIA GERAL DE ENSINO. Proposta curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: temas multidisciplinares. Florianópolis: Cogen, 1998.</p>
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Institucional)	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Estrutura, funcionamento e dinâmica dos ecossistemas. Conceitos ambientais. Desenvolvimento sustentável. Globalização e meio ambiente. Educação ambiental. Aspectos e impactos das atividades humanas no ambiente. Controle de poluição do solo, ar e água. Tratamento de resíduos e conservação de recursos naturais. Políticas públicas e legislação ambiental. Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS.
Referências	<p>Básicas: HADDAD, Paulo Roberto. Meio ambiente, planejamento e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva 2015. PENA-VEGA, Alfredo. O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. RICKLEFS, Robert. A economia da natureza. 7. ed. São Paulo: Guanabara Koogan 2016.</p> <p>Complementares: ATENA EDITORA. Políticas públicas na educação brasileira: educação ambiental. Ponta Grossa (PR): Atena, 2018. Disponível online em https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2018/03/E-book-PP-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental.pdf BARSANO, Paulo Roberto. Poluição ambiental e saúde pública. São Paulo: Erica 2014. LEFF, Enrique. Aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul. São Paulo: Saraiva, 2016. MARTINELLI, Dante Pinheiro. Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas. São Paulo: Manole 2004. CORTESE, Tatiana Tucunduva P. Mudanças climáticas do global ao local. São: Paulo Manole 2014.</p>
6º SEMESTRE	
Atuação Docente: Anos Iniciais do Ensino Fundamental	
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO III	
Carga Horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Intervenção na realidade educacional de estágio nos anos iniciais do ensino fundamental.
Referências	<p>Básica: CARDOSO, Paulino de Jesus; RASCKE, Karla Leandro (Orgs.). Formação de professores: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014. FREITAS, Helena Costa de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. Campinas: Papyrus, 1996. PICONEZ, Stela B. (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed.</p>

	<p>Campinas: Papyrus, 2015.</p> <p>Complementar: KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel F. (Orgs.). Infância: fios e desafios da pesquisa. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2003. OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios. 8. ed. São Paulo: Papyrus, 2009. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004. PINHO, Sheila Zambello de, (Org.). Formação de educadores: o papel do educador e sua formação. São Paulo: UNESP, 2009. SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.</p>
ALFABETIZAÇÃO E NUMERALIZAÇÃO III	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Práticas pedagógicas de alfabetização e numeralização.
Referências	<p>Básica: GONTIJO, Claudia Maria Mendes. A escrita infantil. São Paulo: Cortez, 2008. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. TEBEROSKY, Ana; TOLCHINSKY, Liliana. Além da alfabetização: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. São Paulo: Ática, 1996.</p> <p>Complementar: CARVALHO, João Bosco Pitombeira Fernandes. Matemática: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. KRAMER, Sônia. Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso. São Paulo: Ática, 2004. SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciências e Tecnologia. Proposta Curricular de Santa Catarina: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005. SARMENTO, Manuel & GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Orgs.). Estudos da infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes 2008. SMOLKA, Ana Luiza. A dinâmica discursiva no ato de escrever: relações oralidade-escritura. In: SMOLKA, Ana Luiza B.; GOES, Maria Cecília Rafael de. A linguagem e o outro no espaço escolar. Vygotsky e a construção do conhecimento. Campinas: Papyrus, 1997.</p>
CONHECIMENTOS CURRICULARES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - I	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Fundamentos e metodologias para o processo de ensino/aprendizagem nas áreas das Linguagens e da Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. ⁷
Referências	<p>Básica: GERALDI, João Vanderlei. O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 2004. TEBEROSKY, Ana; TOLCHINSKY, Liliana. Além da alfabetização: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. São Paulo: Ática, 1996. TOLEDO, Marília; TOLEDO, Mauro. Didática de matemática: como dois e dois a construção de matemática. São Paulo: FTD, 1997.</p> <p>Complementar: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. BAGNO, Marcos. Gramática, pra que te quero? Os conhecimentos linguísticos nos livros didáticos de português. Curitiba: Aymar, 2010. DANTE, Luiz Roberto. Formulação e Resolução de Problemas de Matemática: Teoria e Prática. São Paulo: Editora Ática, 2009. GOMES, Maria Lúcia de Castro. Metodologia do ensino de língua portuguesa. Curitiba: Inter Saberes, 2015. SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. SC, SED:</p>

⁷Alteração de nomenclaturas, Parecer CONSUNI n. 005, de 13/07/20.

	UNIVALI, 2014. _____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação infantil, Ensino Fundamental e Médio: Formação Docente para educação infantil e séries iniciais. Florianópolis, COGEN, 1998.
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Diretrizes curriculares da educação especial na educação básica brasileira. Atendimento educacional especializado: salas multifuncionais e serviços. Fundamentos pedagógicos da educação especial na perspectiva histórico cultural. Mediações pedagógicas e especificidades dos sujeitos da educação. Inserções em campo na educação básica.
Referências	Básica: BANKS-LEITE, Luci; GALVÃO, Izabel. A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso. Adultos com Síndrome de Down: a deficiência mental como produção social. São Paulo: Papyrus, 2008. PADILHA, Anna Maria Lunardi. Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas: Autores Associados, 2001. Complementar: BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de. Educação especial: diálogo e pluralidade. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. _____; JESUS, Denise Meyrelles de. Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Mediação, 2011. JANNUZZI, Gilberta. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 3. ed.rev. Campinas: Autores Associados, 2012. RIBEIRO, Maria Luísa Sprovieri; BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho. Educação especial: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2007. SKLIAR, Carlos. Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.
LIBRAS I (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Fundamentos históricos e epistemológicos da língua de sinais. Surdez e linguagem. Culturas e identidades surdas. Sinal e seus parâmetros. Noções gramaticais e vocabulário básico.
Referências	Básica: GESSER, A. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: Universidade de São Carlos, 2014. SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. Complementar: FERNANDES, E. Surdez e bilinguismo. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. LACERDA, C. B. F. de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2015. LODI, A. C. B. Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. 2. ed. rev. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA I (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Pesquisa em educação. Pesquisa educacional no Brasil. Escola como campo de pesquisa.
Referências	Básica: DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006. FAZENDA, I. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Papiros. Campinas. 2012.

	<p>SANTOS FILHO, J. C. dos. Pesquisa educacional: quantidade – qualidade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>Complementar: KINCHELOE, J. L.; BERRY, K. S. Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem. Porto Alegre: Artmed, 2007. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001. OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo. 2. ed. rev. São Paulo: Paralelo, 2000. SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 5. ed. rev. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2019. TEIXEIRA, Z. C. et. al (Org). Caderno para apresentação de trabalhos acadêmicos. Lages: UNIPLAC, 2005.</p>
7º SEMESTRE	
Atuação Docente: Anos Iniciais do Ensino Fundamental	
CONHECIMENTOS CURRICULARES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - II	
Carga Horária	160 horas - 08 créditos
Ementa	Fundamentos e metodologias para o processo de ensino/aprendizagem nas áreas das Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso nos anos iniciais do Ensino Fundamental. ⁸
Referências	<p>Básica: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. CACHAPUZ, Antônio; GIL PEREZ, Daniel; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de PRAIA, João (Orgs.). A necessária renovação do ensino das ciências. São Paulo: Cortez, 2005. CASTELLAR, Sonia. Educação geográfica: teorias e práticas. São Paulo: Contexto. 2006.</p> <p>Complementar: FREITAS, Eliano de Souza M. & FERREIRA Adriana Angélica. (Orgs). Meio ambiente em cena. Belo Horizonte: RHJ, 2012. NUNES, Carlos Alberto. Metodologia de ensino: geografia e história. Belo Horizonte: Lê, 1997. PINSKY, Jaime (org). O Ensino de história e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 2004. SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. SC, SED: UNIVALI, 2014. . Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação infantil, Ensino Fundamental e Médio: Formação Docente para educação infantil e séries iniciais. Florianópolis, COGEN, 1998.</p>
ALFABETIZAÇÃO E NUMERALIZAÇÃO IV	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Práticas pedagógicas de alfabetização e numeração.

⁸Alteração de nomenclaturas, Parecer CONSUNI n. 005, de 13/07/20.

Referências	<p>Básica: GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. A escrita infantil. São Paulo: Cortez, 2017. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 200. TEBEROSKY, Ana; TOLCHINSKY, Liliana. Além da alfabetização: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. São Paulo: Ática, 1996.</p> <p>Complementar: CARVALHO, João Bosco Pitombeira Fernandes. Matemática: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. GARCIA, Regina Leite. A formação da professora alfabetizadora: reflexões sobre a prática. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015. SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005. Número de chamada: 372.198164 S231p. Disponível em: http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/graduacao/proesde/cursos-de-extensao/midiateca/proposta-curricular-de-santa-catarina/368-2005-proposta-curricular-de-santa-catarina-estudos-tematicos/file SARMENTO, Manuel & GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Orgs.). Estudos da Infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes 2008. SMOLKA, Ana Luiza. A dinâmica discursiva no ato de escrever: relações oralidade-escritura. In: SMOLKA, Ana Luiza B.; GOES, Maria Cecília Rafael de. A linguagem e o outro no espaço escolar. Vygotsky e a construção do conhecimento. Campinas: Papirus, 1997.</p>
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO IV	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio nos anos iniciais do ensino fundamental.
Referências	<p>Básica: CARDOSO, Paulino de Jesus; RASCHE, Karla Leandro (Orgs.). Formação de professores: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014. FREITAS, Helena Costa de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. Campinas: Papirus, 1996. PICONEZ, Stela B. (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas: Papirus, 2015.</p> <p>Complementar: KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel F. (Orgs.). Infância: fios e desafios da pesquisa. 7. ed. Campinas: Papirus, 2003. OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2009. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004. PINHO, Sheila Zambello de, (Org.). Formação de educadores: o papel do educador e sua formação. São Paulo: UNESP, 2009. SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005. Disponível em: http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/graduacao/proesde/cursos-de-extensao/midiateca/proposta-curricular-de-santa-catarina/368-2005-proposta-curricular-de-santa-catarina-estudos-tematicos/file</p>
LIBRAS II (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Noções gramaticais e vocabulário intermediário. Uso da Libras em contextos.
Referências	<p>Básica: CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira: Libras. 3. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: Universidade de São Carlos, 2014. QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>

	<p>Complementar: CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: artes e cultura, esportes e lazer. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. _____. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: comunicação, religião e eventos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. _____. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: família e relações familiares e casa. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. GESSER, A. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. QUADROS, R. M. de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2007.</p>
PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA II (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Sala de aula como campo de pesquisa.
Referências	<p>Básica: ALVES, N.; OLIVEIRA, I. B. (Orgs.). Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. BAGNO, M. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. 26. ed. São Paulo: Loyola, 2014. DUSSEL, I.; CARUSO, M. A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>Complementar: BERGMANN, J.; SAMS, A. Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, 2019 COSTA, M. C. V. Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. DUBET, F. O que é uma escola justa? a escola das oportunidades. São Paulo: Cortez 2008. GARCIA, R. L. (Org.). Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. _____. O sentido da escola. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p>
8º SEMESTRE	
Atuação Docente: Educação de Jovens e Adultos	
Atuação Interdisciplinar	
ANDRAGOGIA	
Carga Horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Fundamentos da educação de jovens e adultos. Lugar sócio-político da educação de jovens e adultos. Educação de jovens e adultos na perspectiva da inclusão, autonomia e cidadania. Papel do educador na EJA e os “saberes” indispensáveis à sua prática.
Referências	<p>Básica: FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 7. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2005. MOURA, Tânia Maria de Melo. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: EDUFAL, 2004.</p> <p>Complementar: DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2015. BORGES, Regina Maria Rabello. Interatividade e transdisciplinaridade na educação científica e tecnológica de jovens e adultos. Porto alegre: EDIPUCRS, 2013. CEDES. Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação. Centro de Estudos Educação e Sociedade. O uso Pedagógico das tecnologias de informação e comunicação na formação de professores. v. 29, n. 104- Especial. São Paulo: Cortez, 2008. GADOTTI, Moacir. MOVA, por um Brasil alfabetizado. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. SOARES, Leôncio (Org.). Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.</p>
ALFABETIZAÇÃO E NUMERALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA	

Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Práticas pedagógicas de alfabetização e numeralização na educação de jovens, adultos e idosos.
Referências	<p>Básica: FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. ROCHA, Raquel; GOIS, Solange. Práticas de alfabetização na educação de jovens e adultos. São Paulo, Cortez, 2014. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.</p> <p>Complementar: LÉVY, Pierre. Cibercultura. 3. ed. São Paulo: 34 Ltda, 2011. ROSSI, Maria Helena Wagner. Imagens que falam: leitura da arte na escola. Porto alegre: Mediação, 2011. SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2003. VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, A. R.; LEONTIEV, Alexis. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 16. ed. São Paulo: Ícone, 2018. TFOUNI, Leda Verdiani. Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso. Campinas: Pontes, 1995.</p>
CONHECIMENTOS CURRICULARES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - III	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Fundamentos e metodologias para o processo ensino/aprendizagem nas áreas das Linguagens, Ciências Humanas, Matemática e Ciências da Natureza na educação de jovens, adultos e idosos. ⁹
Referências	<p>Básica: FREIRE, P. O ato de ler em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011. MOURA, Tania Maria de Melo. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2004. SABINSON, M. L. T. M. O que se ensina quando se ensina a ler e escrever? Ensina-se, mesmo, a ler e escrever? In: <i>Leitura: teoria e prática</i>, n. 38, 2002.</p> <p>Complementar: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 10. ed. São Paulo: Cortez: Brasília/DF: Unesco, 2005. SACRISTÁN, J. Gimeno. A educação obrigatória: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Artmed, 2001. SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. SC, SED: UNIVALI, 2014. _____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Formação Docente para educação infantil e séries iniciais. Florianópolis, COGEN, 1998.</p>
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO V	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio na educação de jovens, adultos e idosos.
Referências	<p>Básica: MOURA, Tânia Maria de Melo. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: EDUFAL, 2004. _____. A formação de professores (as) para a educação de jovens e adultos em questão. Maceió: EDUFAL, 2005. ROCHA, Raquel; GOIS, Solange. Práticas de alfabetização na educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>Complementar:</p>

⁹Alteração de nomenclaturas, Parecer CONSUNI n. 005, de 13/07/20.

	<p>FALSARELLA, Ana Maria. Formação continuada e prática de sala de aula. São Paulo: Autores Associados, 2004.</p> <p>ROCHA, Raquel; GOIS, Solange. Práticas de alfabetização na educação de jovens e adultos. São Paulo, Cortez, 2014.</p> <p>SAMPAIO, M. N.; ALMEIDA, R.S. (Orgs.). A formação de professores para a educação de jovens e adultos: dilemas atuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p> <p>SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense. Estado de Santa Catarina: Secretaria de Estado da Educação, 2019. Disponível em: http://www.sed.sc.gov.br/documentos/curriculo-base-sc/8018-curriculo-base-ed-infantil-e-ens-fundamental-de-sc</p> <p>SOUZA, Antônia de. Educação de jovens e adultos. Curitiba: Ibepex, 2012.</p>
GESTÃO DE PROCESSOS EDUCACIONAIS (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Gestão e organização da educação. Teorias da administração e da gestão educacional. Avaliação institucional e planejamento estratégico.
Referências	<p>Básica:</p> <p>DOURADO, Luís Fernandes; PARO, Vitor Henrique. Políticas Públicas & Educação Básica. São Paulo: Xamã Vm, 2001.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico: elementos metodológicos para elaboração e realização. 14. ed. Libertad, São Paulo, 2005.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Educação básica: projeto político-pedagógico. Educação superior: projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 2004.</p> <p>Complementar:</p> <p>BRASIL. O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, Brasília: MEC/SASE, 2014.</p> <p>HARDT, Lúcia Schneider. Coordenação pedagógica: (per) formações e cartografias. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2015.</p> <p>LÉVY, Pierre. Tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: 34 Ltda, 2010.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. SC, SED: UNIVALI, 2014.</p>
PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA III (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	A formação específica como campo de pesquisa.
Referências	<p>Básica:</p> <p>BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2005.</p> <p>CUNHA, Maria Izabel da. O bom professor e sua prática. 12. ed. Campinas: Papirus, 2001.</p> <p>FREIRE, Paulo. Política e educação. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>Complementar:</p> <p>FREITAS, Luiz Carlos. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, N. Formação de professor: pensar e fazer. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>KRAMER, Sônia (Org.). Histórias de professores: Leitura, escrita e pesquisa em educação. São Paulo: Ática, 1996.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>THUMS, Jorge. O acesso à realidade: técnicas de pesquisa e construção do conhecimento. Canoas: ULBRA, 2003.</p>

4 CONTEÚDOS CURRICULARES

A articulação no Curso de Pedagogia da UNIPLAC entre ensino, pesquisa e extensão é o processo por meio do qual torna-se possível “dar vida” à instituição universitária, levando seu fazer mais próximo das urgências contemporâneas.

Articulado e organizado a partir de princípios isonômicos, o tripé da educação superior permite que o ensino seja realizado de maneira multilateral e horizontal; que a pesquisa se desenvolva com vistas às necessidades sociais e coerentes com princípios éticos; e que a extensão se construa de modo a coadunar saberes.

Tendo como escopo da formação do pedagogo, a licenciatura para a Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental da Educação Básica. O curso de Pedagogia da Uniplac evidencia seus componentes curriculares de estágio e pesquisa e prática pedagógica como pivôs da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Compreendendo sempre o planejamento, a execução e a avaliação das ações desenvolvidas, os três componentes curriculares de estágio (Educação Infantil; Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens, Adultos e Idosos) devidamente fundamentados em metodologias coesas de análise da realidade educacional; conduzidos com base no diálogo entre diferentes gerações de profissionais da educação; orientados pelo reconhecimento da complementaridade entre teoria e prática, são capazes de projetar expectativas de pleno desenvolvimento ao pedagogo em formação.

Justifica-se a proposta apresentada tendo em vista a pertinência dos saberes relacionados à práticas educativas não formais, informais e extra-escolares como elementos fundamentais para a realização das atividades de extensão, sobretudo considerando que, historicamente segregados/subordinados/não reconhecidos, os conhecimentos tácitos de um fazer pedagógico não instituído, porém de grande efetividade social, devem integrar o repertório de conhecimentos agregados a formação integral do pedagogo.

Nessa perspectiva, a pesquisa passa a ser representada como prática ambivalente, a medida que organiza previamente as ações do pedagogo em formação diante das estruturas e cenários educacionais com os quais se depara e pretende conhecer; e também com espaço de sistematização dos conhecimentos, de modo que estes possam se estender amplamente e contribuir com a construção de práticas pedagógicas em seu sentido humano.

Contudo, pretende-se desenvolver um ensino que se pautar nos valores universalmente reconhecidos, sem que se deixe de considerar suas configurações históricas, estas

responsáveis pela consolidação de uma práxis educativa ainda muito aquém das expectativas contemporâneas.

Além disso, o Projeto Pedagógico contempla os conteúdos curriculares 05 (cinco) disciplinas institucionais, aprovadas a partir de novembro de 2017, pelo CONSUNI da UNIPLAC, de acordo com as Resoluções n. 291, de 21/11/2017, n. 292, de 27/11/2017, 342, de 20/03/2018, n. 347, de 30/04/2018 e 355, de 19/06/2018, estas oferecidas na modalidade a distância sendo 01(uma) a cada semestre, do primeiro ao quinto semestre, todas com 04 créditos, correspondente a 80 horas, como apresentado a seguir:

I - Tecnologias da Informação e Comunicação;

II - Cultura, Diferença e Cidadania;

III - Língua Portuguesa;

IV – Iniciação à Pesquisa Científica;

V - Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Dentro dos conteúdos curriculares há a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena estão contemplados na disciplina institucional de Cultura, Diferença e Cidadania, do 2º semestre, com 4 créditos, correspondentes a 80 horas, ofertada na modalidade a distância.

As questões da educação ambiental são abordadas na disciplina de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do 5º semestre, com 4 créditos, correspondentes a 80 horas e também ofertada na modalidade a distância.

4.1 Distribuição das Disciplinas por Conteúdos Curriculares

CONTEÚDOS	DISCIPLINAS	SEM	C/H	DISCIP. e %
	Filosofia da Educação	1º	80	
	Profissão Docente	1º	40	
	Sociologia da Educação	1º	80	
	História da Educação	1º	80	
	Antropologia da Educação	2º	40	
	Alfabetização e Letramento	2º	80	
	História da Educação Brasileira	2º	80	
	Políticas Públicas da Educação Básica*	2º	40	
	Psicologia da Educação*	2º	40	
	Tecnologia da Educação	3º	40	
	Currículos e Saberes*	3º	40	

I - Núcleo de Estudos Básicos	Alfabetização e Numeralização I	3º	80	30 disciplinas
	Psicologia da Aprendizagem	3º	80	
	Literatura Infantojuvenil	3º	40	
	Processos Socioculturais Formais e Não Formais	4º	40	
	Educação e Necessidades Especiais*	4º	40	
	Fundamentos da Didática	4º	40	
	Alfabetização e Numeralização II	4º	80	
	Didática*	5º	80	
	Projeto Pedagógico e Cotidiano na Educação Infantil	5º	40	
	Fundamentos da Educação Infantil e Direitos da Infância	5º	80	
	Alfabetização e Numeralização III	6º	80	
	Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I	6º	80	
	Práticas Pedagógicas da Educação Especial	6º	80	
	Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II	7º	160	
	Alfabetização e Numeralização IV	7º	80	
	Andragogia	8º	80	
	Alfabetização e Numeralização na Educação de Jovens e Adultos - EJA	8º	80	
	Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental III	8º	80	
Gestão de Processos Educacionais*	8º	40		
Total da Carga Horária			2000	62,5%
II - Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos	Tecnologias da Informação e Comunicação**	1º	80	07 disciplinas
	Cultura, Diferença e Cidadania**	2º	80	
	Língua Portuguesa**	3º	80	
	Iniciação à Pesquisa Científica**	4º	80	
	Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**	5º	80	
	Libras I*	6º	40	
	Libras II*	7º	40	
Total da Carga Horária			480	15%
III – Núcleo de Estudos Integradores	Estágio Curricular Obrigatório I	4º	80	08 disciplinas
	Estágio Curricular Obrigatório II	5º	80	
	Estágio Curricular Obrigatório III	6º	80	
	Estágio Curricular Obrigatório IV	7º	80	
	Estágio Curricular Obrigatório V	8º	80	
	Pesquisa e Prática Pedagógica I*	6º	40	
	Pesquisa e Prática Pedagógica II*	7º	40	
	Pesquisa e Prática Pedagógica III*	8º	40	

		520	16,25%
Total da Carga Horária		3000	
Atividades Complementares		200	6,25%
Total Geral da Carga Horária		3.200	100%

4.2 Representação Gráfica do Perfil de Formação

4.3 Requisitos Legais

4.3.1 Educação Ambiental

A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002 e a regulamentação interna através do Conselho Universitário (CONSUNI) (Resolução n. 115, de 1º de novembro de 2013) determinam a inclusão da Educação Ambiental nos cursos de graduação da UNIPLAC.

O projeto do curso de Pedagogia - EaD prevê a integração da Educação Ambiental por meio da disciplina de Políticas Públicas da Educação Básica, do 2º semestre com 40 horas – 02 créditos, disciplina de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do 5º semestre, com 80 horas - 4 créditos e também por meio da disciplina Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – II do 7º semestre com 80 horas – 4 créditos.

O Brasil vem construindo-se como um dos países com maior arcabouço legal referente a legislação ambiental, em especial a Educação Ambiental. A Constituição Federal de 1988, apresenta o Capítulo VI – Do Meio Ambiente, no inciso VI do § 1º do artigo 225 determina que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino.

O mesmo conteúdo já havia sido normatizado em 1981 por meio da Lei nº 6.938, que

dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no inciso X do artigo 2º, estabelece que a educação ambiental deve ser ministrada a todos os níveis de ensino.

No mesmo sentido, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevê que na formação básica do cidadão seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social e que a Educação Superior deve desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive tendo como uma de suas finalidades, a preparação para o exercício da cidadania.

No contexto mais *stricto* da educação ambiental temos duas normatizações que são fundamentais para o entendimento institucional de seu papel na construção de uma cidadania sustentável.

A Lei nº 9.795/1999, institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo ser uma prática educativa integrada e contínua e estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades de ensino formal. A Resolução Nº 2/2012 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental – DCNEA que reconhece:

[...] o papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social.

Nesta esteira os estudiosos deste campo têm contribuído com a compreensão de que:

A educação ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente LOUREIRO (2004, p. 69).

A Uniplac em 2013, por meio de regulamentação interna do Conselho Universitário editou a Resolução n. 115/2013 que determina a inclusão da Educação Ambiental nos cursos de graduação da UNIPLAC, continuando seus esforços para adequar-se a legislação e compromissada com a formação de profissionais atentos as questões ambientais que seguem princípios éticos ambientais.

Neste ano foi aprovado, também, o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado em Ambiente e Saúde (Resolução n. 110, de 02 de julho de 2013), tendo na linha de pesquisa 2 - Condições da Vida e Manejo Ambiental onde está explícita a preocupação com a sustentabilidade biótica, o que demonstra o compromisso institucional com as questões ambientais. O Mestrado em Educação na Linha de Pesquisa 2 - Processos socioculturais e Educação, tem como item de ementa educação ambiental e a realização de muitas pesquisas

com a produção de dissertações e artigos acadêmicos.

A UNIPLAC, desde 2015, desenvolveu o Programa Permanente e Institucional de Educação Ambiental na Graduação PPIEAG que é uma estratégia de integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos professores da UNIPLAC voltadas à educação ambiental. O programa é coordenado por uma professora do Mestrado em Educação e do Mestrado em Ambiente e Saúde - Interdisciplinar e pela Pró-reitora de Ensino. Consiste em reuniões sistemáticas com os coordenadores dos cursos de graduação com o objetivo de garantir a ambientalização curricular dos cursos. O programa realiza formação continuada com os coordenadores para que estes articulem e potencializem, junto aos colegiados dos cursos de graduação, as atividades educativas realizadas pelos docentes nos diversos componentes curriculares, entendendo a educação ambiental como um campo de conhecimento interdisciplinar.

O programa está vinculado ao grupo de pesquisa certificado pela Instituição: Ambiente, Educação e Saúde – GEPES AMBIENS que objetiva investigar as relações do ser humano com o ambiente, tendo como espaço de mediação interdisciplinar a educação ambiental, considerando as políticas públicas e a gestão ambiental como estratégias ambientalização das instituições e de desenvolvimento territorial sustentável em áreas de abrangência do Aquífero Guarani/ Serra Geral. Objetiva ainda, discutir teorias do conhecimento para a formação humana no âmbito teórico metodológico no ensino superior.

Em 2017 a Universidade desenvolveu estudo para elaboração e oferta de disciplinas institucionais. Foram aprovadas pelo CONSUNI e incorporadas as estruturas curriculares de todos os cursos 5 disciplinas denominadas como institucionais. Uma delas é a disciplina: Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - 5º semestre - 4 créditos - 80 h, com a seguinte ementa: Estrutura, funcionamento e dinâmica dos ecossistemas. Conceitos ambientais. Desenvolvimento sustentável. Globalização e meio ambiente. Educação ambiental. Aspectos e impactos das atividades humanas no ambiente. Controle de poluição do solo, ar e água. Tratamento de resíduos e conservação de recursos naturais. Políticas públicas e legislação ambiental. Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS.

Esta disciplina contribui para que todos os estudantes da universidade tenham a oportunidade de discutir a respeito de seus compromissos e responsabilidades e modo de ser e estar no planeta. Observa-se que a implantação da disciplina dá novo *status* a questão ambiental na universidade, deixando de ser um conteúdo, passando a ser uma política institucional.

Isto poderá ser verificado no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, elaborado e aprovado no CONSUNI para o período 2019/2023 em que a temática da sustentabilidade ambiental passa a ser central na missão, visão, princípios e valores. Dentre as metas previstas está o desenvolvimento da Política Institucional de Desenvolvimento Sustentável, tendo como uma das metas o Programa UNIPLAC Sustentável.

Atualmente a Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação – PROPEPG, Pró-reitoria de Ensino – PROENS, Gepes Ambiens e professores do Mestrado em Ambiente e Saúde e Mestrado em Educação estão empenhados em estruturar o Programa UNIPLAC Sustentável, fazendo a articulação e otimização de todas as ações em andamento na UNIPLAC, como:

- Oferta da Disciplina Institucional – Graduação: Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- Oferta da Disciplina - Mestrados: Ecologia da Ação: Educação e Responsabilidade Socioambientais;
- Projeto Aquífero Guarani/Serra Geral: Período 2008 - atual. Pesquisa e extensão em Educação Ambiental e Qualidade da Água.
- Projetos de pesquisa interinstitucionais de Ambientalização curricular;
- Otimização do Núcleo de Educação Ambiental da UNIPLAC – Articulação com Educação Básica, Graduação, Iniciação Científica, Pesquisas no mestrado e Formação docente;
- Incubação de Cooperativas de Catadores de Resíduos Sólidos;
- Gestão dos resíduos de saúde;
- Coleta e reaproveitamento de água da chuva do bloco 2, CCT e CCS;
- Projeto Coleta de Lixo Zero;
- Projeto Coleta de Óleo de Cozinha;
- Projeto Local de Entrega Voluntária – LEV/ Parceria Coleta Seletiva em Lages;
- Lixeiras para coleta seletiva de lixo seco no *Campus* UNIPLAC;
- Plantio de árvores nativas nos estacionamentos do *Campus* UNIPLAC;
- Fortalecimento da relação com as redes temáticas associadas: *Rede* de Ambientação e Sustentabilidade na Educação Superior (RASES). Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental (REASul). Red de Indicadores de Sostenibilidad en las Universidades (RISU) e Alianza de Redes Iberoamericanas de Universidades por la Sustentabilidad y el ambiente (ARIUSA).

- Projeto Acessibilidade;
- Normativas específicas institucionais proibindo a utilização de canudos e copos plásticos no *Campus* UNIPLAC;
- Projeto impressão frente e verso entre outros.

Os projetos e ações listados acima estão em andamento, alguns há muitos anos. Temos também ações realizadas nas datas comemorativas e pelos estudantes como resultado de atividades pedagógicas e voluntárias.

Pensar em uma educação para construção da cidadania ambiental exige um olhar complexo, interdisciplinar e coletivo. A mudança de estilo de pensamento não se dá de forma imediata, o que demanda uma elaboração teórica e metodológica que está em construção sob a nomenclatura Programa UNIPLAC Sustentável, onde cada curso da universidade tem um *locus* para buscar elementos para educação ambiental e ao mesmo tempo fomentar o programa que trata da educação para a sustentabilidade, conforme prevê a agenda 2030/ODS.

4.3.2 Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

Para atender o que dispõe a Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (Lei n. 9.394/1996 e Lein. 10.639/2003) a Uniplac constituiu a Resolução n. 114, de 1º de novembro de 2013, que determina a inclusão desses conteúdos em todos os Cursos de Graduação.

O projeto do curso de Pedagogia prevê a integração da educação étnico-racial por meio da disciplina Políticas Públicas da Educação Básica, do 2º semestre com 40 horas – 02 créditos e também na disciplina Cultura, Diferença e Cidadania, 2º semestre - 4 créditos - 80 horas.

A Uniplac, através do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAb) tem trabalhado de forma continuada com esta temática, envolvendo vários seguimentos da universidade.

O Núcleo de Estudos Afrobrasileiro “Negro e Educação / Indígena” foi constituído no ano de 2000, aprovado pelo Parecer n. 503, de 09/10/2007, do CONSUNI e, desde então, realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de investigar a educação e a memória do povo afrodescendente.

4.3.3 Direitos Humanos

Para atender o que dispõe o Parecer CNE/CP n. 8, de 06 de março de 2012, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos” (Leis n. 9.131, de 24 de novembro de 1995 e n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a Uniplac emitiu a Resolução n. 127, de maio de 2014, que determina a abordagem da Educação para Direitos Humanos em todos os cursos de graduação.

O projeto do curso de Pedagogia prevê a integração da educação étnico-racial por meio da disciplina Políticas Públicas da Educação Básica, do 2º semestre com 40 horas – 02 créditos, disciplina Educação e Necessidades Especiais do 4º semestre com 40 horas – 2 créditos e também na disciplina Cultura, Diferença e Cidadania, 2º semestre - 4 créditos - 80 horas.

4.3.4 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A Uniplac há bom tempo vem se dedicando às questões relacionadas à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência. Nessa direção, desde 2012 constituiu a sua Comissão Institucional de Inclusão e Acessibilidade (CIA), pela Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, modificada de tempos em tempos para proceder alterações de componentes, mantendo sempre a mesma linha de finalidades e objetivos.

Entre as finalidades está a de acompanhar e propor medidas à Universidade, que visem a garantir os requisitos de acessibilidade aos acadêmicos com deficiência. Sempre bom lembrar que o trabalho da Comissão tem sido desde sempre voluntário e não remunerado.

Uma dessas medidas, em 29/08/2013 foi a criação do Programa de Acompanhamento Pedagógico ao Aluno da UNIPLAC (PAAP), cuja regulamentação interna foi aprovada em 23/04/2015. Em 29/03/2016, através do Ato Normativo n. 007/16 foram suspensas as atividades do PAAP e na reunião do CONSUNI em 04 de abril de 2016, o CONSUNI aprovou o retorno imediato do Programa.

Em 07 de abril de 2016 o PAAP foi definitivamente aprovado (Resolução n. 213). Ainda em junho deste ano, através da Resolução n. 219, o Programa foi revigorado, para oferecer atendimento aos alunos dos diversos cursos da universidade, visando a oportunizar formação qualificada e adequada às suas necessidades educacionais.

Ainda por influência direta da Comissão de Inclusão e Acessibilidade, a Universidade enfim aprovou a sua Política de Inclusão e Acessibilidade, através da Resolução CONSUNI n. 235, de 11 de agosto de 2016, para dar cumprimento à legislação vigente. É dirigida às

pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, com transtornos globais no desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação (Art. 1º, § 3º). No art. 2º está afixado que “aos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos globais no desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, ao ingressarem na Universidade serão ofertados ambiente acessível, apoio e acompanhamento pedagógico e ou recursos multifuncionais necessários à sua permanência com qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Art. 2º, § 1º O apoio pedagógico deverá contemplar ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes, considerando as necessidades apontadas em sua autodeclaração, registradas no ato de matrícula, ou a qualquer tempo em que estas se manifestarem, enquanto frequentam a Universidade”.

No presente momento, a Universidade não tem alunos autodeclarados como portadores de Transtorno do Espectro Autista, mas independentemente de tal situação, a Instituição, para atender à Lei n. 12.764, de 27/12/2012, ao Decreto n. 8.368, de 02/12/2014 e à Nota Técnica n. 24/2013/MEC/DECADI/DPEEN, dispõe de profissionais especializados neste atendimento e ainda desenvolve no seu Curso de Psicologia projeto de Extensão e Grupo de Estudos e Reflexões sobre o Transtorno do Espectro Autista, em que atende às comunidades interna e externa, com o objetivo de desmistificar alguns conceitos e atualizar os conhecimentos científicos e práticos de professores e de todos os profissionais interessados no atendimento com qualidade às pessoas com TEA/TGD.

A Universidade possui profissionais credenciados pela Uniplac para esta demanda, uma delas, é indicada para representar as Pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento na CIA (Portaria n. 058, de 05 de maio de 2015).

4.4 Metodologia

A proposta curricular do Curso de Pedagogia está embasada nas Resoluções CNE/CP 1, de 15 de maio de 2006 e CNE/CP 2, de 20 de dezembro de 2019, que instituem a duração e a carga-horária dos cursos de Licenciatura, de Graduação Plena, de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior. Conforme esse documento, a carga-horária será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 3200 (três mil e duzentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus Projetos Pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

- 400 (quatrocentas) horas de Prática como Componente Curricular, vivenciadas ao longo do curso. As quatrocentas horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao

longo do curso constituem um espaço significativo para propiciar a articulação teoria e prática, dando ao educando a oportunidade de refletir os problemas mais imediatos e evidentes nas escolas de educação básica e outros espaços educativos.

- 400 (quatrocentas) horas de Estágio Curricular Supervisionado, a partir do início da segunda metade do curso;

- 2.200 (duas mil e duzentas) horas de aula para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;

- 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais. As atividades definidas pela resolução como “outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais como componente curricular” garantem ao aluno a realização de um conjunto de atividades comprometidas com os objetivos do curso, com o perfil do profissional a ser formado e com os interesses e necessidades individuais dos alunos. Cabe ao licenciado integralizar 200 horas durante o período de realização do curso.

Para os acadêmicos que exerçam atividades docentes regulares na Educação Básica pode acontecer a redução de carga-horária do Estágio Curricular Obrigatório até o máximo de 200 (duzentas) horas. A carga-horária obedece aos 200 (duzentos) dias letivos/ano, dispostos na LDB.

Diversos autores que discutem a formação de professores, como Nóvoa (1991, 1992), Zeichner (1992, 1998), Pimenta (1999) Tardif (s.d , 2002), Veiga (2002) e outros, têm apontado a importância que se reveste o campo da docência e indicado a necessidade de se valorizar práticas formativas que contribuam para a construção de professores de profissão que sejam autônomos e capazes de refletir criticamente sobre sua prática e a realidade social.

A organização curricular do Curso de Pedagogia é disciplinar, com a perspectiva de eixo articulador a partir do 1º semestre, tendo o “mapa conceitual” como estratégia para organizar os conteúdos a serem trabalhados em cada disciplina.

A partir do 6º semestre a articulação acontece por meio do planejamento, acompanhamento da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica sustentando a Prática como Componente Curricular como fundamento e a pesquisa como princípio, no sentido de qualificar a formação de um profissional professor para a Educação Básica.

A metodologia para a Educação a Distância será descrita no item abaixo, no entanto, vale destacar que este é um espaço que o professor precisa estabelecer uma relação de confiança com o seu aluno. Oesterreich e Montoli (2010, p. 3), afirmam que os alunos precisam sentir-se à vontade e seguros para dirimir dúvidas e levantar questionamentos, independentemente das ferramentas ou do ambiente em que ocorre a aprendizagem,

Desde que a comunicação se estabeleça com respeito e reciprocidade entre os participantes. A partir do conhecimento contextualizado dos alunos, o professor poderá orientar suas ações de forma a promover o compartilhamento e interação do grupo, compreendendo as diferentes formas de expressão do pensamento, colaborando para a construção de uma rede humana de aprendizagem.

Segundo os autores, nesse processo, professores e alunos devem ser protagonistas da aprendizagem, tendo como meio de interação os ambientes virtuais com as ferramentas que podem facilitar a articulação dos diferentes saberes.

4.4.1 Aspectos Metodológicos da Proposta de Educação a Distância – EaD

4.4.1.1 Material Didático Instrucional

A Resolução n. 061, de 22 de agosto de 2006, estabelece que a Educação a Distância é um processo de ensino-aprendizagem com mediação docente e de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes tecnológicos de informação e comunicação, utilizados isoladamente ou combinados, dispensados os requisitos de frequência obrigatória vigentes para a educação presencial. Nesse sentido, o material didático instrucional é o componente essencial na qualificação da comunicação entre a instituição e o aluno.

O programa de Educação a Distância da Uniplac, possui uma equipe multidisciplinar, responsável pelo design instrucional do material didático. O material didático é produzido conforme demanda de oferecimento das disciplinas, sendo indicados professores com conhecimento nas áreas específicas para sua elaboração.

Todos os materiais são disponibilizados de forma on-line para que os estudantes tenham a possibilidade de acessá-los 24 horas por dia.

De acordo com FILATRO (2008), o design instrucional é um conjunto de atividades para identificar uma necessidade de aprendizagem e desenhar, implementar e avaliar a solução para esta necessidade.

Pode ser definido como um processo sistemático para elaboração de um planejamento educacional e deve responder as três perguntas:

- Onde vamos? (Objetivos de aprendizagem);
- Como podemos atingir os resultados desejados? (Pedagogia, estratégias educacionais e ferramentas instrucionais);

- Como sabemos se atingimos os objetivos com o modelo proposto? (Assessment e avaliação).

O modelo de design instrucional proposto para utilização pela EAD Uniplac é o *Learning Design Framework – ILDF for on-line Learning Environments*, proposto por Dabbagh e Bannan-Ritland. Segundo Araújo, Oliveira e Santos (2009)

este modelo combina o melhor dos demais modelos de design instrucionais sistematizados com as considerações preciosas dos conhecimentos de professores, instrutores e treinadores, suas experiências e relatos de aprendizagem para contextos, conteúdo, alunos, estratégias e tecnologias específicas.

O propósito do modelo ILDF *on line* é prover um *framework* sistemático que incorpora em três fases (exploração, enactment e avaliação) três elementos essenciais para a elaboração de um curso: os modelos pedagógicos com suas características pedagógicas, as estratégias educacionais e as tecnologias instrucionais que são adaptáveis aos múltiplos cenários educacionais utilizando, para tanto, métodos formais ou informais.

Com relação às fases do modelo ILDF, resumidamente pode-se dizer que: na fase de preparação ocorre a investigação e documentação de todas as informações relevantes relacionadas ao cenário instrucional, incluindo as crenças individuais e coletivas do professor ou desenvolvedor e de outros envolvidos na situação de instrução. Na fase de desenvolvimento (*enactment*) são mapeadas as informações recolhidas na fase de preparação sobre o processo de aprendizagem, o conteúdo e os modelos pedagógicos existentes, considerando as características particulares para identificar e programar estratégias instrucionais online. Na fase de aperfeiçoamento são determinados os propósitos, resultados desejados e métodos de avaliação da aprendizagem online, incorporando a avaliação formativa e revendo ciclos que resultam na efetiva implementação e resultados previstos.

On de	Co	Com o
Ver	Atin	se b
mo	gir?	er
s?	-	se
-	Pro	atin
Púb	duç	gim
lico	ão	os?
Alv	dos	-
o?	Obj	Aval
Nec	etos	iaçã
essi	de	o de
dad	Apr	apre
es?	endi	ndiz
	zag	age
	em	m



em	Que	Aut
?	m?	o
-	-	Aval
Coo	Téc	76
rde	nico	76
nad	s TI	76
or	-	Que
Proj	Prof	m?
eto	ess	-
-	ores	Alun
Prof	-	o
ess	Tut	-
ore	ores	Prof
s-	-	esso
Tut	Prof	res-
ore	ess	Tuto
s	ores	res
-	-	-
-	Aut	Tuto
Co	ores	r
mo	-	Téc
-	-	nico
Ava	Co	mo
liar	mo	Co
-	Ava	Co
-	liar	o
Pes	?	Aval
quis	-	iar?
a	Con	-
de	o	estr
De	o	ume
ma	Edi	ntos
nda	ria	de
ma	l	Aval
-	-	iaçã
-	Revi	o
-	sore	-
-	s	-

Esse modelo de design instrucional é cíclico, pois, após a instrução ter sido avaliada, ela será utilizada para a retroalimentação do modelo, de forma a permitir a sua evolução contínua (FILATRO, 2008).

O material didático é produzido e/ou organizado pelos próprios docentes da Universidade, podendo abranger os mais variados tipos de objetos de aprendizagem, como por exemplo, textos instrucionais, artigos, vídeos aula, apostilas virtuais, indicação de documentos, etc.

A forma de distribuição se dá de forma digital, no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

4.4.1.1.1 *Material de Estudos da Disciplina*

Os conteúdos que fazem parte do material deverão estar articulados ao perfil profissional definido no Projeto Pedagógico do Curso, considerando objetivos, conteúdos específicos, metodologias, estratégias de ensino e a ementa da disciplina. Este material deve promover a autonomia do aluno para a pesquisa e o autoestudo, na perspectiva da construção do conhecimento e da formação como um todo.

O material didático é a mídia-base para o desenvolvimento do conhecimento na área abordada, tendo como função o contrato pedagógico da disciplina. Para tanto, é preciso que seja elaborado numa linguagem científica, propositiva, investigativa, oportunizando ao estudante o estabelecimento de relações verticais e horizontais em relação ao seu curso. A produção textual deverá ser na perspectiva da linguagem dialógica, isto é, todas as partes do texto a ser apresentado aos alunos precisam ser articuladas. Importante ressaltar que os textos instrucionais não são um simples complemento, mas tem um lugar próprio, de grande relevância, na EaD. Devem ser facilitadores da aprendizagem, permitindo a interlocução dos agentes do processo educativo. “O texto é artefato de significação (o texto significa), produto de uma enun-

ciação feita em um determinado contexto sócio-histórico e dialógico, uma vez que se define pelo diálogo entre os interlocutores e, também, pelo diálogo entre outros textos”¹⁰.

Aqui não mais existe a presença física constante e datada. A presença agora será feita pelo meio. E o meio fundamental será o texto escrito, do qual o professor é chamado a ser autor. Mas é preciso ir adiante, pois não se trata de um autor, digamos, tradicional. O requisito é de um autor que saiba comunicar. Portanto, um autor do qual se exige o domínio das tecnologias de comunicação, além do domínio do conteúdo (da disciplina, no caso). Talvez fosse mais adequado falar em novo professor, em lugar de professor-autor (Parecer n. 078, 2005, p.2).

As disciplinas de 40 horas serão organizadas em duas Unidades e as disciplinas de 80 horas serão organizadas em quatro Unidades. Em cada unidade trabalhada haverá atividades on line que poderão ser definidas a critério do professor autor da disciplina, a realização dessas atividades são obrigatórias e sua realização possibilitará ao aluno a apropriação do conteúdo estudado. Essa atividade é disponibilizada na página *web* através do AVA com data pré-estabelecida, de acordo com o cronograma da disciplina.

O processo de diagramação e produção de objetos de aprendizagem (conforme demanda) para complementar o caderno de estudos é realizado pelo Setor de EaD, através do grupo de design instrucional.

4.4.1.2 Encontros Síncronos de Apresentação das disciplinas

No início de cada disciplina, serão realizados encontros síncronos, através de plataforma de videoconferência, com a presença do professor autor e professor-tutor e os acadêmicos, em que será apresentado o Plano de Ensino, bem como, serão contextualizadas as atividades que serão propostas e os conceitos básicos que serão aprofundados através do material disponibilizado no AVA.

Em virtude de o curso ser totalmente a distância, a presença dos alunos nestes encontros síncronos será facultativa, no entanto essas videoconferências serão gravadas e disponibilizadas no AVA para que os acadêmicos que optarem por não puderem se fazer presentes possam ter acesso a esta aula.

4.4.1.3 Sistema de Comunicação

O sistema de comunicação para a Educação a Distância é composto por um conjunto de estruturas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs) e os respectivos procedi-

¹⁰ Revista Travessias Ed. A “linguagem de inserção” no material impresso para educação a distância.

mentos e as formas de utilização que caracterizam a dinâmica da comunicação e da interação entre os sujeitos envolvidos nos processos acadêmicos e de ensino aprendizagem (MEC, 2012).

A EaD da Uniplac conta como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) o Moodle, onde são organizadas as disciplinas e disponibilizados os recursos didáticos. Além de servir de canal de comunicação entre: aluno – professor-tutor, aluno – tutor-técnico, aluno – suporte.

O AVA é a forma de o professor-tutor se fazer presente e de exercer a sua função estimuladora e incentivadora ao estudo independente e autônomo, que é um dos objetivos pedagógicos das disciplinas na modalidade a distância.

Para realização dos estudos, o aluno possui o material digital, disponibilizado no AVA. Além disso, a interação com o professor-tutor deverá também ser realizada através do AVA, que exige acesso à *Internet*. O recurso tecnológico mínimo para realização da disciplina na modalidade a distância é um computador com acesso à *Internet*. Caso o aluno não disponha do recurso, são disponibilizados os laboratórios de informática da Universidade.

4.4.1.4 Atividade de Tutoria

A atividade de tutoria das disciplinas na modalidade a distância será realizada por professores-tutores e tutores-técnicos. O processo de seleção deve considerar o perfil do profissional, sendo que o professor-tutor deve ter domínio dos conhecimentos básicos da informática, capacidade de expressão, competência para a análise e resolução dos problemas, conhecimentos (teóricos e práticos); capacidade de buscar e interpretar informações e busca de constante atualização.

O professor tutor da turma, na modalidade a distância, deve dar expediente na instituição, de acordo com o número de horas contratadas para as disciplinas. Os dias de expediente deverão ser comunicados aos alunos no primeiro dia de aula e atualizados no cronograma da disciplina.

Desta forma a estrutura de tutoria da Uniplac possui o suporte de três figuras principais, sendo:

- Coordenador-pedagógico: desempenha a função de coordenador de curso, sua contratação segue as normas institucionais e este é o maior articulador principal da educação permanente dos professores;

– Tutor-técnico: técnico administrativo de nível superior e com formação na área do curso. Este técnico tem como função participar do acompanhamento docente e discente, oferecendo suporte no que tange as TICs. Este tutor acompanha, junto com o coordenador de curso a Educação Permanente; deverá supervisionar as atividades do docente nas disciplinas; Realizar o acompanhamento do andamento das atividades dos acadêmicos; Promover o suporte técnico do processo EaD; Promover as avaliações institucionais internas dos docentes e discentes; Avaliar os professores, com o gerência da EaD, conforme instrumentos aprovados pela CPA.

– Professor-tutor: assume esse papel a cada disciplina, tem como função trabalhar com o grupo de alunos. É o sujeito ativo da Educação Permanente. Deve acompanhar os encontros síncronos, bem como interagir com os alunos através do AVA; sendo que o mesmo deve atuar como facilitador e orientador do processo pedagógico; estar em constante interação com os alunos; Auxiliar o educando a superar obstáculos na aprendizagem e dar retorno crítico sobre as atividades realizadas; Estar disponível aos alunos tanto nos momentos síncronos quanto nos assíncronos previstos na agenda do aluno; Promover a comunicação entre os grupos, compreendendo a educação como um processo de comunicação no qual se privilegia o intercâmbio de experiências e a circulação de saber entre os agentes do processo.

4.5 Avaliação de Aprendizagem

Parte-se do pressuposto de que a avaliação na EaD deve se caracterizar como um processo contínuo e formativo, em que o professor-tutor possa, através dos diferentes recursos de comunicação, acompanhar a aprendizagem do estudante, considerando que um dos principais objetivos da EaD é o desenvolvimento de sujeitos autônomos. No processo de avaliação do Ensino a Distância é importante o professor-tutor considerar o que pontua Kenski sobre esta etapa pedagógica.

A educação “presencial” é determinada pela sala de aula e todos os recursos físicos, humanos e tecnológicos restritos à área física em que ela se situa. A EaD, ao contrário, se apresenta em um não-lugar, um espaço virtual indeterminado. [...] Ao vivenciarmos a EaD, descobrimos que se trata de uma nova cultura (KENSKI, 2010, p. 59).

Para tanto, considera-se a avaliação formativa como possibilidade de aprendizagem para o aluno e, para o professor-tutor cria condições para o acompanhamento desta aprendiza-

gem. As avaliações de aprendizagem seguem o disposto pelo § 2º, do art. 4º, do Decreto nº 5.622/2005, sendo que as avaliações presenciais prevalecem sobre as avaliações online.

A avaliação para os cursos EaD, segue o regulamento institucional dado pela Resolução nº 131, de 08 de julho de 2014, aprovada pelo Conselho Universitário da Uniplac, onde diz que:

“Art.5º A Avaliação da Aprendizagem deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluam a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como:

I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem.

II – Habilidades: são capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente.

III – Atitudes: são vontades concretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores.

§1º. Para efeito operacional desta resolução, a verificação de conhecimentos, habilidades e atitudes deverá ser registrada de forma parcial e final através de conceito numérico.

§2º. Para que o processo avaliativo atinja a plenitude de suas finalidades, deve ser contínuo, cumulativo e somatório, com prevalência da verificação de aspectos qualitativos, mais do que os quantitativos, de caráter integrativo e numa perspectiva operatória.”

[...]

“Art 9º A avaliação da aprendizagem nos cursos de graduação da Uniplac será realizada, ao longo do semestre, sendo obrigatória, no mínimo:

I - 02 (duas) avaliações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica.

II- 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual.”

Desta forma, as avaliações, tanto online quanto presenciais, são realizadas na perspectiva operatória e individual. Sendo que as avaliações presenciais devem prevalecer sobre quaisquer outras formas de avaliação conforme preconiza o Decreto nº 5.622, de 19 de Dezembro de 2005 que regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Portanto, as disciplinas do curso de Pedagogia EaD contarão com uma avaliação final presencial, valendo 5,1 pontos e uma avaliação integrativa online, valendo 1,0 ponto. Os 3,9

pontos restantes para somar a nota máxima (dez) serão distribuídos em atividades online elaboradas pelos professores-autores de cada disciplina.

A periodicidade das avaliações presenciais dependerá da quantidade de créditos da disciplina ofertada. As disciplinas de 2 créditos e 4 créditos terão duração de duas semanas e quatro semanas, respectivamente. A avaliação presencial será realizada sempre ao final da oferta de cada disciplina.

Para que o acadêmico seja aprovado, deverá somar, no mínimo, 7,0 em todas as atividades/avaliações realizadas. Com a finalidade de proporcionar a recuperação de estudos, em cada disciplina, serão oportunizadas duas atividades de recuperação, uma presencial, valendo 5,1 pontos e uma online, valendo no mínimo 2,0 pontos.

O professor-tutor é o responsável por realizar as correções de todas as atividades avaliativas. Nas disciplinas institucionais, há um banco de questões objetivas, elaboradas pelos professores-autores para a avaliação presencial. Nas demais disciplinas, cada professor-autor terá autonomia para elaborar a atividade avaliativa presencial, utilizando de diversos instrumentos de avaliação. Neste caso, haverá predominância de questões dissertativas.

É importante salientar que nas disciplinas de Estágio Curricular Obrigatório e Pesquisa e Prática Pedagógica, as avaliações possuem um caráter diferenciado. Na primeira, a avaliação se dá através do acompanhamento dos professores-orientadores, da elaboração do relatório de estágio e da apresentação de seminário de devolutiva de estágio, realizado de forma síncrona, através de videoconferência. No caso da disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica, os acadêmicos serão acompanhados de forma sistemática pelo professor-autor e pelo professor-tutor na construção de um projeto de pesquisa, em sua execução e construção de um artigo científico para a publicação dos resultados.

4.6 Estágio Curricular Obrigatório

4.6.1 Estágio Curricular Obrigatório/Prática Profissional

O Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Pedagogia da UNIPLAC, possui 400 (quatrocentas) horas, seguindo as DCNs, também segue o que determina a legislação de formação de professores, a partir da LDB, Lei 9.394/96, a Base Comum Curricular (BNCC), de Resolução n. 2, de 20 de dezembro de 2017 e ainda atualizado conforme determinação institucional do CONSUNI, Resolução n. 232, de 08 de agosto de 2016.

O Estágio no que se refere à experiência de exercício profissional, e alinhados a essas legislações, se caracteriza por privilegiar propostas que possibilitem experiências nos diferentes níveis de ensino.

O processo de Estágio Curricular Obrigatório envolve as Unidades Escolares das redes públicas (estadual e municipal) e particulares da microrregião e é realizado nas diferentes etapas de ensino da Educação Básica, incluindo a possibilidade de desenvolvê-lo na Educação Especial.

Para tanto, traz como objetivo desenvolver, junto aos acadêmicos-estagiários, a capacidade de analisar criticamente as diversas metodologias que fundamentam o ensino na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, proporcionando-lhes as habilidades necessárias para a prática pedagógica docente.

Além disso, o Estágio Curricular Obrigatório acontece em processo e está voltado para o desenvolvimento de atividades que privilegiam o ensino, a pesquisa e a extensão. Dessa maneira, propõe uma articulação efetiva entre a Universidade e as Secretarias de Educação Municipal e Estadual. Busca-se, assim, por meio do enfoque metodológico, superar a dimensão descontextualizada do trabalho docente.

O Estágio Curricular Obrigatório tem seu início no 4º semestre do curso e é concluído no 8º semestre, sendo realizado nos diferentes segmentos da área da educação formal e não formal, com a carga horária de 400 horas. Nesse sentido, obedece ao seguinte cronograma: formação da equipe a partir do quarto semestre; contato com a escola escolhida; observação da realidade; levantamento das referências; observação em sala de aula e planejamento do período de regência; período de regência efetiva; elaboração e apresentação dos Relatórios Parcial e Final devidamente fundamentados.

O Estágio Curricular Obrigatório contempla a inserção dos estudantes em todas as etapas da educação básica, sendo que se desenvolve da seguinte forma: no 4º semestre ocorre a Observação Participante em Ambientes Educacionais; no 5º semestre deve ser vista as dimensões da prática docente no cotidiano na Educação Infantil, com reflexão como fundamento das práticas pedagógicas, na docência e na mediação nos processos de ensinar e aprender, com intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio; no 6º e 7º semestres ocorre a intervenção na realidade educacional de estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e desenvolvimento do projeto de estágio nessa etapa da educação básica e no 8º semestre é a intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio na Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Como é possível perceber, a proposta metodológica do estágio curricular é dinâmica, articulando ao longo dos cinco últimos semestres do curso a observação participante e a intervenção, possibilitando também a articulação com a disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica.

Para se chegar a isso, conta com uma equipe de profissionais (Orientadores, Supervisor e professor de Estágio) que buscam a compreensão da prática pedagógica numa dimensão relacional (teoria/prática) e contextualizada. A supervisão de estágio é realizada atualmente pela coordenação do Curso, em articulação direta com o professor da disciplina de Estágio e desenvolvem suas atividades referentes ao processo de Estágio, ancoradas em regulamento próprio, elaborado a partir das legislações pertinentes, tanto externas, quanto oriundas da própria UNIPLAC.

4.6.2 Estágio Curricular Obrigatório – Relação com a Rede de Escolas de Educação Básica

Para a realização do Estágio, existe o termo de Convênio n. 2337/2018, entre a Prefeitura Municipal de Lages, através da Secretaria Municipal de Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, mantenedora da UNIPLAC, e também o Termo de Cooperação Técnica n. 2021 TN 0745, celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, que tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de Prática de Ensino e de Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura da UNIPLAC, com base na Lei Federal n. 11.788, de 25/09/2008, bem como nas Resoluções n. 01/2006 e 2/2019 do CNE/CP, que estabelecem as diretrizes e regulamentam os Cursos Pedagogia e de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior, para a realização da Prática de Ensino e Estágio Supervisionado da Formação de Professores nas Escolas de Educação Básica.

O referido convênio caracteriza o Estágio e define competências para a Secretaria de Estado da Educação, através da Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e para a UNIPLAC, instituição de ensino formadora dos novos profissionais da educação.

O estágio realizado no âmbito das Unidades Escolares conta com o acompanhamento supervisionado, sistemático e presencial do Coordenador do Curso e dos professores responsáveis pela disciplina de Estágio Curricular Obrigatório na IES; e, na CRE, pela Supervisão de Políticas e Planejamento Educacional; na Unidade Concedente de Estágio, pelo Responsável Pedagógico/Administrativo e pelo Professor Regente, habilitado na área de formação do acadêmico.

No final de cada etapa de estágio são promovidos seminários de apresentação de trabalhos desenvolvidos durante a realização de Prática de Ensino e de Estágio Obrigatório, para disponibilizar em capacitações, proporcionando a integração da UNIPLAC com a Unidade Concedente de Estágio, objetivando a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Ao finalizar as atividades, os Professores Regentes e o Responsável Pedagógico da Unidade Concedente de Estágio, que acompanharam o acadêmico em processo de realização de Prática e Ensino e de Estágio Obrigatório, recebem certificados de formação em serviço, expedidos pela UNIPLAC.

O Estágio Curricular Obrigatório envolve as Unidades Escolares das redes estadual e municipal da região da Serra Catarinense, limitando-se a Educação Infantil, aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens, Adultos e Idosos, ou ainda em cursos de extensão nas comunidades, clubes de serviço, ou no espaço físico da universidade.

Dentre os objetivos, destaca-se o de desenvolver nos alunos estagiários a capacidade de analisar criticamente as diversas metodologias que fundamentam os campos de experiências e direitos de aprendizagem, com seus objetivos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, nos componentes curriculares dos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, proporcionando-lhes habilidades necessárias para a sua prática pedagógica docente.

O Estágio acontece em processo e é realizado a partir da segunda metade do curso, iniciando-se, portanto, no 4º semestre.

Esse processo é desenvolvido em grupos de até quatro estagiários, o que possibilita maior integração e troca de experiências entre os mesmos. É acompanhado pelo Coordenador do Curso, pelo professor da disciplina de Estágio Curricular Obrigatório, pelo professor orientador de cada grupo, pelo Responsável Pedagógico da Unidade Concedente de Estágio e Professores Regentes das disciplinas onde se realizam os estágios.

Compreende as seguintes etapas:

I. no 4º (quarto) semestre cada aluno deverá fazer a observação do Campo de Estágio, com o objetivo de se familiarizar com as rotinas pedagógicas (sala de aula, conselhos de classe, reuniões pedagógicas, biblioteca), num total de 40 horas (quarenta horas).

Fazendo assim a observação participante em ambientes educacionais e escolherá o Orientador;

II. o 5º semestre compreende as dimensões da prática docente no cotidiano na Educação Infantil com reflexão como fundamento das práticas pedagógicas na docência e a media-

ção nos processos de ensinar e aprender com intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio, com 40h/a (quarenta horas aula) de estágio;

III. no 6º e 7º semestres ocorre a intervenção na realidade educacional de estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e desenvolvimento do projeto de estágio nessa etapa da educação básica, num total de 40 horas (quarenta horas) de estágio.

IV. o 8º semestre é a intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, num total de 40 horas (quarenta horas) de estágio.

A participação da Unidade Escolar no referido processo, ocorre através do acompanhamento efetivo da Equipe Gestora e dos Professores Regentes, sendo de fundamental importância para que os objetivos dessa prática sejam alcançados.

4.6.3 Estágio Curricular Obrigatório – Relação entre Teoria e Prática.

O Estágio Obrigatório visa fortalecer a relação teoria e prática no princípio metodológico de que o desenvolvimento de competências profissionais implica em utilizar conhecimentos adquiridos, quer na vida acadêmica quer na vida profissional e pessoal. Sendo assim, o estágio constitui-se em importante instrumento de conhecimento e de integração do aluno na realidade social, econômica e do trabalho em sua área profissional.

A relação teoria e prática é experiência bastante complexa na formação de professores, sobretudo porque suas manifestações estabelecem vínculos tanto no espaço de formação inicial, a universidade, como no espaço de trabalho, a escola-campo, onde os alunos realizam o estágio.

Uma das compreensões do estágio como elemento articulador da relação teoria e prática é testemunhada pelos universitários como uma relação que, apesar dos elementos serem construídos, separadamente, em lugares específicos, é possível relacioná-los em um momento, sobretudo no momento da prática. Também, percebem tal relação como algo indissociável, que é impossível perceber uma demarcação definida do que é a prática e do que é a teoria.

A percepção de que a relação teoria e prática não é uma realidade linear, é apresentada pelos alunos quando eles percebem que, na prática de estágio, vivenciada, automaticamente, acessam teorias, conhecimentos construídos em outras etapas do curso.

O Estágio Obrigatório é o primeiro contato que o aluno-professor tem com seu futuro campo de atuação.

Assim, por meio da observação, da participação e da regência, o licenciando poderá refletir e vislumbrar futuras ações pedagógicas.

Ao estagiar o futuro professor passa a encarar a educação com outro olhar, procurando entender a realidade da escola e o comportamento dos alunos, dos professores e dos demais profissionais que compõem a educação.

O Estágio das Licenciaturas é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96, sendo necessário à formação profissional, a fim de adequá-la às expectativas do mercado de trabalho onde o licenciado irá atuar. Desta forma, o estágio dá oportunidade de aliar a teoria à prática.

4.6.4 Estágio Curricular Não-Obrigatório

O Estágio Curricular Não-Obrigatório na Uniplac constitui-se em atividade complementar à formação do acadêmico. É realizado por livre escolha do aluno, obedecendo a Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, com relação à carga horária semanal/mensal e as atividades a serem desenvolvidas. Os critérios e condições deste Estágio estão definidos no Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta n. 81/2008. “Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso § 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. § 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”.

4.7 Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular – PCC, passou a fazer parte do currículo dos cursos de licenciatura a partir da Resolução CNE n. 2, de 19/02/2002, que estabelece as cargas horárias dos componentes curriculares das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica. Segundo as novas diretrizes, a PCC deve ser integralizada em 400 horas, com atividades que aproximem os alunos de cursos de licenciaturas da realidade escolar, ainda no início do Curso. No entanto, destaca-se que tais atividades não devem ser confundidas com as atividades do Estágio Curricular Obrigatório. Esta carga horária de efetivo contato com o cotidiano escolar foi reforçada nas novas DCNs para formação inicial em nível superior para cursos de licenciatura.

Nesse sentido, o Curso de Pedagogia pretende trabalhar a PCC, por meio de disciplinas como “Pesquisa e Prática Pedagógica”, do 3º ao 8º semestre, Didática, e Processos Educacionais Formais e não Formais. Estas disciplinas buscam, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, desenvolver práticas pedagógicas que articulem todos os componentes curriculares, na perspectiva de analisar e propor ações no âmbito da formação e de atuação do licenciado no cotidiano escolar.

4.8 Atividades Complementares

São atividades de cunho educativo-teórico-prático que têm como objetivo o enriquecimento da formação profissional, através do desenvolvimento de competências e habilidades. Podem acontecer tanto no contexto acadêmico, quanto nas relações com o mundo do trabalho e em projetos de extensão junto às comunidades. As áreas específicas são escolhidas pelo próprio acadêmico.

São consideradas complementares as atividades que possibilitam a integralização curricular. Podem ser atividades de pesquisa, de extensão, estágios curriculares não obrigatórios, eventos científicos e culturais.

A carga horária prevista de Atividades Complementares no Curso de Pedagogia é de 200 (duzentas) horas. Este é um requisito indispensável à colação de grau dos acadêmicos do Curso de Pedagogia – Licenciatura. A integralização deverá acontecer ao longo do curso, devendo obrigatoriamente constar no histórico escolar dos estudantes.

As Atividades Complementares poderão ser realizadas no contexto interno ou fora do âmbito institucional, e devem estar relacionadas a conteúdos em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso.

São consideradas Atividades Complementares: Disciplinas afins em outros cursos; Atividades de Pesquisa: participação em projeto de pesquisa; Publicação de periódicos; Atividades de Extensão: participação em projeto de extensão na área de educação; Estágio curricular não obrigatório (deverá ser submetido à análise e aprovação do colegiado de curso, NDE e/ou coordenação do mesmo); Trabalho voluntário em atividades programadas pela UNIPLAC; Representação estudantil (Colegiado de Curso / CA / DCE); Eventos científicos ou culturais relacionados à educação em geral e a área específica da Pedagogia; Outras atividades que o curso entender necessárias integralizar solicitadas pelo acadêmico e aprovadas pelo Colegiado do Curso, NDE e/ou coordenação do mesmo.

Segue o quadro das Atividades Complementares obrigatórias, com seus respectivos critérios.

Quadro de Atividades Complementares do Curso de Pedagogia

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	% de horas das atividades	Horas
- Disciplinas afins em outros cursos	10%	20
ATIVIDADES DE PESQUISA		
- Projetos e programas de iniciação científica	20%	30
TRABALHOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS		
- Em periódicos na área da educação	20%	40
- Em periódicos de qualquer natureza	10%	20
ATIVIDADES DE EXTENSÃO		
- Cursos como ministrante e/ou organização de eventos culturais	20%	30
- Cursos como ouvinte	10%	20
- Participação em eventos na área da educação relacionados à habilitação do curso (seminários, simpósios, conferências, congressos, cursos para formação profissional, etc.)	30%	50
- Estágio curricular não-obrigatório	20%	30
- Trabalho voluntário em atividades programadas pela UNIPLAC	10%	20
- Representação estudantil (Colegiado de Curso / CA / DCE)	10%	20
- Outras atividades não descritas neste anexo.	Deverão ser analisados e emitidos pareceres pelo NDE, Colegiado do Curso de Pedagogia e/ou coordenação do mesmo.	

4.9 Integração com as Redes Públicas de Ensino

4.9.1 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)

As maiores virtudes e, ao mesmo tempo, os maiores desafios da Uniplac estão na forma como se coloca para o seu entorno e no Brasil:

- comunitária, porque inserida em contexto histórico marcado pelo coronelismo e o clientelismo, em que é urgente a inserção política e social das camadas menos favorecidas da população;

- desenvolvimentista, porque inadiável a superação dos piores IDHs de Santa Catarina e a promoção do crescimento econômico com justiça social e sustentabilidade.

- este compromisso está expresso no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019/2023, por meio da sua Missão que é “Ser uma universidade de referência para a transformação dos padrões socioeconômicos e culturais da região”.

Até finais da década de sessenta do século XX, a UNIPLAC era a única IES na região,

portanto, é neste contexto que os seus cursos de formação docente passam a trabalhar na perspectiva de contribuir para a superação dos indicadores regionais do IDH.

Com o Projeto PIBID e Residência Pedagógica, a UNIPLAC objetiva inserir os acadêmicos bolsistas no cotidiano das escolas da rede pública municipal e estadual; contribuir para a construção da sua identidade profissional; ampliar a qualificação das ações acadêmicas voltadas para a formação docente; promover a articulação entre a Instituição de Educação Superior e a Educação Básica; superar o excesso de teorização da formação e ainda contribuir para a transformação social pela educação.

Nesta perspectiva, a UNIPLAC, visa fortalecer as escolas de Educação Básica como espaços efetivos de formação docente, com vistas a qualificar o processo de ensino e em consequência, oportunizar uma aprendizagem significativa e contextualizada, tanto para os acadêmicos dos cursos de licenciatura, quanto os da Educação Básica, atendendo ao disposto no “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” (Decreto 6.094/2007), quando se refere ao “foco na aprendizagem”, na perspectiva de melhorar os índices da Educação Básica brasileira, como o IDEB.

Destaca-se que este compromisso com a formação de professores e a Educação Básica reforça a articulação com as propostas governamentais para e pela Educação, a missão da UNIPLAC, assim como os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura desta Instituição, no que tange a relação da formação com a atuação dos seus acadêmicos num processo interdisciplinar, com vistas a promoção e a formação social e cultural, ancorados na pesquisa e na extensão como possibilidades de formação.

Nesse sentido a opção de inserir os acadêmicos bolsistas em escolas com diferentes índices do IDEB, também está amparado na possibilidade das diferentes e desafiadoras vivências, possibilitando diferentes análises que devem ser discutidos coletivamente com vistas a compreensão dos limites e das possibilidades para o rompimento dos padrões estereotipados em relação a Educação Pública. Esta participação deverá ter caráter dinâmico e articulado no contexto interno das Unidades Escolares, pois, considera-se como processo de inserção destes acadêmicos na realidade escolar toda a efetiva participação no planejamento escolar, na avaliação, em reuniões pedagógicas da comunidade educacional, quanto nas reuniões de pais.

O processo reflexivo externo será proposto por encontros de estudos sistematizados envolvendo coordenador institucional, coordenadores de área, supervisor, bem como os acadêmicos com objetivo de analisar, refletir e promover constantemente as condições necessárias para a articulação entre os envolvidos que possibilite a qualificação do processo

de ensino aprendizagem. Sendo assim, este projeto se constitui numa proposta que se fundamenta na práxis, cujos envolvidos devem dispensar a ampla atitude investigativa e interativa, preconizadas pelo Plano de Metas Compromissos Todos pela Educação, PIBID, Residência Pedagógica e a missão da UNIPLAC - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação (PIBID) à Docência.

4.9.2 Residência Pedagógica

Esse projeto procura desencadear ações que possibilitem aos acadêmicos o conhecimento e a análise da realidade escolar, entrelaçando o espaço da prática educativa com o espaço de formação. A iniciação à docência por meio do RP viabiliza a condição de vivenciar as situações da profissão, com todo um suporte formador/problemador, que assegura a aprendizagem de situações da prática docente, que seriam vivenciadas somente no momento do estágio curricular obrigatório inserido na estrutura curricular dos cursos de licenciaturas. A relação entre o processo de formação e as práticas alfabetizadoras vivenciadas no cotidiano das salas de aulas nas escolas subsidia articular, o processo de formação e o processo de alfabetização, buscando a superação da formação dos acadêmicos no modelo tradicional, normativo, prescritivo, mas uma formação capaz de refletir sobre sua experiência para compreender e melhorar o ensino. Os resultados apontam que a formação durante o processo é um elemento essencial à própria constituição da área de alfabetização enquanto campo pedagógico. O convívio oportunizado, ao longo do desenvolvimento do trabalho, viabilizará a troca de conhecimentos e experiências, levando-nos a refletir não apenas acerca dos comportamentos sociais, dos sujeitos envolvidos no projeto, como também do nosso, enquanto profissional da educação.

Daí a necessidade de repensar a formação de professores a partir do contexto de seu trabalho, que integra a formação acadêmica e a vivência como docente em sala de aula. A interseção entre o espaço de formação e de formação no espaço, da sala de aula intensifica as possibilidades de um processo formativo nos contextos concretos da prática educacional superando um conhecimento ingênuo da realidade.

Nesse sentido como um espaço privilegiado para a formação dos acadêmicos dos cursos de licenciaturas superando o modelo da racionalidade técnica possibilitando uma base reflexiva na sua formação insere-se o Programa de Residência Pedagógica - RP, que tem como objetivos, entre outros, a formação de professores para a educação básica, contribuindo para a elevação da qualidade da escola pública; a valorização do magistério; a inserção dos

acadêmicos dos cursos de licenciaturas no cotidiano de escolas da rede pública de educação, promovendo a integração entre educação superior e educação básica.

O programa concede bolsas de iniciação à docência não só aos acadêmicos e professores da universidade, mas, também aos professores de escolas públicas (supervisores), que acompanham as atividades dos bolsistas no espaço escolar, contribuindo com o seu processo de formação em articulação com o formador da universidade, constituindo-se dessa forma uma possibilidade para superar o desafio do distanciamento entre os espaços de formação e a realidade da escola e do exercício da profissão.

O RP traduz-se numa proposta de superar algumas visões ingênuas, acerca da escola, do conhecimento, e da própria profissão de ser professor. Durante o processo de inserção nas escolas os acadêmicos observam e vivenciam diferentes situações do cotidiano escolar, percebem os limites e as possibilidades da ação docente, participam constantemente dos desafios encontrados pelos professores regentes das turmas, percebem os diferentes encaminhamentos metodológicos organizados, para contribuir no processo ensino aprendizagem da criança/estudante, que por algum motivo não acompanha o ritmo da turma.

Os acadêmicos participantes do RP vivenciarão intensamente seu processo de formação inicial.

A partir do momento, que compartilhamos signos, linguagens e culturas convivemos e aprendemos diferentes situações nas dimensões sociais, política, econômica e cultural, que estão presentes no contexto escolar. Esse movimento possibilitará compreender as práticas sociais e culturais, e não julgá-las, e permitirá ainda, entender o ato educacional como um ato eminentemente político e formativo. Os bolsistas vão se constituindo no seu fazer diário, por meio de conhecimentos, que vão adquirindo, produzindo, na relação com as crianças e nos desafios que aparecem.

A iniciação à docência por meio do RP viabilizará a condição de vivenciar as situações da profissão, com todo um suporte formador/problematizador, que assegura a aprendizagem de situações da prática docente, que seriam vivenciadas somente no momento do estágio curricular obrigatório inserido na estrutura curricular dos cursos de licenciaturas.

A vivência no programa oferecerá aos bolsistas, a condição de uma aprendizagem sobre a docência, sendo favorecida significativamente pelas horas dedicadas ao acompanhamento das crianças nas escolas pelos registros das situações e acontecimentos da sala de aula, pelo tempo destinado ao estudo do referencial teórico, o diálogo permanente e a discussão nos seminários dos livros/referenciais estudados.

Também é de fundamental importância a compreensão de uma prática educativa

pautada pela ética, pelo respeito entre professor e estudantes com os quais se estabelece relação nas escolas e pelo compromisso com a própria formação docente.

A escola é um espaço de ensino, aprendizagem, vivência de valores. É um espaço privilegiado para a formação inicial dos bolsistas, A escola é, então, o espaço de socialização onde o professor aprende os modos de ser e agir na profissão.

A noção de fazer da escola um espaço de troca de saberes, parte do reconhecimento de que a escola não é neutra, mas representa um tipo de educação. A escola ao mesmo tempo produz e reproduz saberes, que legitimam ou não as desigualdades, portanto também é um fazer político. O interesse pela emancipação, pelo crescimento intelectual e pessoal dos bolsistas acontecerá nestes espaços de diferenciação, o que se refere também as relações de poder imbricadas na educação.

Nesse sentido o projeto procurará desencadear ações, que possibilitem aos bolsistas do curso de Pedagogia o conhecimento e a análise da realidade escolar, entrelaçando o espaço da prática educativa com o espaço de formação.

4.9.3 Programa de Desenvolvimento Regional – PROESDE/Licenciaturas

É de conhecimento geral que a Educação é um assunto importante na sociedade e na formação dos sujeitos. Sabendo disso, torna-se de suma importância estudo sobre as perspectivas da comunidade escolar a respeito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador publicado em 2017, cujo principal objetivo é relacionar os principais conteúdos/objetos de conhecimento para a Educação Básica.

Conforme documentos como a Constituição Brasileira (1988), a educação é um direito de todos e dever do Estado e da Família. Neste sentido, também se torna um objetivo a oferta da educação de qualidade, para isso dispõe-se de políticas públicas e leis para o auxílio e garantia destes direitos.

As disposições da BNCC são tema atual e muito discutido no âmbito escolar, mas para algumas instituições e alguns docentes, este documento está sendo um grande desafio, uma vez que, observa-se que sua função e objetivo não estejam esclarecidos totalmente.

Devido à proposta de implementação da Base Nacional Comum Curricular, em que tem como objetivo subsidiar a base do ensino nas escolas de todo o território nacional, para um ensino inovador e contextualizado com a vivência dos estudantes dentro e fora dos muros escolares.

O programa de educação superior para desenvolvimento regional PROESDE/Licenciaturas tem como objetivo mobilizar os acadêmicos dos cursos de graduação de diferentes licenciaturas para estudar e analisar os cadernos da Proposta Curricular de Santa Catarina do ano de 1991 à 2014, a Base Comum Curricular do Território de Santa Catarina e por fim, elaboração de planos de aula dentro das temáticas apresentadas.

O PROESDE Licenciatura, como parte do Programa UNIEDU, tem como objetivo promover a qualificação dos estudantes das licenciaturas para intervir e contribuir na qualidade da educação básica, mediante a articulação entre os cursos de licenciatura, e atividades desenvolvidas nas unidades escolares (UEs) públicas de educação básica.

4.9.4 Convênio entre Secretaria de Estado da Educação e Universidade

O Termo de Cooperação Técnica n. 2021 TN 0745, entre a Secretaria de Estado da Educação e a Uniplac tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da Uniplac. Para fins deste convênio, entendem-se como Estágio Supervisionado e Prática de Ensino as atividades assistidas proporcionadas ao estudante para a sua formação profissional docente em situações reais de vida e de trabalho ligadas à área de formação.

Os estágios objeto do convênio têm caráter curricular e obrigatório e se constituem elemento essencial à diplomação do acadêmico.

Estágios curriculares obrigatórios e prática de ensino terão duração e carga horária fixada de acordo com o previsto nos regulamentos internos dos cursos.

O prazo da realização do estágio e da prática de ensino poderá ser ajustado de acordo com o calendário acadêmico em andamento, mediante ciência e anuência da instituição concedente.

4.9.5 Convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e Universidade

O Convênio assinado n. 2337/2018, de 21/08/2018, entre a Prefeitura Municipal de Lages, através da Secretaria Municipal de Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, mantenedora da Uniplac, tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da Uniplac. Para fins deste convênio, entendem-se como Estágio Supervisionado e Prática de Ensino as atividades assistidas proporcionadas ao estudante para a sua formação profissional docente em

situações reais de vida e de trabalho ligadas à área de formação.

Os estágios objeto do convênio têm caráter curricular e obrigatório e se constituem elemento essencial à diplomação do acadêmico.

Estágios curriculares obrigatórios e prática de ensino terão duração e carga horária fixadas de acordo com o previsto nos regulamentos internos dos cursos.

O prazo da realização do estágio e da prática de ensino poderá ser ajustado de acordo com o calendário acadêmico em andamento, mediante ciência e anuência da instituição concedente.

4.10 Apoio ao Discente

4.10.1 Atividades Previstas de Apoio aos Estudantes

O atendimento e o apoio ao aluno serão sempre prioridades do curso. Deverão acontecer de forma particular, pelo trabalho do Coordenador do Curso, que estará sempre à disposição, quando necessário. Da mesma forma se dá em nível de Colegiado de Curso, sempre mobilizado para incluir os alunos nas discussões e na identificação de necessidades, prioridades e possibilidades, na articulação de soluções e nas tomadas de decisão.

Dentre as atividades gerais abrangidas no nível de atenção do Colegiado do Curso estarão às ligadas à participação em atividades pedagógicas, na Universidade e fora dela; à participação em eventos como congressos, simpósios, jornadas e outros e à participação em projetos de pesquisa e extensão. O curso mobilizará seus alunos para a participação maior possível em eventos acadêmicos, considerando que a qualificação profissional está muito além do ambiente da sala de aula e do próprio *campus* universitário.

O trabalho de apoio ao aluno acontece desde o momento do ingresso na Universidade. No ato de ingresso, são apresentados à estrutura da instituição e a toda gama de serviços disponibilizados, inclusive programas institucionais em desenvolvimento. Também são equacionadas dúvidas relacionadas ou não ao curso, fato que acontece a cada início de semestre, quando a Pró-Reitoria de Ensino e toda a estrutura de gestores dos diversos setores de decisão participam de encontros com os alunos.

Para informar e atualizar informações, o *site* da Uniplac disponibiliza calendários acadêmicos, orientações de como acessar a bolsas de estudo, editais de projetos de pesquisa e extensão, estes últimos com a intenção de inserir o aluno oportunamente em projetos de iniciação científica e à pesquisa.

Há evidentemente todo o apoio do aluno pelos professores do curso. É feito através dos registros acadêmicos, de forma eletrônica, que permite o acesso a qualquer informação em tempo real, de forma ampliada, incluindo desempenhos como diários de classe e desempenho em avaliações.

A instituição como um todo dispõe, ainda, de dois setores fundamentais no atendimento e no apoio ao aluno. São eles a Secretaria Acadêmica, guardiã de todas as informações e documentação sobre a vida funcional do aluno, desde o momento de seu ingresso até o momento de sua saída da Universidade, e o serviço de atendimento ao estudante atualmente é oferecido pelo Apoio Comunitário e tem como objetivo a atenção aos alunos através dos diversos programas de bolsas de estudos que a UNIPLAC disponibiliza.

Como suporte do atendimento ao estudante apresenta-se o corpo técnico administrativo envolvido com a operacionalização dos cursos, de acordo com a necessidade apresentada. Justifica-se que para assessorar os projetos pedagógicos, a Pró-Reitoria de Ensino, além de toda a estrutura de técnicos para os setores, conta com uma Coordenação de Graduação, com profissionais que dão assistência técnica e pedagógica aos coordenadores de curso e a seus colegiados. E para qualquer encaminhamento pedagógico há o setor específico de Apoio Pedagógico (SEAPE).

Considere-se que a experiência na área da educação superior dos profissionais que atuam nos setores de apoio aos cursos possibilita-lhes uma melhor condição de acompanhamento das propostas pedagógicas dos cursos.

O quadro abaixo apresenta a relação do corpo técnico administrativo que realiza o acompanhamento ao curso.

Função	Titulação	Carga Horária
PROENS	Mestre	40 horas
Técnico Administrativo – SEAPE	Especialista	20 horas
Técnico Administrativo – SEAPE	Especialista	40 horas
Técnico Administrativo – SEAPE	Mestre	12 horas
Registro Acadêmico Apoio	Especialista	40 horas
Registro Acadêmico Apoio	Graduado	40 horas
Registro de Controle Docente/RH	Graduada	40 horas
Coordenação de Graduação	Mestre	40 horas
Técnico Administrativo – Coord. Grad.	Especialista	40 horas
Coordenação de Curso	Mestre	10 horas

O atendimento aos alunos da EaD, além de gozarem de todas as prerrogativas dos alunos dos cursos presenciais, contam com um quadro de atendimento específico, como demonstrado no quadro que segue.

Quadro - Equipe técnica do Setor de Educação a Distância

Função	Titulação	Quantidade	Carga horária
Gestor	Mestre	01	40 horas
Designer Instrucional	Graduado	01	20 horas
Técnico Audiovisual	Nível Médio	01	40 horas
Técnico em Tecnologias	Graduado	01	40 horas
Tutor Técnico	Especialista	01	20 horas
Pedagogo	Especialista	01	10 horas
Revisor	Mestre	01	06 horas
Professor Tutor	Especialista	03	20 horas
Professor Tutor	Mestre	02	20 horas

4.10.2 Apoio e Acompanhamento Pedagógico

O Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico - PAAP para o aluno da Uniplac surge na perspectiva de promover o bem-estar do aluno desta Universidade, facilitando a ambiência acadêmica do ponto de vista social e da aprendizagem. Visa ainda, desenvolver o protagonismo dos sujeitos estudantes, na construção de sua história na universidade, bem como no mundo do trabalho.

Considerando que atualmente as universidades vem fazendo jus ao seu próprio nome, momento em que o ensino superior realmente se universaliza diante do acesso às camadas menos favorecidas da população, faz-se necessário que se garanta também a permanência desses alunos.

Percebe-se que muitos ingressantes chegam à universidade, após vários anos de conclusão do ensino médio, ou mesmo vindos do ensino médio sem os subsídios necessários especialmente nas disciplinas de Português e Matemática o que gera a necessidade de apoio e

acompanhamento.

Em outra frente, o PAAP dá suporte aos coordenadores para organização, comunicação e informações entre docentes e discentes, bem como realizando oficinas de conhecimento geral e específico para os cursos de graduação cujos acadêmicos precisam se submeter à avaliação do Enade.

Dá-se também o ingresso de alunos com deficiência, aos quais é preciso garantir a acolhida e acompanhamento possibilitando-lhes não somente o acesso, mas, sobretudo, a permanência na IES. Assim os serviços de apoio vem somar à comissão de acessibilidade com o trabalho de Libras e *Braille* e dentro das especificidades que cada demanda requer.

Dentro desse contexto universitário, poderão emergir em alunos e/ou funcionários, dificuldades em lidar com aspectos emocionais. Para isso, a Universidade vem desenvolvendo a estrutura do acompanhamento psicossocial, que concerne simultaneamente à psicologia individual e a vida social dos sujeitos, com objetivo de privilegiar a qualidade de vida as pessoas que passam por sofrimento psíquico.

Convém ressaltar que nesse acompanhamento, serão abordadas questões focais, não incluindo psicoterapias, com atendimentos contínuos semanais e quinzenais, porém, quando for levantada essa necessidade, serão realizados encaminhamentos para o Serviço-Escola do curso de Psicologia ou para outros segmentos externos que o profissional à frente deste serviço considerar pertinente.

Sabe-se que para ter qualidade pedagógica, é primordial conhecer os modos de representação do saber e dos processos cognitivos, quanto maior for a consciência dos alunos e professores sobre esses processos, maior será a efetividade do ensino e aprendizagem. Desse modo, para intervir e buscar a diversidade de fatores que poderão interferir negativamente para a qualidade do ensinar e aprender, a Uniplac vem organizando o acompanhamento psicopedagógico que além de oferecer subsídios para os docentes trabalharem em sala de aula, atuará efetivamente com o aluno no desenvolvimento de seu potencial acadêmico, pessoal e social, essenciais à formação profissional, seguindo os mesmos preceitos do acompanhamento psicossocial.

O Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico - PAAP teve origem na Pró-reitoria de Ensino e na Avaliação Institucional da Uniplac. Considerando a relevância desse programa se está investindo em sua ampliação para que se garanta um trabalho de excelência na educação superior em nossa região.

4.10.3 Acessibilidade ao Estudante com Deficiência

Para atender as normatizações das Leis n. 10.048/00 e 10.098/00, do Decreto n. 5.296/04, Decreto n. 7.611/11 e da Portaria n. 3.284/03, a Uniplac dispõe em seu Requerimento de Matrícula, um campo próprio denominado “Autodeclaração de Deficiência”, em que o discente declara suas necessidades educacionais especiais, decorrentes de deficiências (motora, visual, auditiva, dentre outras) e, acompanhando o instrumento, há a solicitação dos recursos de acessibilidade necessários, que serão disponibilizados conforme legislação vigente.

Conta também com uma Comissão Institucional de Acessibilidade - CIA, constituída através da Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, que vem promovendo discussões e ações, no sentido de melhorar o acesso e a permanência dos alunos com deficiência na Uniplac.

4.11 Autoavaliação Institucional

Em cumprimento a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, o Setor foi regulamentado pela Resolução nº 051, que regulamenta a Avaliação Institucional no âmbito da Universidade, que tem como objetivo assegurar o processo de Avaliação Institucional da Universidade, dos cursos de graduação e sequenciais, de pós-graduação “*lato e stricto sensu*”, do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX da Lei nº 9.394, de dezembro de 1996.

Para garantir a autoavaliação da IES, foi constituído no âmbito de instituição, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme art.11, inciso II da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que tem como atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação, sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as diretrizes deste. Entre elas, encontra-se a responsabilidade da CPA fazer a prestação de informações ao Sinaes, respondendo civil, penal e administrativamente por informações falsas, ou distorção de dados a serem fornecidos ao Sinaes, conforme art. 12 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, do Conaes.

Atendendo ao disposto, o Setor de Avaliação Institucional, tendo a coordenação da Comissão Própria de Avaliação como aporte, convoca mensalmente a CPA para analisar e deliberar sobre os processos desenvolvidos por esse Setor.

A CPA da Uniplac por sua vez, acompanha o trabalho desenvolvido pelo Setor que encaminha os resultados das Avaliações Internas aos colegiados de curso, seu Núcleo Docente

Estruturante – NDE e coordenador, no sentido de contribuir nas ações acadêmicas–administrativo fruto das autoavaliações e também das avaliações externas (quando estas existem), no âmbito do curso, no intuito de analisar se as tomadas de decisões previstas e implantadas, estão sendo produtivas para que o perfil profissional se concretize.

Para melhor relacionar-se com a comunidade acadêmica o Setor de Avaliação Institucional pela via da CPA divulga, via página específica no *site* da IES (<http://ww2.uniplaclages.edu.br/relavaliacao/?modo=dashboard>), apresentando todas as informações necessárias com vistas ao acompanhamento das avaliações e ações providas destas. Apresenta ainda, *banners* de divulgação, participa no início de cada semestre das capacitações dos professores e coordenadores, divulgando e sensibilizando a todos sobre a importância da Avaliação Institucional.

Com a parceria da CPA, o setor de Avaliação Institucional desenvolve ainda oficinas para demonstrar o significado do Conceito de Curso – CC; Conceito preliminar de Curso – CPC; Índice Geral de Curso – IGC; Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade e como esses índices podem servir de ferramenta de gestão pedagógica e/ou administrativa.

Desenvolve também, um projeto de preparação dos discentes na perspectiva da construção do conhecimento com formato de avaliações operatórias, reportando-se para o modelo utilizado pelo Enade. Assim, prepara e acompanha os docentes e discentes para as avaliações dos processos de ensino aprendizagem, bem como para o Enade.

Discute e acompanha as ações que estão sendo realizadas em função das Autoavaliações, dá suporte às avaliações externas quando in loco, dando apoio aos colegiados de curso, fazendo com que os resultados das Avaliações Internas sirvam de ferramenta de gestão, evidenciando e buscando sempre a excelência do Ensino, da Pesquisa e da Extensão na IES.

Seguem as principais ações:

- Construção dos relatórios e apresentação dos Resultados das Avaliações Internas na página da CPA e Uniplac, banners nos locais mais visíveis da IES, Relatórios enviados às Coordenações e selo da CPA;
- Divulgação dos Resultados das Avaliações Externas e do Enade, na página da IES.
- Reuniões com o NDE e o Colegiado docente e discente, para conscientização da necessidade de desenvolver uma cultura de avaliação onde todos se sintam responsáveis pelo sucesso do curso e da IES;
- Oficinas com aulas de Interpretação de Texto, Matemática e Atualidades;

- Diálogo com Corpo Docente e Discente com cruzamento dos dados de interpretações das Avaliações Internas e Avaliações Externas do curso e da IES;
- Implementação das ações solicitados pela Comunidade Acadêmica via Autoavaliação;
- Uso dos resultados da Avaliação Interna e Externa como Ferramenta de Gestão Pedagógica e Administrativa do Curso e da IES;
- Articulação do Projeto de Apoio Pedagógico e Psicopedagógico para os estudantes em virtude das observações e acompanhamentos;
- Visitas às salas de aula para conscientizar os alunos sobre a importância da sua participação na Avaliação Interna, o que é a CPA e o setor de Avaliação Institucional;
- Participação na consolidação e capacitação da comunidade acadêmica do novo processo de avaliação de aprendizagem;
- Assessoria e apoio para o processo de migração do novo sistema da IES de gestão universitária.

O processo avaliativo da Uniplac segue o preconizado pelo Sinaes, adotando instrumentos, procedimentos e orientações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Assim, trabalha com o entendimento de que “Conceito Preliminar de Curso – CPC” é um indicador de qualidade que pretende instruir o processo de Reconhecimento ou de Renovação de Reconhecimento do Curso. Os indicadores de qualidade definem os conceitos dos cursos demonstrando se a consolidação do processo avaliativo atende ou não aos critérios de qualidade esperados pelo órgão regulador Inep, atendendo a esses critérios, os cursos são reconhecidos ou renovados até o próximo ciclo avaliativo.

4.11.1 Ações e Providências com a Parceria do Setor de Avaliação, CPA e ProEns para os Cursos

- Devolutivas das Avaliações - Trabalho individual com os colegiados para conscientização dos professores e reforço das definições de prazos e normas estipuladas pela Uniplac.
- Modelo de Avaliação – a Uniplac desenvolveu um projeto com oficinas de elaboração de provas operatórias no intuito de aprimorar a metodologia de avaliação que os professores vêm desenvolvendo até o momento. Este modelo possibilita, também, aproximar os alunos da metodologia do Enade.
- Deficiência na leitura e escrita – a Uniplac possui atualmente um Programa de Acompanhamento do Aluno que contribui para a ampliação dos conhecimentos em leitura, escrita, interpretação de textos, lógica matemática e atualidades (Projeto de Nivelamento).

- Cumprimentos das normas e prazos – foi desenvolvido um Manual do professor para facilitar e qualificar as ações de todo o corpo docente.
- Metodologias de aprendizagem – reunião com o colegiado para discussão em grupo e atualização destas. Capacitação semestral do corpo docente sobre didática e avaliação.
- Operacionalização em relação à migração para o novo sistema da IES de gerenciamento universitário.

4.11.2 Procedimentos Metodológicos da Avaliação

O Programa de Avaliação Institucional da Uniplac tem como referência legal a regulamentação do Sinaes, os princípios do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Os procedimentos metodológicos adotados são vinculados aos princípios, valores e diretrizes descritas neste documento. A IES adota a metodologia dialética de pesquisa tendo o princípio da participação como norte e vários recursos metodológicos para de forma combinada buscando atingir todos os segmentos que fazem parte da comunidade interna e externa que de alguma forma interagem com a universidade. Atua com metodologias quantitativas e qualitativas de forma que se complementem. As Avaliações Internas e Externas são realizadas de forma que seja possível entrelaçar os dados com plena liberdade de expressão, com o compromisso da manutenção dos princípios éticos e comprometidos com a qualidade social. O envolvimento dos diversos atores, discentes, docentes, técnicos e comunidade externa são fundamentais neste processo avaliativo.

4.11.3 A Autoavaliação da Uniplac

O processo de Autoavaliação é contínuo, busca-se obter a mais ampla participação de todos os sujeitos da comunidade interna, egressos e representantes de setores sociais envolvidos com a Instituição.

Esta abordagem faz uso dos principais métodos da pesquisa participante de forma que os sujeitos envolvidos na Avaliação, comunidade acadêmica (professores, alunos, técnicos e dirigentes) e a própria comunidade externa tenham a compreensão dos indicadores dos 05 (cinco) eixos do Sinaes – e dos processos de como levantar estes indicadores. Para tanto, a IES operacionaliza ações fundamentais como:

- Revitalização da Comissão Própria de Avaliação.

- Sensibilização interna, por meio de seminários, instrumentos específicos, divulgação em meios de comunicação interno, dentre outros.
- Pesquisa com instrumento de Grupo Focal nos setores administrativos e colegiados de cursos, para levantar informações qualitativas das fortalezas e fraquezas e das ameaças e oportunidades.
- Análise documental
- Entrevista estruturada
- Divulgação e utilização dos resultados, através de relatórios específicos para este fim e de apresentação em workshops setoriais.

A ação transformadora será, portanto, buscada através da participação dos indivíduos que nela se envolve, sem alienar-se o meio investigado, a fim de tornar possível a própria transformação do processo avaliativo.

A metodologia de trabalho adotada para a Autoavaliação é articulada por meio de vários instrumentos, do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e os Projetos Pedagógicos dos cursos - PPC. Os procedimentos metodológicos seguem os seguintes critérios:

a) Quantitativos: levantamento de dados, análise documental, análises comparativas, estudos de casos, entrevistas estruturadas, dentre outros.

b) Qualitativos: caracterizados por participações abertas e democráticas, por meio de grupo focal, seminários, debates, fóruns estudantis, comissões, e análises de programas e projetos institucionais.

O Programa de Avaliação Institucional da Uniplac define-se pelo preenchimento de instrumento para coleta de dados e informações, via *on-line*, e quando necessários coletados de forma manual. Esses instrumentos são direcionados para estudantes, professores, técnico-administrativos, instituições envolvidas nos processos acadêmicos, egressos, fornecedores, membros da comunidade que de algum modo participam de atividades na academia, bem como, profissionais atuantes na região.

Dependendo da natureza dos dados e/ou informações a serem obtidas, será usado o sistema de amostragem, desde que seja significativa (no mínimo 20% dos participantes), dos diferentes segmentos envolvidos e sempre que for possível, será assegurado ao entrevistado o sigilo e o anonimato das informações prestadas.

A coleta de dados para as informações quali-quantitativa utilizará da opção metodológica que se concentra nos princípios democráticos – participativo e global fazendo uso de da-

dos primários e secundários. Os dados primários, quali-quantitativos, serão coletados através de instrumentos desenvolvidos pela equipe do Setor de Avaliação Institucional e discutidos com os segmentos envolvidos, respeitando as peculiaridades e especificidades de cada serviço/setor.

Para tanto, os dados primários farão uso de diferentes estratégias envolvendo a aplicação de questionários, realização de entrevistas e a investigação de registros cadastrais dos sujeitos envolvidos.

Os dados secundários, quanti-qualitativos, serão obtidos diretamente de bancos de dados criados e mantidos pela Universidade e legitimados pelos projetos de cada setor/serviços.

O Programa de Avaliação Institucional adota algumas estratégias para o seu desenvolvimento, são elas:

a) Sensibilização: Esta estratégia envolve primeiramente a comunidade interna, e em segundo momento a comunidade externa, realizada durante o ano letivo, com mais intensidade nos meses específicos para a realização da coleta de dados. Ocorrer pelos meios eletrônicos, tanto em nível pedagógico quanto administrativo, sendo responsável por esta sensibilização, o setor de Avaliação Institucional, tanto quanto os coordenadores de cursos e seus colegiados, bem como os demais gestores acadêmicos.

b) Desenvolvimento: com a aprovação da reedição deste projeto pela CPA e Conselho Universitário, o Setor de desenvolve-o a partir das seguintes atividades:

– Reunião sistemática com os coordenadores de cursos, colegiados, representantes estudantis e setores administrativos para debater ideias e sugestões para elaboração de instrumentos e formas de coletas dos dados;

– Aplicação, tabulação, sistematização e análise dos dados coletados;

– Apreciação, análise e validação dos relatórios pela CPA, atendendo os princípios da Avaliação Institucional;

– Execução das atividades do cronograma definidos neste projeto seguindo a metodologia de trabalho;

– Definição do formato e elaboração de relatórios parciais e finais dos colegiados de cursos, setores e serviços avaliados;

– Readequação dos instrumentos de coletas de dados, sempre que necessário, para atender as necessidades e demandas dos colegiados, setores pedagógicos e administrativos.

– Definição das condições estruturais, recursos físicos e humanos para a realização dos trabalhos.

c) Formas de divulgação dos resultados: Após a elaboração e aprovação dos Relatórios de Autoavaliação, os mesmos serão encaminhados aos respectivos colegiados e setores administrativos. Usando reuniões setoriais para a análise e interpretação dos dados; sugestões e encaminhamentos para a superação das fragilidades. O Relatório geral de Autoavaliação é disponibilizado, na home page institucional e murais físicos, para acesso de toda a comunidade, interna e externa.

d) Formas de utilização dos resultados das avaliações: A CPA junto com a Avaliação Institucional organiza o Relatório final de Autoavaliação de acordo com as orientações e recomendações do Sinaes, bem como, seguindo o roteiro de elaboração do relatório de Autoavaliação descrito neste documento. O Relatório de Autoavaliação é utilizado para:

- Reconhecimento e renovação dos cursos de graduação;
- Recredenciamento da Universidade;
- Realizar um balanço crítico das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, para subsidiar as tomadas de decisões.
- Encaminhar à instância superior de educação periodicamente.
- Prestar contas à sociedade das atividades realizadas pela Uniplac.

Independentemente da forma de coleta destes dados, se colhidos de fontes primárias ou secundárias, os dados obtidos são organizados e apresentados na forma de quadros, tabelas e gráficos, para que sofram as análises necessárias, utilizando-se da estatística quando se tratando de dados quantitativos. O sistema utilizado para a tabulação de dados já apresenta os conceitos por categorias, que juntos, formulam o conceito final. Busca-se análises dialéticas para avaliar atitudes e valores nas questões de cunho qualitativo. Os resultados da aplicação de instrumentos avaliativos permite uma análise probabilística de distribuição de frequência, com caracterização de classes de desempenho variáveis que irão de “A” (excelente) até “E” (péssimo). Estas variáveis se alinham também nos conceitos da Avaliação Externa que vai de um (1) (insuficiente) a cinco (5) (excelente). Como encaminhamento final, antes de serem enviados aos gestores responsáveis para providências, todos os processos passam obrigatoriamente pela CPA para que sejam analisados e validados.

4.11.3.1 Diretrizes e Função da Avaliação Institucional da Uniplac

- a) manter um estreito relacionamento do PDI/PPI com o PPC, primando pelo levantamento de dados e informações importantes para o desenvolvimento dos mesmos;
- b) priorizar os colegiados de cursos como célula irradiadora e deflagradora das atividades que possuem vínculo com a avaliação, tanto no ensino de graduação e pós-graduação, quanto na pesquisa e na extensão;
- c) ter como pressuposto metodológico a participação dos colegiados de cursos e setores, no processo de avaliação, desde seu desencadeamento até a análise dos resultados e devolução dos resultados;
- d) proporcionar a continuidade do processo, através de avaliações semestrais e/ou anuais, subsequentes, tendo em vista o princípio da globalidade;
- e) integrar as avaliações formais e informais realizadas por outros segmentos e/ou setores da Uniplac, assim como, as de órgãos externos, especificamente as promovidas pelo MEC;
- f) autoregulação com o objetivo de conhecer sua própria realidade e dar amparo as práticas e os atos regulatórios internos que forem considerados necessários para cumprir com mais qualidade e pertinência os objetivos e missão institucional;
- g) identificação de problemas e deficiências reais, aumentando a consciência pedagógica e a capacidade profissional dos professores, tornando a universidade mais efetiva e vinculada o seu entorno social;
- h) prestar contas à sociedade, justificando a sua existência e fornecendo informações que sejam necessárias ao conhecimento da população.

4.11.3.2 Pesos e Categorias Usadas na Avaliação dos Cursos, Setores Administrativos e Pedagógicos

A análise dos dados tabulados segue as categorias e indicadores utilizados no processo de Avaliação Institucional, segundo os instrumentos utilizados para avaliação do docente pelo discente; autoavaliação docente; autoavaliação da coordenação; avaliação do coordenador pelo discente e docente; avaliação da turma pelos docentes, avaliação dos setores administrativos e pedagógicos pelos docentes, discentes e técnico-administrativos; avaliação dos laboratórios, biblioteca e demais estruturas físicas. A referida avaliação faz uso de categorias de análise, definidas pelo setor de Avaliação, com a aprovação da CPA, as quais levam em conta os princípios defendidos pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes, em suas dez

dimensões, bem como o conhecimento acumulado em relação à Metodologia empregada pelo setor de Avaliação Institucional e o referencial teórico em que a construção do mesmo foi sendo elaborada. A análise segue a escala definida pelo Sinaes, que é a seguinte:

- 5 - 100% de evidência - evidência completa.
- 4 - 75% de evidência.
- 3 - 50% de evidência - evidência parcial.
- 2 - 25% de evidência.
- 1 - 0% de evidência - sem evidência.
- NA - não se aplica.

Dentre os instrumentos de Avaliação Institucional aplicados, as seguintes dimensões podem ser avaliadas:

- Docente/Tutor (Tutoria Pedagógica e Tutoria Técnica) pelo Discente;
- Tutoria Pedagógica pelo Setor EaD;
- Docente/Tutor (Tutoria Pedagógica e Tutoria Técnica);
- Coordenador (a) pelos Discentes;
- Coordenador (a) pelos Docentes/Tutores (Tutoria Pedagógica e Tutoria Técnica);
- Avaliação dos Discentes pelos Docentes/Tutores (Tutoria Pedagógica e Tutoria Técnica);
- AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem);
- Material Didático (Design Instrucional);
- Biblioteca Universitária;
- Laboratórios;
- Setores Administrativos e Pedagógicos.

5 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

5.1 Estruturação e Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi institucionalizado na UNIPLAC através da Resolução 088/2010 de 24 de setembro de 2010, atendendo a Resolução da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) n. 01, de 17/06/2010.

Com a composição do colegiado, previsto no artigo 95 do Regimento Geral da Universidade, o curso constituiu seu Núcleo Docente Estruturante, o qual terá atuação direta nas tomadas de decisões do curso.

Todas as decisões são colegiadas e acontecem nas reuniões, que funcionam com a presença da maioria absoluta dos seus membros e as decisões serão tomadas pela maioria simples dos votos. As reuniões ordinárias do colegiado são bimestrais, podendo, no entanto, ocorrer extraordinariamente a qualquer tempo por convocação do coordenador ou a requerimento de (um terço 1/3) de seus membros, o qual terá atuação direta nas tomadas de decisões do curso.

O Curso de Pedagogia EaD criou o Núcleo Docente Estruturante, por meio da Portaria n. 063, de 22 de maio de 2015 e teve sua última atualização por meio da Portaria n. 019, de 15/03/2021.

Professor	Titulação	Portaria de Indicação
Jourdan Linder Silva - Presidente	Mestre	Portaria n. 019, de 13 de março de 2021.
Arlene Aparecida de Arruda	Mestre	Portaria n. 063, de 22 de maio de 2015.
Carlos Eduardo Canani	Mestre	Portaria n. 019, de 13 de março de 2021.
Maria Selma Grosch	Doutora	Portaria n. 019, de 13 de março de 2021.
Vanir Peixer Lorenzini	Mestre	Portaria n. 063, de 22 de maio de 2015.

5.2 Equipe Multidisciplinar

O setor de EaD da UNIPLAC conta com uma equipe multidisciplinar que compõem sua equipe de Design Instrucional (DI) responsável por todas as etapas de produção, revisão e disponibilização dos materiais didáticos.

Esta equipe é formada pelos seguintes profissionais: Revisor, Pedagogo, Designer Instrucional e Técnico Audiovisual.

O setor de DI, possui planejamento e controle de desenvolvimento de materiais, um plano de ação documentado e implementado através de diferentes ferramentas de gestão.

5.3 Atuação do Coordenador do Curso

De acordo com legislação e seguindo orientação dos instrumentos de avaliação de cursos do INEP/CEE, o coordenador do curso deverá ser da área profissionalizante de conhecimento do curso.

Deverá, ainda, possuir experiência profissional na área do conhecimento e no magistério superior e ser capacitado para a gestão acadêmica.

A atuação da coordenação do curso é regida pelos Artigos 43, 44, 45 e 46 do Regimento Geral da UNIPLAC. Regimentalmente a coordenação do curso de Graduação é o órgão administrativo para assuntos didáticos, pedagógicos, disciplinares de cada curso, articulado à Coordenação de Graduação.

A atuação do coordenador de curso atende a demanda de alunos matriculados no curso, considerando os serviços de gestão, atendimento a docentes e discentes, sendo pautado em um plano de ação.

O trabalho do coordenador é avaliado semestralmente, quando os alunos e corpo docente avaliam por meio da avaliação institucional, disponíveis na página da UNIPLAC. A coordenação de curso também administra a integração multidisciplinar existente, administrando conflitos e adequando as necessidades encontradas, proporcionando e almejando a melhoria contínua.

5.4 Regime de trabalho do Coordenador

O regime de trabalho do coordenador é de tempo parcial, sendo que 10 horas são dedicadas à coordenação do curso. Considerando o número de alunos matriculados, essas horas

são adequadas para a gestão do curso. O curso possui representatividade nos colegiados superiores. O planejamento de trabalho é pautado nas necessidades de melhorias e na qualidade do curso, conforme registros em Atas de reuniões de colegiado e do Núcleo Docente Estruturante, sendo sua gestão continuamente avaliada pelo processo de avaliação institucional permanente.

5.5 Corpo Docente: Titulação

O corpo docente do Curso de Pedagogia EaD é composto por 23 professores, sendo que a titulação dos mesmos está representada pelos percentuais abaixo:

- Doutor: 57% (13 professores)
- Mestre: 35% (8 professores)
- Especialista: 9% (2 professores)

Os dados apresentados mostram-se favoráveis em relação à qualificação dos professores do Curso de Pedagogia, considerando que os maiores indicativos correspondem à titulação em nível *stricto sensu*.

5.6 Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso

O regime de trabalho dos professores é diversificado. Está em fase de reestudo a reelaboração do plano de cargos e salários da Universidade, com proposta de contratação por carga horária em regime parcial e integral, além do regime horista para integralizar as substituições, quando necessário.

O regime de trabalho do corpo docente do curso é a seguinte:

CARGA HORÁRIA	TOTAL	PERCENTUAL (%)
40 horas (Integral)	11	48%
12 a 39 horas (Parcial)	10	43%
0 a 11 horas (Horista)	2	9%
TOTAL	23	100%

Observa-se que, os professores com regime integral e parcial, representam 91% do corpo docente, no entanto, os professores horistas representam 2%. As cargas horárias na sua

maioria variam, porém, garante o tempo necessário para que haja acompanhamento das atividades pedagógicas, no curso desenvolvidas.

5.7 Experiência Profissional do Docente

A maioria dos professores do colegiado possuem experiência profissional nas áreas de atuação das unidades curriculares, o que permite apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em relação ao fazer profissional.

A tabela abaixo evidencia o tempo de experiência profissional do corpo docente:

TEMPO DE EXPERIÊNCIA	TOTAL	PERCENTUAL(%)
Acima de 30 anos	5	22%
De 20 a 29 anos	4	17%
De 10 a 19 anos	13	57%
Menos de 10 anos	1	4%
TOTAL	23	100%

5.8 Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica

Dentre os critérios apresentados para compor o perfil docente dos professores que atuam nos cursos de licenciatura, está a experiência profissional na Educação Básica. Básica. Todos os professores que atuam no Curso de Pedagogia EaD atuam ou já atuaram na educação básica, sendo que mais de 50% deles tem mais de 20 anos de experiência na Educação Básica.

A experiência dos professores, constatada através dos números apresentados acima, contribui sobremaneira para a formação dos nossos futuros professores, no momento em que diminui a dicotomia teoria e prática, estabelecendo os limites e as possibilidades para o trabalho docente.

5.9 Experiência no Exercício da Docência Superior

Considerando a experiência profissional no ensino superior, seguem as seguintes informações:

TEMPO DE EXPERIÊNCIA	TOTAL	PERCENTUAL(%)
Acima de 25 anos	2	9%
De 15 a 24 anos	5	22%
De 10 a 14 anos	10	43%
Menos de 10 anos	6	26%
TOTAL	23	100%

Todos os professores possuem uma significativa experiência no magistério superior. Esse fato é relevante para a valorização dos saberes da experiência, dos saberes docentes de um modo geral, seja como uma alternativa no sentido de buscar maior aproximação da formação acadêmica com a realidade escolar, estreitando os vínculos na relação entre teoria e prática.

5.10 Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância

Há uma representatividade significativa de profissionais especialistas, mestres e doutores que já atuaram e atuam no ensino superior em outros cursos da mesma área do conhecimento e com experiência profissional. A UNIPLAC, através de seu PDI (2019-2023), prevê em seu programa de apoio à gestão a formação continuada dos docentes com o objetivo de buscar aprimoramento e qualificação na atuação dos mesmos, o qual acontece anualmente em fevereiro e julho, antes dos períodos letivos regulares. Promovido pela Pró-Reitoria de Ensino, Coordenação de Graduação e Setor de Projetos e Apoio Pedagógico – ProAPE. Além disso, são incentivadas as capacitações conforme necessidade dos colegiados de cursos. Os docentes também passaram a receber uma capacitação docente para a EaD, a partir de 2013, a qual qualifica esses docentes quanto a utilização das ferramentas digitais de ensino e aprendizagem, de forma a otimizar o acompanhamento pedagógico do discente.

O professor está preparado e capacitado para atender todo o processo durante o andamento das disciplinas, observando o desempenho dos discentes, sanando dúvidas e criando meios que facilitem o acesso à informação pelo acadêmico. O professor atua como orientador

e facilitador do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades dos alunos. Estimula a autonomia dos discentes nos estudos, atua como mediador e realiza avaliações constantes da participação e aproveitamento dos alunos.

5.11 Experiência no Exercício da Tutoria na Educação a Distância

Da mesma forma que a formação e capacitação docente é incentivada através do Plano de Gestão da UNIPLAC, a formação dos tutores também é uma prática recorrente. Estas capacitações acontecem semestralmente através de projetos de extensão, sendo que sua prática se dá desde 2013. Já foram oferecidas 5 turmas de formação de tutores. Estes cursos foram oferecidos na modalidade a distância, visando inserir os tutores no cenário de sua prática.

As capacitações têm como objetivo oportunizar aos docentes do Ensino Superior da UNIPLAC práticas e reflexões sobre as possibilidades teórico-metodológicas de cursos e/ou disciplinas na modalidade de Educação a Distância. Sendo que através desta formação o tutor busca:

- Compreender a construção histórica dos processos de Educação a Distância;
- Dimensionar espaço, tempo e ferramentas do processo ensino e aprendizagem para (re)elaborar o conhecimento historicamente produzido, através de uma aprendizagem flexível e independente;
- Praticar uso de diferentes mídias aplicáveis no processo de ensino e de aprendizagem na modalidade de educação presencial e a distância;
- Conhecer os diferentes papéis dos sujeitos envolvidos nessa modalidade de educação e a sua relevância no processo;
- Vivenciar a experiência de construir material didático para a modalidade de EaD;
- Refletir sobre as práticas educacionais na modalidade de Educação a Distância.

5.12 Atuação do Colegiado de Curso

O Curso de Pedagogia possui colegiado próprio, que possui função consultiva e deliberativa nas questões didático-pedagógicas, no âmbito dos cursos, vinculado às Pró-Reitorias e que congrega os docentes que se encontram em atividade no semestre/ano letivo, conforme estabelece o artigo 95 do Regimento Geral da UNIPLAC.

O colegiado do curso de Pedagogia é composto por especialistas, mestres e doutores que contribuem para a excelência do curso pelo seu empenho e dedicação. A frequência nas

reuniões que são realizadas de forma ordinária, conforme calendário acadêmico, duas vezes por semestre e extraordinariamente, sempre que solicitado, ajudam na tomada de decisões e união do grupo.

Compõem, ainda, o colegiado de curso os docentes integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE), os responsáveis por disciplinas e que não estão no exercício, no referido semestre/ano letivo, pelo fato das mesmas não estarem sendo oferecidas, como também pelo afastamento para exercício de função administrativa na UNIPLAC.

5.13 Titulação e Formação do Corpo de Tutores do Curso

As disciplinas institucionais, aprovadas pela resolução n. 292, de 27/11/2017, conforme os processos de indicação docentes, são trabalhadas por tutores com graduação superior em áreas afins aos cursos a serem tutorados, possuem formação em pós-graduação *stricto sensu* e com comprovada experiência em educação à distância.

Da mesma forma que a formação e capacitação docente é incentivada através do Plano de Gestão da UNIPLAC, a formação dos tutores também é uma prática recorrente.

Estas capacitações acontecem semestralmente através de projetos de extensão. Estes cursos são oferecidos na modalidade a distância, já visando inserir os tutores no cenário de sua prática.

As capacitações têm como objetivo oportunizar aos docentes do Ensino Superior da UNIPLAC práticas e reflexões sobre as possibilidades teórico-metodológica de cursos e/ou disciplinas na modalidade de Educação a Distância. Sendo que através desta formação o tutor busca: Compreender a construção histórica dos processos de Educação a Distância; Dimensionar espaço, tempo e ferramentas do processo ensino e aprendizagem para (re)elaborar o conhecimento historicamente produzido, através de uma aprendizagem flexível e independente; Praticar uso de diferentes mídias aplicáveis no processo de ensino e de aprendizagem na modalidade de educação presencial e educação a distância; Conhecer os diferentes papéis dos sujeitos envolvidos nessa modalidade de Educação e a sua relevância no processo; Vivenciar a experiência de construir material didático para a modalidade de EaD; Refletir sobre as práticas educacionais na modalidade de Educação a Distância.

5.14 Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância

As disciplinas são trabalhadas por tutores que possuem comprovada experiência em educação à distância, o que permite identificar o tempo de resposta de aprendizagem dos discentes de forma rápida. Os tutores e a equipe de DI estão constantemente analisando o que pode ser melhorado na abordagem e apresentação de exemplos que tornem o conteúdo mais prático e atrativo ao aluno, permitindo assim, expor o conteúdo de maneira adequada à turma.

A equipe de tutores está capacitada para atender todo o processo de tutoria durante o andamento das disciplinas, criando meios que facilitem o acesso à informação pelo discente. Os tutores atuam como orientadores e facilitadores do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades dos discentes. Além disso, possuem conhecimento do conteúdo trabalhado, realizam feedbacks constantes aos alunos, estimulam debates realizados em fóruns, desenvolvem a habilidade de cooperação e interação entre os alunos. Outro ponto importante na atuação dos tutores é o conhecimento e a fluência nos recursos pedagógicos para auxiliar os discentes em dificuldades técnico-pedagógicas.

5.15 Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador

O setor de EaD, promove reuniões periódicas para o atendimento pedagógico entre equipe multidisciplinar, coordenação de EaD e professores tutores. Além disso, existe a prática de reuniões semanais entre os tutores e a equipe de DI com o objetivo de identificar eventuais problemas e realizar os devidos encaminhamentos. Por meio das reuniões são geradas ações corretivas ou de melhorias e essas ações são registradas no plano de ação do setor de EaD.

5.16 Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica

As produções científica, cultural, artística ou tecnológica dos professores do colegiado do curso podem ser comprovadas no relatório gerado pelo setor de Recursos Humanos.

5.17 Perfil do Docente Curso

5.17.1 Para as Disciplinas de Formação Básica do Curso

Todo professor autor deverá ter graduação e pós-graduação na área específica da disciplina, este perfil é definido pelo colegiado conforme o perfil do curso, relacionando itens

predominantes da ementa, com seus conteúdos básicos, sempre integrados como eixos articulados de forma horizontal e vertical. Ainda comprovar afinidade com as Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs e comprovada experiência em EaD – AVA.

5.17.2 Para as Disciplinas de Formação Profissional do Curso

Para as disciplinas de formação profissional deverá ter como base a graduação na licenciatura em Pedagogia e a pós-graduação, no mínimo atendendo, artigo 66 da LDB n. 9.394/1996. Ainda comprovar experiência profissional com a docência na Educação Básica, possuir afinidade com as Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs e comprovada experiência em EaD – AVA.

5.17.3 Para as Disciplinas de Formação Complementar do Curso

Para as disciplinas de formação complementar, o perfil deverá ser definido pelo colegiado, conforme o perfil do curso, relacionando itens predominantes da ementa, com seus conteúdos básicos, sempre integrados como eixos articulados de forma horizontal e vertical. Ainda comprovar experiência profissional com a docência na Educação Básica, possuir afinidade com as Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs e comprovada experiência em EaD – AVA.

5.17.4 Relação entre o Número de Docentes e o Número de Estudantes.

Cada turma de 100 alunos contará com 1 (um) professor tutor e 1 (um) tutor-técnico.

5.18 Experiência Profissional do Corpo Docente

Há uma representatividade significativa de profissionais especialistas, mestres e doutores que já atuaram e atuam no ensino superior em outros cursos da mesma área do conhecimento e com experiência profissional.

5.18.1 Experiência do Corpo Docente de Tutores em Educação a Distância

Por se tratar de um corpo docente de cursos presenciais, grande parte do grupo de professores tutores proposto para este projeto, passou e está passando por capacitação docente para EAD desde 2013. Parte do grupo, também trabalhou disciplinas na modalidade semipresencial (20% da carga horária na modalidade a distância).

6 INFRAESTRUTURA

A Uniplac conta com uma área construída de 23.426,35 m², que corresponde aos blocos de salas de aula, setores administrativos, biblioteca, laboratórios, salas especiais, coordenação dos cursos e de estágios, salão de atos, centro de convivência, Centro de Ciências da Saúde – CCS, Centro de Ciências Jurídicas – CCJ, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CCET, além das adaptações necessárias às pessoas com deficiência.

6.1 Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral

O curso de Pedagogia em EaD possui professores que atuam em tempo integral e para estes professores a Instituição apresenta uma infraestrutura que contempla espaços de trabalho de excelência, com acesso aos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Além destes espaços, em cada bloco, há amplas salas de professores, ventiladas e bem iluminadas, sendo que numa das salas, localizada no bloco I, há 6 computadores com a acesso à Internet e com espaços reservados para os professores. Existem também as salas de apoio e coordenações setoriais, equipadas com computadores, telefone, escrivaninhas e outros equipamentos necessários.

Outro espaço apropriado aos estudos dos professores é a biblioteca onde há cabines que podem ser usadas pelos professores. Todos esses espaços de trabalho viabilizam o planejamento e a concretização das ações acadêmicas administrativas e didático-pedagógico, atendendo as demandas institucionais. Os espaços para os professores de tempo integral, garantem privacidade para uso dos recursos, atendimento aos alunos e orientações, bem como a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

6.2 Espaço de Trabalho para o Coordenador do Curso

A sala da coordenação do curso é individual, é estruturada com equipamentos de multimídia e comunicação e com uma secretaria de apoio para assuntos administrativos. Além disso, têm à sua disposição toda uma equipe administrativa para assuntos técnicos e pedagógicos que pode ser acionada quando necessário, como Secretaria Acadêmica, Setor de Apoio Pedagógico - SEAPE, Protocolo, Setor de Controle Documental Docente - CDD, Coordenação de Graduação, Núcleo de Informática – NIU e Apoio Comunitário.

6.3 Sala Coletiva de Professores

Na Uniplac, a estrutura física está organizada com salas setoriais para os professores, que são adequadas em relação ao espaço físico, ventilação, iluminação, mobiliário e equipamentos. Apresentam a comodidade necessária às atividades desenvolvidas. Além dessas a instituição dispõe de uma sala central para os professores, equipada com computadores conectados à *internet* e acesso a impressora, destinados à elaboração de materiais didáticos.

As salas setoriais estão próximas as salas das coordenações. No caso especial dos professores tutores, o setor de educação a distância oferece mesa de reuniões, equipamentos de informática e gabinete para estudo e atendimento individualizado.

6.4 Salas de Aula

As salas de aula da Uniplac foram construídas segundo o padrão definido pela legislação. Estão equipadas com material de acordo com a necessidade de cada curso. Além disso, também contam com equipamento de multimídia, com agendamento de equipamento de menor porte em todas as salas, como retroprojetor e telas para projeção. Os demais espaços pedagógicos utilizados para a realização das aulas apresentam condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Além disso, o Curso poderá se utilizar de espaços como Auditórios para reuniões científicas e defesas de trabalhos de Curso. Estes espaços dispõem de multimídia instalada, cadeiras estofadas, microfones e som ambiente.

A sala de aula das turmas da educação a distância, possuem sistema multimídia, microfone, som ambiente e capacidade máxima para 100 alunos.

6.5 Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

O setor de Educação a Distância da Uniplac conta com um laboratório próprio que dispõe de 20 computadores disponíveis ao uso dos acadêmicos nos períodos matutino, vespertino e noturno. Além disso, a Universidade possui outros oito laboratórios de informática que podem ser utilizados mediante agendamento.

6.6 Biblioteca

O acervo específico da área de Educação, levando em conta todos os tipos de materiais, está atualmente com 4.292 títulos e 11.972 exemplares. Desses, 3.347 títulos e 7.533 exemplares de livros são organizados conforme sistema de classificação CDD (Classificação *Decimal Dewey*).

Além disso, conta-se com a quantidade de 12.775 livros eletrônicos (e-books) da plataforma Pearson.

A Biblioteca da Uniplac é orientada por uma política de formação e desenvolvimento do acervo documental da Biblioteca, instituída através da Resolução n. 133, de 13 de junho de 1997. Esta política foi atualizada e reformulada com o objetivo de atualizar as informações, adequando às novas necessidades do setor. Foi encaminhada no mês de fevereiro de 2015 para ser aprovada pelo Conselho Universitário da Uniplac.

Esta resolução, entre outras providências, instituiu a comissão de seleção da biblioteca. É importante ressaltar que a aquisição de títulos, assim como a determinação das quantidades de exemplares, seguem orientação da legislação, emanadas pelo Inep MEC e obedecem às proporções indicadas no instrumento de avaliação atualmente em uso.

A Biblioteca da Universidade, através de suas políticas de formação e desenvolvimento de acervos, tem procurado garantir a atualização constante de seus livros e periódicos, mantendo atualizadas as bibliografias Básicas e Complementares conforme a solicitação dos colegiados dos cursos indicadas nos projetos pedagógicos dos cursos.

6.6.1 Instalações

A Biblioteca Central da Uniplac, como órgão suplementar da Universidade, tem por finalidade efetuar a seleção, guarda, organização e controle do acervo para a comunidade acadêmica e regional, proporcionando o acesso à informação técnica, científica e cultural nos seus diversos formatos. Possui uma área de 930 m², com espaço para acesso ao acervo digital, acervo físico, salas de estudo individualizadas e espaço de estudo abertos.

A biblioteca conta também com um Espaço Cultural da que recebe exposições. O espaço estimula a produção e a difusão das artes, possibilitando o intercâmbio de conhecimentos entre a Universidade e a comunidade. Valoriza os talentos artísticos da região com mostras, exposições e apresentações musicais.

6.6.2 Informatização

O processo de informatização do acervo da Biblioteca Central da Uniplac inicia em 1994 com o sistema chamado *CadBib*, desenvolvido em linguagem de programação *Clipper*, usando banco de dados *dBase III* e sistema operacional *MS/DOS*. Este sistema foi desenvolvido na própria universidade e permitia apenas consulta ao acervo de livros.

Em 1997 foi estruturado um sistema para *Windows 95* em *Interbase/Delphi*, com maior capacidade de armazenamento de informações, permitindo assim a informatização de todos os tipos de materiais e o desenvolvimento dos módulos de empréstimo domiciliar, de aquisição, além de diversos relatórios estatísticos utilizados pela biblioteca. Este sistema, chamado Demétrius, foi desenvolvido pelo Núcleo de Informática da Uniplac em parceria com a Biblioteca Central.

Em 2010, a Uniplac adquiriu o sistema *Pergamum*, que é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras e por mais de 8.000 bibliotecas em todo o país. Este sistema, desenvolvido pela PUC/PR por um grupo de bibliotecários e analistas de sistemas, foi implementado na arquitetura cliente/servidor, com interface gráfica - programação em *Delphi*, *PHP* e *Java*, utilizando banco de dados relacional *SQL* (*Oracle*, *SQLServer* ou *Sybase*). O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca, funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

O sistema atual permite que seja realizada de forma online a reserva, renovação, requisição de obras. Bem como a indexação para pesquisa do acervo.

6.6.3 Política de Expansão

A Biblioteca da Uniplac é orientada por uma política de formação e desenvolvimento do acervo documental da Biblioteca, instituída através da Resolução n. 133, de 13 de junho de 1997. Esta política foi atualizada e reformulada com o objetivo de atualizar as informações, adequando às novas necessidades do setor. Foi encaminhada no mês de fevereiro de 2015 para ser aprovada pelo Conselho Universitário da Uniplac.

Esta resolução, entre outras providências, instituiu a comissão de seleção da biblioteca. É importante ressaltar que a aquisição de títulos, assim como a determinação das quantidades de exemplares, seguem orientação da legislação, emanadas pelo Inep / MEC e

Conselho Estadual de Educação e obedecem às proporções indicadas no instrumento de avaliação atualmente em uso.

A Biblioteca da Universidade, através de suas políticas de formação e desenvolvimento de acervos, tem procurado garantir a atualização constante de seus livros e periódicos, mantendo atualizadas as bibliografias Básicas e Complementares conforme a solicitação dos colegiados dos cursos indicadas nos projetos pedagógicos dos cursos.

A Biblioteca da Universidade, através de suas políticas de formação e desenvolvimento de acervos, tem procurado garantir a atualização constante de seus livros e periódicos, mantendo atualizadas as bibliografias Básicas e Complementares indicadas nos projetos pedagógicos dos cursos.

Em 2007, através de um convênio com a Capes, foi disponibilizado para a Biblioteca Central o acesso aos periódicos do Portal da Capes, que permitem o uso por docentes e aluno do mais completo portal de periódicos disponível no Brasil, atualmente.

6.6.4 Periódicos Especializados

Alguns periódicos que recebíamos, tem acesso livre no site do scielo com edições atuais:

- Cadernos Cedes (<https://www.scielo.br/j/ccedes/>)
- Educação & Realidade (<https://www.scielo.br/j/edreal/>)
- Educação e Sociedade (<https://www.scielo.br/j/es/>)
- Revista Brasileira de Educação (<https://www.scielo.br/j/rbedu/>)
- Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (<https://www.scielo.br/j/rbeped/>)

Em 2007, através de um convênio com a Capes, foi disponibilizado para a Biblioteca Central o acesso aos periódicos do Portal da Capes, inicialmente com duas bases de dados, *Scopus e Science Direct*, ambas abrangem todas as áreas do conhecimento. A *Scopus* é uma base referencial e a *Science Direct* uma base que permite o acesso ao texto completo, que permitem o uso por docentes e aluno do mais completo portal de periódicos disponível no Brasil, atualmente.

Em 2012 foi disponibilizado pela Capes mais bases de dados, ampliando assim o acesso ao material científico e proporcionando um aumento nas pesquisas de estudantes e professores. São as novas bases de dados:

- **BioOne**: Ciências biológicas;

- *Ecological Society of America (ESA)*: Ciência da Ecologia, meio ambiente, mudança climática;
- *JCR – Journal Citation Reports*: Dados sobre mais de 8.000 revistas em Ciência e Tecnologia e mais de 2.600 em Ciências Sociais;
- *Mary Ann Liebert*: Ciências Biológicas, Biomedicina, Biotecnologia, Medicina clínica;
- *Web of Science*: Ciência, Ciências Sociais, Artes e Humanidades.

6.7 Bibliografia Básica

O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado, sendo utilizado o sistema Pergamum, que é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras e por mais de 8.000 bibliotecas em todo o país. O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca (por exemplo, reserva, empréstimo, consulta, relatórios, dados de aquisição, levantamento bibliográfico, dentre outras), funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES, com assinatura para acesso à base de dados de E-books da plataforma Pearson que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Através da plataforma Pearson, estudantes têm acesso rápido e fácil a mais de 12.509 livros eletrônicos (e-books) entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Conforme relatório referendado as bibliografias básicas do curso por UC, o NDE do curso se responsabiliza pela adequação e atualização do acervo da bibliografia básica em relação às UC e aos conteúdos descritos no PPC do curso, levando em consideração o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título e/ou assinatura de acesso disponível no acervo.

Além dos serviços de aquisição, catalogação, pesquisa, organização do acervo,

estatísticas dos materiais pesquisados, restauração e encadernação de materiais danificados, empréstimo local e domiciliar, entre outros serviços, a Biblioteca também disponibiliza acesso a informação eletrônica através de cursos, oficinas e aulas expositivas, demonstrando como utilizar os diversos recursos de bases de dados disponíveis na Biblioteca ou na internet. Também está a disposição, através de bibliotecários, para orientar nas pesquisas, auxiliando na busca de informações independente do formato. Recursos eletrônicos disponíveis:

– O Catálogo Coletivo da Rede de Bibliotecas ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), tem como objetivo integrar o acervo das bibliotecas participantes do Sistema ACAFE oferecendo serviço de consulta simultânea aos acervos de todas as bibliotecas participantes do projeto e empréstimo entre as bibliotecas.

– COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) – É um serviço do IBICT-Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia – que atende a mais de 2.600 bibliotecas brasileiras. Permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos. O COMUT sempre é utilizado quando o pesquisador não encontra o texto completo do documento que está pesquisando.

Além disso, o acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, sendo utilizados os seguintes:

– Portal de Periódicos da Capes – O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

- Nove bases de dados contemplando todas as áreas do conhecimento. As primeiras bases que a instituição teve acesso via Portal da Capes, em 2007, foram a Scopus (Base referencial que abrange todas as áreas do conhecimento) e a ScienceDirect (Base com texto completo também contemplando todas as áreas do conhecimento). Em 2012, foram liberadas pelas Capes para Uniplac, mais sete bases de dados. São elas: BioOne (área de Ciências Biológicas); Derwent Innovations Index (nas áreas de Química, Elétrica e Eletrônica,

Engenharias); Ecological Society of America – ESA – (Ciência da Ecologia, Meio Ambiente, Mudança Climática); JCR – Journal Citation Reports (Dados sobre mais de 8.000 revistas em Ciência e Tecnologia e mais de 2.600 em Ciências Sociais); Mary Ann Liebert (Ciências Biológicas, Biomedicina, Biotecnologia, Medicina clínica); SAGE Publications (Comunicação, Ciências Políticas, Psicologia e Sociologia, Urbanismo); Web of Science (Ciência, Ciências Sociais, Artes e Humanidades).

6.8 Bibliografia Complementar

O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado, sendo utilizado o sistema Pergamum, que é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras e por mais de 8.000 bibliotecas em todo o país. O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca (por exemplo, reserva, empréstimo, consulta, relatórios, dados de aquisição, levantamento bibliográfico, dentre outras), funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES, com assinatura para acesso à base de dados de E-books da plataforma Pearson que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Através da plataforma Pearson, estudantes têm acesso rápido e fácil a mais de 12.509 livros eletrônicos (e-books) entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Conforme relatório referendado as bibliografias básicas do curso por UC, o NDE do curso se responsabiliza pela adequação e atualização do acervo da bibliografia básica em relação às UC e aos conteúdos descritos no PPC do curso, levando em consideração o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título e/ou assinatura de acesso disponível no acervo.

Além dos serviços de aquisição, catalogação, pesquisa, organização do acervo, estatísticas dos materiais pesquisados, restauração e encadernação de materiais danificados, empréstimo local e domiciliar, entre outros serviços, a Biblioteca também disponibiliza acesso

a informação eletrônica através de cursos, oficinas e aulas expositivas, demonstrando como utilizar os diversos recursos de bases de dados disponíveis na Biblioteca ou na internet. Também está a disposição, através de bibliotecários, para orientar nas pesquisas, auxiliando na busca de informações independente do formato. Recursos eletrônicos disponíveis:

– O Catálogo Coletivo da Rede de Bibliotecas ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), tem como objetivo integrar o acervo das bibliotecas participantes do Sistema ACAFE oferecendo serviço de consulta simultânea aos acervos de todas as bibliotecas participantes do projeto e empréstimo entre as bibliotecas.

– COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) – É um serviço do IBICT-Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia – que atende a mais de 2.600 bibliotecas brasileiras. Permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos. O COMUT sempre é utilizado quando o pesquisador não encontra o texto completo do documento que está pesquisando.

Além disso, o acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, sendo utilizados os seguintes:

– Portal de Periódicos da Capes – O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

- Nove bases de dados contemplando todas as áreas do conhecimento. As primeiras bases que a instituição teve acesso via Portal da Capes, em 2007, foram a Scopus (Base referencial que abrange todas as áreas do conhecimento) e a ScienceDirect (Base com texto completo também contemplando todas as áreas do conhecimento). Em 2012, foram liberadas pelas Capes para Uniplac, mais sete bases de dados. São elas: BioOne (área de Ciências Biológicas); Derwent Innovations Index (nas áreas de Química, Elétrica e Eletrônica, Engenharias); Ecological Society of America – ESA – (Ciência da Ecologia, Meio Ambiente, Mudança Climática); JCR – Journal Citation Reports (Dados sobre mais de 8.000 revistas em

Ciência e Tecnologia e mais de 2.600 em Ciências Sociais); Mary Ann Liebert (Ciências Biológicas, Biomedicina, Biotecnologia, Medicina clínica); SAGE Publications (Comunicação, Ciências Políticas, Psicologia e Sociologia, Urbanismo); Web of Science (Ciência, Ciências Sociais, Artes e Humanidades).

6.9 Gabinete de Trabalho para Professores Tempo Integral – TI

A Instituição apresenta uma infraestrutura que contempla espaços de trabalho para todos os professores. No caso específico da EaD, existe espaço de trabalhos individualizado aos docentes com 40 horas de dedicação a EaD e Gabinetes de Trabalho para os professores tutores. São salas estruturadas com equipamentos necessários de multimídia e comunicação, anexa ao setor de EaD.

6.10 Espaço de Trabalho para Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos

A sala da coordenação do curso de Pedagogia – EaD, é um espaço individual para o exercício das atividades inerentes a função. É uma sala estruturada com equipamento necessário de multimídia e comunicação. Além disso, a coordenação tem à sua disposição toda uma equipe administrativa para assuntos técnicos e pedagógicos que pode ser acionada quando necessário, com Secretaria Acadêmica, Setor de Apoio Pedagógico, Protocolo, Registro e Controle de Docentes, Coordenação de Graduação, Núcleo de Informática, Apoio Comunitário.

6.11 Laboratórios

A Uniplac possui uma considerável estrutura física, abrangendo todos os laboratórios indispensáveis à oferta de cursos superiores. Conta, ainda, através de convênios, com laboratórios de outras instituições. No caso da Licenciatura em Pedagogia na modalidade a Distância, tais laboratórios são utilizados a partir da necessidade dos acadêmicos e demandas próprias dos Componentes Curriculares do curso.

6.12 Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material Didático.

6.12.1 Laboratórios Didáticos Especializados: Quantidade

Os laboratórios de aprendizagem utilizados pelo Curso de Pedagogia EaD são espaços pedagógicos que atendem as necessidades em termos de quantidade e qualidade para a formação na área, conforme descrito no quadro abaixo.

Descrição	Quantidade	Utilização
Laboratório básico na área da saúde	01	- conteúdos relacionados aos fundamentos e metodologia de ciências
Brinquedoteca	01	- promove a humanização, a aprendizagem e o bem-estar das crianças.
Laboratórios de informática	08	- manuseando programas e arquivos relacionados a atuação dos futuros profissionais; uso das tecnologias de Informação e Comunicação Configuração dos computadores: - Sistema Operacional: <i>Windows Vista</i> - <i>Core Duo 2.4</i> com 2 GB de ram HD de 160GB - Monitores LCD de 19 pol - <i>Kit</i> multimídia

6.12.2 Laboratórios Didáticos Especializados: Qualidade

Todos os laboratórios citados acima, estão adequados às normas de acessibilidade, possui equipamentos e materiais com manutenção permanente condizente com as necessidades do curso. A Brinquedoteca em especial pode ser utilizada como laboratório de aprendizagem. Também faz parte do acervo da brinquedoteca materiais didáticos especializados. Há uma parceria direta entre todos os cursos de licenciatura da Uniplac, que usam este espaço para aproximar os estudantes da realidade da Educação Infantil.

Tanto os laboratórios, quanto as práticas são avaliadas periodicamente quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade, sendo os resultados utilizados pela coordenação do curso para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

6.12.3 Laboratórios didáticos especializados: serviços

Para a constituição da brinquedoteca da Uniplac, organizou-se um projeto, o qual foi encaminhado à Fundação Uniplac e a Secretaria Municipal de Educação de Lages, onde a Fundação disponibilizou o espaço físico e metade da parte financeira, enquanto a Secretaria de Educação contribuiu com a outra metade, ocupa um espaço físico de 30 m².

Entendemos que a brinquedoteca estará sempre sendo ampliada, ressignificada,

restaurada e com alternância de trabalhos e horários de um semestre para outro, visto que os cursos de graduação que a utilizam, são oferecidos por semestre. Seu objetivo maior é a formação de recursos humanos, pesquisa, material didático e prestação de serviços à comunidade.

A brinquedoteca também disponibiliza para empréstimo, o seu acervo, para os acadêmicos em processo de estágio ou no desenvolvimento de projetos e/ou apresentações.

6.12.4 Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática para Turmas de EaD

O setor de Educação a distância, mantém um laboratório de informática exclusivo para os alunos desta modalidade. O laboratório está disponível aos acadêmicos de segunda a sexta das 8h às 12h e das 13h às 22h. O laboratório conta atualmente com 20 computadores, com perspectiva de ampliação deste espaço.

6.13 Comitê de Ética em Pesquisa

O Comitê de Ética em Pesquisa na UNIPLAC foi criado por meio da Resolução n. 010, de 17 de abril de 2002.

A Plataforma BRASIL é o sistema oficial de lançamento de pesquisas para análise e monitoramento do Sistema CEP/CONEP. No ano de 2014 o CEP-UNIPLAC, por determinação do CONEP/CNS, passou a receber e analisar os Projetos de Pesquisa envolvendo seres humanos através da Plataforma Brasil. Desde então, todos os documentos necessários à apreciação ética dos Projetos de Pesquisa são incluídos na base de dados da Plataforma.

A norma assim o estabelece e no caso da UNIPLAC também acontece que os protocolos de pesquisa são entregues à Comissão de Ética na Pesquisa para análise e parecer justificado e orientado por princípios de impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, particularmente em aspectos que envolvam:

Pesquisa com seres humanos; Genética humana; Reprodução humana; Equipamentos e dispositivos terapêuticos novos ou não registrados no País; Novos procedimentos terapêuticos invasivos; Estudos com populações indígenas; Projetos de pesquisa que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM), células-tronco embrionárias e organismos que representem alto risco coletivo, incluindo organismos relacionados a eles, nos âmbitos de: experimentação, construção, cultivo, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, liberação no meio ambiente e descarte; Protocolos de constituição e funciona-

mento de biobancos para fins de pesquisa; Pesquisas com coordenação e ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro; e Projetos que, a critério do CEP e devidamente justificados, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP.

Os projetos são encaminhados a um Relator por área de conhecimento, discutido em plenária, sendo após emitido um parecer consubstanciado.

O atual Conselho de Ética na Pesquisa – CEP da UNIPLAC foi reconstituído mediante Portaria n. 091, de 19 de agosto de 2015 e alterado pela Portaria nº 118, de 03 de dezembro de 2015.

No que tange à sua constituição o perfil é multidisciplinar. O serviço prestado ao CEP é voluntário e não remunerado.

O Comitê reúne-se uma vez por mês, todas as terceiras quartas-feiras, às 17h30min, tendo como pauta a discussão dos projetos em avaliação.

Conforme determina a norma específica, o CEP-UNIPLAC dispõe de ambiente exclusivo de trabalho, privativo para os componentes, dotado dos equipamentos necessários e de funcionária de apoio em regime de 10 horas semanais.

Operacionalmente falando, o CEP-UNIPLAC revisa todos os protocolos (projetos) de pesquisa envolvendo seres humanos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

7 REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

O projeto pedagógico do Curso de Pedagogia - EaD - Licenciatura prevê e preconiza o estrito cumprimento dos marcos regulatórios abaixo relacionados:

Dispositivo legal ou normativo	Explicitação de como o PPC prevê a situação normatizada
- Diretrizes e Normas para oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância	- Resolução CNE/CES n. 1. DE 11 de março de 2016.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Pedagogia - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, licenciaturas.	- Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. - Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). - Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).
- Duração e carga horária mínima para a Formação de Professores da Educação Básica, licenciaturas.	- Resolução CNE/CP n. 1, de 15/05/2006 - Resolução CNE/CP n. 2, de 20/12/2019
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Africana	- Resolução CNE/CP n. 01, de 17 de junho de 2004. - O projeto do curso de Pedagogia - EaD prevê a integração da educação étnico-racial por meio das disciplinas de Políticas Públicas da Educação Básica, do 2º semestre com 40 horas – 02 créditos e também na disciplina de Cultura, Diferença e Cidadania, 2º semestre com 80 horas – 4 créditos.
- Educação Ambiental	- Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. - O projeto do curso de Pedagogia - EaD prevê a integração da educação ambiental por meio das disciplinas Políticas Públicas da Educação Básica do 2º semestre com 40 horas – 02 créditos; Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do 5º semestre, com 80 horas - 4 créditos. Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – II do 7º semestre com 80 horas – 4 créditos.
- Educação em Direitos Humanos	- Parecer CNE/CP n. 8, de 06 de março de 2012, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Leis nº 9.131, de 24 de novembro de 1995 e nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). O - O curso de Pedagogia - EaD incluiu a temática através das disciplinas de Políticas Públicas da Educação Básica do 2º semestre com 40 horas – 02 créditos, Educação e Necessidades Especiais do 4º semestre com 40 horas – 2 créditos e e também na disciplina de Cultura, Diferença e Cidadania, 2º semestre com 80 horas – 4 créditos.
- Titulação do Corpo docente	- Lei 9.394/96, art. 66. O curso de Pedagogia - Licenciatura

	apresenta um corpo docente em sua ampla maioria pós-graduado em nível de <i>lato e stricto sensu</i>
– Núcleo Docente Estruturante - NDE	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução Uniplac n. 088 de 24/09/10 – Portaria Uniplac n. 063 de 22/05/15 – Portaria Uniplac n. 029 de 08/04/19 – Portaria Uniplac n. 031 de 11/04/19 – Portaria Uniplac n. 019 de 15/03/21
– Carga horária mínima em horas	– Resolução CNE/CP n. 2, de 20/12/2019. O PP prevê uma carga horária total de 3.200 horas em conformidade com o previsto da norma específica
– Tempo de integralização	– Resolução CONSUNI n. 172/2015. O tempo de integralização é de quatro anos ou 08 semestres e o máximo é de 8 (oito) anos
– Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.	– Decreto n. 5.296/2004 e Decreto 7.611/11. A IES apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Os principais itens contemplados são rampas de acesso a cadeirantes, elevadores, banheiros, acesso a bibliografia em <i>Braille</i> , curso de Libras, curso de Educação Especial e profissionais especializados no atendimento a pessoas com deficiência.
– Libras	<ul style="list-style-type: none"> – Decreto n. 5.626/2005. – Resolução n. 086, de 21/012/09 Uniplac - Estabelece normas para a inclusão da Língua Brasileira dos Sinais. – A disciplina de Libras é obrigatória e está na estrutura curricular do curso, no 6º semestre, com 40 horas - 02 créditos e no 7º semestre com 40 horas – 02 créditos.
– Prevalência de avaliação presencial para EAD	– Decreto n. 5.622/2005, art. 4, inciso II, § 2º. Os resultados dos exames presenciais prevalecem sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação à distância. O PPC insere esta obrigatoriedade.
– Estágio Curricular Obrigatório	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CNE/CP n. 1, de 15/05/06. – Resolução CONSUNI n. 232, de 08/08/16

8 REFERÊNCIAS

ARAUJO, Elenise Maria de Araújo, OLIVEIRA NETO, José Dutra de Oliveira Neto, SANTOS, Elaine Maria dos. **Design instrucional: um estudo baseado no Modelo – ildf -integrative learning design Framework na aprendizagem online.** Disponível em <http://www.abed.org.br/congresso2009/CD/trabalhos/1752009220032.pdf>. Acesso setembro 2015

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Pedagogia.** [Parecer CNE/CP nº 3, de 21/02/06](#). Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Pedagogia.** [Resolução CNE/CP nº 1, de 15/05/06](#). Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Pedagogia.** [Parecer CNE/CP nº 3, de 17/04/07](#). Consulta sobre a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, decorrentes da aprovação dos Pareceres CNE/CP nº 5/2005 e nº 3/2006, bem como da publicação da Resolução CNE/CP nº 1/2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 9/2009, aprovado em 02/06/09. **Esclarecimento sobre a qualificação dos Licenciados em Pedagogia antes da Lei nº 9.394/96** para o exercício das atuais funções de gestão escolar e atividades correlatas; e sobre a complementação de estudos, com apostilamento.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Resolução n. 01**, de 18/02/02. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, licenciaturas.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 4.281, de 25/06/02.** Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27/04/99, que cria a Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Ensino Superior. [Parecer 5, de 13 de dezembro de 2005](#). Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Resolução n. 02**, de 19/02/2002. Duração e carga horária mínima para a Formação de Professores da Educação Básica, licenciaturas.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Ensino Superior. **Resolução n. 1 de 15/05/2006.** Dispõe sobre Estágio Curricular Obrigatório.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Resolução n. 01**, de 17/06/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 5.622**, de 19/12/2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 5.625**, de 22/12/2005. Regulamenta da Lei n. 10.436, de 24/04/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19/12/2000.

BRASIL. Governo Federal. **Resolução CNE/CP n. 2, de 01/07/2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para formação continuada.

FILATRO, Andrea. **Design instrucional na prática**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.

KENSKI, V. M. **Gestão e uso das mídias em projetos de educação a distância**. Revista ECurriculum, São Paulo, v. 1, n. 1, dez.-jul. 2005-2006. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/3099/2042>. Acesso em: setembro 2015.

MELLO, Alex Fiúza; DE ALMEIDA FILHO, Naomar; RIBEIRO, Renato Janine. **Por uma Universidade socialmente relevante**. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cne_alexfiuza.pdf. Consultado em 25/05/2012.

OESTERREICH, Frankiele e MONTOLI, Fabiane da Silva. **Potencialidades e Fragilidades das Ferramentas Tecnológicas em Ambientes Virtuais de Aprendizagem**. Revista Tecnologias na Educação, ano 2, Número 2, Dezembro 2010. Disponível em <http://tecnologiasnaeducacao.pro.br/>. Acesso em set 2015.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 134**, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 031**, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 312, de 23/06/1999**. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 334, de 09/11/2004**. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 058, de 09/11/2004**. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 2.717, de 10/12/2004**. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado, Secretaria de Estado da Educação. **Convênio n. 15341/2008-9**. Regulamentação de condições para realização de Estágios Supervisionados e Prática de Ensino.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 243, de 23/11/2010**. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 070, de 23/11/2010.** Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 038, de 10/02/2011.** Recredenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** formação integral na educação básica. SC, SED:UNIVALI, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** 37 ed. São Paulo: Editora Cortez, 1987.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica,** 5 ed. São Paulo: Autores Associados, 1995.

SILVA, Eli Pereira da, VICENTE, Kyldes Batista, AIRES, Maria Lourdes F. G. **Linguagem de inserção” no material impresso para educação a Distância.** Disponível em file:///C:/Users/propedag/Downloads/6126-23513-1-PB.pdf. Acesso setembro 2015

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 086,** de 21/12/09. Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

UNIPLAC. Reitoria. **Projeto de Renovação do Credenciamento da Universidade.** 2010-2015.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 133,** de 13/06/1997. Biblioteca Central.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução 21,** de 17/11/1998 – Regulamento Institucional das Atividades Complementares.

UNIPLAC. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 030,** de 18/01/1999. Regulamento Institucional de Estágios.

UNIPLAC, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Parecer n. 1.106,** de 01/09/2000. Aprovação do Programa Permanente de Capacitação.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 011/02.** Normatiza a solicitação de avaliações fora do prazo estipulado

UNIPLAC, Reitoria. **Portaria n. 027,** de 10/07/ 2003. Criação do Comitê de ética em Pesquisa

UNIPLAC. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 005,** de 10/07/2003. Composição Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Parecer n. 2.475, de 14/12/2006.** Projeto das Licenciaturas com Disciplinas Compartilhadas.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 051,** de 18/12/2006. Normatiza a Avaliação Institucional.

UNIPLAC, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Parecer n. 503,** de 09/10/2007. Cria o

Grupo de Pesquisa Negro e Educação – NEAB.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 086**, de 21/12/09. Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

UNIPLAC-UNICAMP-UNOESTE, **Projeto Observatório da Educação**, 2010.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 088**, de 24/09/2010. Institucionaliza os Núcleos Docentes Estruturantes.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 1.154**, de 30/11/2010. Correção da Nomenclatura do Curso.

UNIPLAC. Diálogos Integradores. **Avaliação das linhas de Pesquisa da UNIPLAC**. 08/10/2011.

UNIPLAC. Reitoria. **Projeto de Renovação do Credenciamento da Universidade**. 2010-2015.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 080**, de 15/12/2011. Revisão e adequação das linhas de Pesquisa da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Regimento Geral da Universidade**. Setembro de 2012.

UNIPLAC. **PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**, Edital n. 11/2012.

UNIPLAC. Reitoria. **Portaria n. 099**, de 22/10/2012. Comissão Institucional de Acessibilidade.

UNIPLAC, Conselho Universitário. **Portaria n. 099**, de 22/10/2012. Comissão Institucional de Acessibilidade - CIA

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 227**, de 13/12/2012 – Aprovou a oferta de disciplinas semipresenciais nos cursos de graduação da Uniplac

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 114**, de 01/11/2013. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 115**, de 01/11/2013. Diretriz Curricular Nacional para a Educação Ambiental.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 127**, de 12/06/2014. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 131**, de 08/07/2014. Define nova metodologia para a Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC e regulamenta o artigo 123, parágrafo único do Regimento Geral.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 172, de 25/05/15**. Tempo máximo de integralização.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 231, de 08/08/2016.** Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não-Obrigatórios da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 232, de 08/08/2016.** Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios da UNIPLAC.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. CONSUNI n. 207, de 20/01/2016.** Define nova metodologia para a Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC e regulamenta o artigo 123, parágrafo único do Regimento Geral.

UNIPLAC. Reitoria. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. 2019/2023.**

VANONI, Maria Janete. **Caderno de estudos: formação continuada para EaD- aspectos conceituais.** Lages (SC): Editora Uniplac, 2013.

